

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

TAMIRES SOUSA DA ROCHA

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E SUAS RELAÇÕES INTERPESSOAIS
COM O TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE CAMPINAS: O Trabalho Multidisciplinar da
Abordagem Social

CAMPINAS/SP

2025

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
ESCOLA DE CIÊNCIAS HUMANAS, JURÍDICAS E SOCIAIS
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

TAMIRES SOUSA DA ROCHA

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E SUAS RELAÇÕES INTERPESSOAIS
COM O TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE CAMPINAS: O Trabalho Multidisciplinar da
Abordagem Social

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Serviço Social da Escola de Ciências Jurídicas, Humanas e Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Campinas como exigência para obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^{ra}. Dr^a. Jeanete Liasch Martins de Sá.

CAMPINAS/SP

2025

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
ESCOLA DE CIÊNCIAS HUMANAS, JURÍDICAS E SOCIAIS
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

TAMIRES SOUSA DA ROCHA

**POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E SUAS RELAÇÕES
INTERPESSOAIS COM O TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE CAMPINAS: O
Trabalho Multidisciplinar da Abordagem Social**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Serviço Social da Escola de Ciências Jurídicas, Humanas e Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Campinas como exigência parcial para obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Jeanete Liasch Martins de Sá.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Jeanete Liasch Martins de Sá

Prof^ª. Dr^ª. Fabiana Aparecida de Carvalho

Assistente Social Rodrigo Jose Barbosa Ramos

Sistema de Bibliotecas e Informação - SBI
Gerador de fichas catalográficas da Universidade PUC-Campinas
Dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Sousa da Rocha, Tamires

R672p

População em Situação de Rua e suas Relações Interpessoais com o Território do Município de Campinas : o trabalho multidisciplinar da abordagem social / Tamires Sousa da Rocha. - Campinas: PUC-Campinas, 2025.

97 f.

Orientador: Jeanete Liasch Martins de Sá.

TCC (Bacharelado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social, Escola de Ciências Humanas, Jurídicas e Sociais, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2025.

Inclui bibliografia.

1. População em Situação de Rua. 2. Relações Interpessoais. 3. Território. I. Liasch Martins de Sá, Jeanete . II. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Escola de Ciências Humanas, Jurídicas e Sociais. Faculdade de Serviço Social. III. Título.

“Escrevo a miséria e a vida infausta dos favelados. Eu era revoltada, não acreditava em ninguém. Odiava os políticos e os patrões, porque o meu sonho era escrever e o pobre não pode ter ideal nobre. Eu sabia que ia angariar inimigos, porque ninguém está habituado a esse tipo de literatura. Seja o que Deus quiser. Eu escrevi a realidade.”

- Carolina Maria de Jesus

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer imensamente à minha mãe Vilani por ter me deixado voar, mas quando minhas asas não conseguiram levantar voo, ela estava lá para me ajudar a arremeter novamente. À minha irmã Gabriela que sempre foi a minha melhor companhia em todos os momentos, tenho certeza de que sem você a vida não teria tanta graça.

Agradecer ao meu pai, meu irmão e Gilvana que sempre acreditou no meu potencial.

Agradeço à minha madrinha Ana Rita por sempre ter incentivado os meus estudos. À minha madrinha Ana Júlia que mesmo de longe sempre demonstrou seu carinho por mim.

Gostaria de agradecer as minhas melhores amigas: Larissa por todos esses anos de amizade e confidências, Juliana por mesmo discordando de mim em várias questões, ainda assim me respeitava e me aceitava como eu sou e à Maria Gabriela por me deixar mostrar o que aprendi com o curso de Serviço Social e por fazer esses dois últimos semestres um pouco mais suportáveis.

Às minhas amigas e colegas de trabalho Jessica Fernandes e Miriã por serem tão gentis e cuidadosas comigo. Aos meus colegas de trabalho Vanessa Cristina, Pam, Maria e Marlene pelos conselhos e aprendizado nesses anos trabalhando na abordagem social.

Aos meus colegas de turma que acompanharam esse processo. Ao corpo docente da PUC Campinas, sem vocês nada disso seria possível. Em especial à minha orientadora Prof^a. Dr^a Jeanete Liasch Martins de Sá. À Prof^a Dr^a. Maria Virgínia Righetti Fernandes Camilo pelo seu incentivo na minha carreira acadêmica. À Prof^a. Dr^a. Carla da Silva pelos seus ensinamentos críticos. À Prof^a. Dr^a. Valéria dos Santos Gouveia Martins por nos acalmar no último semestre. Ao Prof. Dr. Paulo Roberto de Sousa por compartilhar conosco suas experiências. À Prof^a Dr^a. Camilla Marcondes Massaro que me abriu as portas para o universo da extensão e despertou em mim o desejo de futuramente seguir uma carreira na academia. Ao Prof. Dr. Donizeti pelos ensinamentos mais virtuosos que já tive em toda minha vida e pelas conversas existencialistas. E ao Prof. Dr. Duarcides por suas colocações sociais extremamente importantes.

Agradeço as minhas supervisoras de campo de estágio: Lauriene que me inseriu no campo, à Irmã Cacilda que me incentivou a participar das Conferências Municipais da Saúde e fez a ponte para que eu compreendesse melhor a vida com qualidade de pessoas idosas e à Marilene que mostrou a potencialidade das pessoas quando elas encontram no território as ferramentas para se desenvolver.

Gostaria de agradecer também a uma equipe que me fortaleceu psicológica, emocional e fisicamente para que eu pudesse continuar essa jornada. Agradeço eternamente ao Dr.

Marcelo Mayer por me fazer enxergar que todos os dias quando abro os meus olhos eu tenho uma chance de fazer tudo diferente e que eu sou capaz de muita coisa. À Natane Rosa pelas nossas conversas que me fizeram refletir e encontrar maneiras de lidar à curto e a longo prazo com situações que me incomodavam. Ao Dr. José Carlos que me fez ter uma relação mais saudável com a alimentação e ao Bruno Detânio que com o seu bom humor, logo cedo né, Bruno, sempre me incentivou de forma leve e divertida a continuar fazendo atividade física. À essa equipe eu agradeço do fundo do meu coração. Vocês foram fundamentais para o meu processo de cura.

E por último, mas não menos importante, agradeço a Prof^a. Dr^aa Fabiana por ter aceitado participar da banca e por ter sido minha mestra nesses quatro anos de curso. E agradeço ao meu colega de trabalho e amigo Rodrigo. Rô, obrigada por me incentivar e me mostrar que na prática, é sim possível ser um profissional de muita excelência, mesmo com todas as dificuldades que encontramos no dia a dia.

A todas essas pessoas, a minha mais sincera e profunda gratidão! Vocês fizeram parte dessa conquista que para alguns pode parecer só mais uma, mas que para mim foi uma GRANDE conquista. O meu muito OBRIGADA! GRATIDÃO!

“Para sermos aliados da população em situação de rua precisamos mudar de lugar social.”

- Padre Júlio Lacellotti

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso analisa as relações interpessoais da população em situação de rua com o território do município de Campinas e o trabalho multidisciplinar da equipe de Abordagem Social (SOS Rua) com essa população. Aborda a Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPSR) como base crítica à falta de execução das políticas públicas no município. O estudo utiliza de referencial teórico para elucidar a proposta do tema e embasar teses propostas pela autora durante sua pesquisa tendo como metodologia o relato de experiência, que tem como objetivo apresentar problemáticas para a discussão acerca da ausência de exercício das políticas públicas e a relação da população em situação de rua com os espaços em que ocupam.

Palavras-chave: População em situação de rua, Relações interpessoais, Território, Campinas, Trabalho multidisciplinar, Abordagem Social.

ABSTRACT

This Final Course Work analyzes the interpersonal relationships of the homeless population with the territory of the municipality of Campinas and the multidisciplinary work of the Social Approach team (SOS Rua) with this population. It addresses the National Policy for the Homeless Population (PNPSR) as a critical basis for the lack of implementation of public policies in the municipality. The study uses a theoretical framework to elucidate the proposal of the theme and support theses proposed by the author during her research, using the experience report as methodology, which aims to present problems for the discussion about the lack of exercise of public policies and the relationship of the homeless population with the spaces they occupy.

Keywords: Homeless population, Interpersonal relationships, Territory, Campinas, Multidisciplinary work, Social approach.

LISTA DE SIGLAS

BNDES- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CADÚNICO- Cadastro Único

CENTRO POP- Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua

CAPS- Centro de Atenção Psicossocial

CAPS AD- Centro de Atenção Psicossocial em Álcool e Drogas

CEPROCAMP- Centro de Educação Profissional de Campinas

CPAT- Centro de Apoio ao Trabalhador

CRAS- Centro de Referência de Assistência Social

CREAS- Centro de Referência Especializado de Assistência Social

CS- Centro de Saúde

DAS- Distrito de Assistência Social

FEAC- Fundação das Entidades Assistenciais de Campinas

GM- Guarda Municipal

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ILPI- Instituto de Longa Permanência para Idosos

IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LGBTQIAPN+- Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queers, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais, Não-binárias, entre outras.

MDCH- Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania

MDS- Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MNPR- Movimento Nacional da População em Situação de Rua

MVM- Movimento Vida Melhor

NOT- Núcleo de Oficina de Trabalho

ONU- Organização das Nações Unidas

OSC- Organização da Sociedade Civil

PA- Pronto Atendimento

PDU- Plano de Desenvolvimento do Usuário

PNAS- Política Nacional de Assistência Social

POP RUA- População em situação de rua

PSR- Pessoa em situação de rua

SAMIM- Setor de Atendimento ao Migrante, Itinerante e Mendicante

SEAS- Serviço Especializado em Abordagem Social

SME- Secretaria Municipal de Educação

SMTR- Secretaria Municipal de Transporte

SPA- Substâncias Psicoativas

SMSP- Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Defesa Civil

SUAS- Sistema Único de Assistência Social

SUS- Sistema Único de Saúde

UPA- Unidade de Pronto Atendimento

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1-** Gráfico: Composição do desemprego por faixa de duração **25**
- Figura 2-** Grau de desigualdade de renda: razão entre a renda dos ricos (10+) e dos pobres (40-) **33**
- Figura 3-** Gráfico: Proporção dos pobres (H) por regiões- 2004-2015 **35**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO I- CONCEITOS TEÓRICOS E CONJUNTURA	18
1.1. Relações interpessoais a partir de Bauman	18
1.2. Espaços que “estranhos” permanecem	19
1.3. Relações interpessoais a partir de Garcia	20
1.4. Relações interpessoais das pessoas em situação de rua com os espaços que ocupam	22
2. CAPITALISMO NO BRASIL	23
2.1. Desemprego no Brasil	27
2.2. Capitalismo e pobreza	30
2.3. Fenômeno da pobreza	33
2.3.1. Barros e a desigualdade da distribuição de renda	36
2.4. COVID-19 e população em situação de rua	43
CAPÍTULO II- POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E O TERRITÓRIO	44
2.1. Situação de rua	44
2.1.1. Conflitos familiares	45
2.1.2. Uso de substâncias psicoativas	47
2.1.3. Estigmatização da população em situação de rua	51
2.1.4. Movimento social da população em situação de rua	55
2.2. Território e territorialidade	67
2.2.1. Neoliberalismo e segregação territorial	68
2.2.2. Heterotopia urbana	69
2.2.3. Direito à cidade e território	71
2.2.4. Processo histórico e socioterritorial de Campinas	74
2.2.5. Trabalho multidisciplinar	76
2.2.6. Serviço especializado em abordagem social	77

CAPÍTULO III- O RELATO DE EXPERIÊNCIA: TRABALHO MULTIDISCIPLINAR DA ABORDAGEM SOCIAL	79
3.1. O trabalho multidisciplinar dos profissionais do SOS Rua	79
3.1.1. O trabalho em equipe do SOS Rua	81
3.2. O trabalho da equipe multiprofissional com a população em situação de rua de Campinas	82
3.3. O trabalho multiprofissional da equipe do SOS Rua com os demais serviços da rede	84
3.4. Os desafios dos serviços socioassistenciais voltados à população em situação de rua	85
3.4.1. SAMIM	86
3.4.2. Casa de Passagem	87
3.4.3. Os rodízios dos CAPS AD e CAPS III	87
3.4.4. O trabalho com a saúde	88
3.4.5. O trabalho com a rede	89
3.4.6. A falta de execução das políticas públicas para a população em situação de rua	90
3.5. Reflexões	91
CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	94

INTRODUÇÃO

A Política Nacional para a População em Situação de Rua foi implementada no final do ano de 2009. Até lá, a população em situação de rua dependia apenas da caridade de igrejas e outras instituições. Essa política foi forjada cinco anos depois, após o Massacre da Sé onde sete pessoas em situação de rua foram assassinadas enquanto dormiam na então Praça no ano de 2004.

Mesmo com a implementação da Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPSR), ainda existem múltiplas falhas em sua execução. Desde a falta de profissionais suficientes para atender as demandas da População em Situação de Rua, até a falta de vagas na Casa de Passagem Municipal¹.

Este trabalho tem como objetivo analisar de forma crítica as relações interpessoais da população em situação de rua com o território do município de Campinas e o trabalho da equipe de abordagem social com essa população. A análise utiliza de referencial teórico para elucidar teses propostas pela autora. Além disso, o trabalho traz a visão prática do cotidiano de uma equipe com base em minhas anotações que foram pautadas na metodologia empírica, utilizando-se da visão do Serviço Social. Assim, também é discutido como modelo a Tipificação Nacional de Serviços Sociais para a construção do serviço de abordagem.

No primeiro capítulo (*Conceitos teóricos e conjuntura*), é feita uma análise das relações interpessoais, partindo das fragilidades dos laços humanos (BAUMAN) até o estranhamento causado entre o outro nas relações (GARCIA). Após a análise das relações interpessoais, é utilizado de materiais teóricos para colocar as relações interpessoais e sociais por meio do *capitalismo no Brasil* (BELLUZZO), iniciando com o desemprego no país, passando pelo fenômeno da pobreza chegando ao agravamento da vulnerabilidade social no período da pandemia da COVID-19 e a população em situação de rua.

O segundo capítulo (*População em situação de rua e o território*) traz uma análise da relação da população em situação de rua com o município de Campinas, começando pela explicação de “ser, estar e ficar” em situação de rua, termo utilizado por Rosa (1994) e esclarecendo os motivos pelos quais as pessoas vão parar na condição de rua. Logo depois é discutido o Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPSR), o quantitativo da PSR (População em Situação de Rua) e as políticas públicas existentes para essa população.

Em seguida, é argumentado a questão do território e a territorialidade, conceito utilizado por Santos e Silveira (2003), passando pelo direito à cidade e finalizando no processo sócio-histórico do município.

Por fim, o terceiro e último capítulo (*O relato de experiência: trabalho multidisciplinar da abordagem social*) narra o relato de experiência da pesquisadora a partir da visão do Serviço Social como Educadora Social da equipe de abordagem social de Campinas (SOS Rua). Nesse capítulo a pesquisadora relata como é o trabalho da equipe de abordagem social com a PSR, com os serviços da rede voltadas a população em situação de rua (POP Rua), os desafios encontrados pelos serviços socioassistenciais para a PSR e em conclusão do capítulo é feita reflexões acerca das questões apontadas no relato de experiência.

CAPÍTULO I- CONCEITOS TEÓRICOS E CONJUNTURA

1.1. Relações interpessoais a partir de Bauman

No livro *Amor Líquido*: sobre a fragilidade dos laços humanos, o filósofo e sociólogo Zygmunt Baumann faz uma crítica a respeito da facilidade em que os laços entre as pessoas são formados e ao mesmo tempo são desfeitos. Segundo o autor, a incerteza e a insegurança dos tempos atuais fazem com que as pessoas tenham receio de se comprometerem com um relacionamento duradouro ou até mesmo que dure pela “eternidade”. Ele também destaca o papel que as redes sociais têm nos relacionamentos atuais; a facilidade que se tem em conhecer alguém sem precisar sair de casa e após o fim do relacionamento poder “deletá-la”, tornam as pessoas e os relacionamentos cada vez mais “descartáveis”.

Outra relação cada vez mais frequente, segundo Baumann, é o relacionamento de bolso. Para o autor, assim como o próprio nome já diz, o relacionamento de bolso é aquele relacionamento que não envolve os sentimentos e emoções que um relacionamento que tenha um compromisso possui. É um relacionamento que estará disponível apenas para o seu desfrute. Com o intuito de nunca “deixar cair do bolso”, não há necessidade de ser demonstrado, muito menos “assumido” (2009, p. 37).

Em seu livro, Baumann cita o amor puro, termo utilizado por Anthony Giddens. O amor puro seria o contrário do relacionamento de bolso. Existe o envolvimento de ambas as partes e há uma dependência do outro dentro da relação, pois se espera que o companheiro ou a companheira corresponda aos seus sentimentos e ações (p. 112). Porém, mesmo em um amor puro pode existir a não-reciprocidade e o relacionamento pode chegar ao seu fim. Afinal esse é um dos riscos que se corre ao se relacionar com outras pessoas.

A partir disso, é possível analisar as características que formam- em particular as relações românticas- e como elas são desenvolvidas: fragilidade dos laços humanos, relacionamento de bolso e amor puro. Começando pela fragilidade desses laços que mal são feitos e já são desfeitos; não há espaço para o conhecimento profundo do outro ser com qual está se relacionando, e mesmo quando há um interesse em se conhecer melhor, o primeiro sinal de estranhamento já é motivo para que não se siga adiante, pois qual seria o sentido de tentar continuar uma relação que não atende as minhas expectativas sendo que posso trocá-la por uma que as atenda por mais três meses e quando não me atender mais novamente, posso “troca”

novamente? Com o relacionamento de bolso que não exige esforço algum para que se possa “manter” e dialogar sobre esse relacionamento, é um relacionamento que caracteristicamente falando, tende a ser breve já que não há envolvimento maior de ambas as partes, essa relação acaba sem o menor resquício de desenvolvimento de raízes; o não comprometimento. E por fim, o que sobreviveria a liquidez desses amores seria o amor puro; quando há reciprocidade, existe a vontade de que essa relação seja mantida e os esforços para que isso aconteça são de fato maiores do os relacionamentos citados anteriormente.

Com isso posto, podemos dizer que a crítica de Baumann com relação a fragilidade dos laços humanos é de fato uma questão importante para se pensar quando falamos de relacionamentos, visto que cada vez mais há uma descartabilidade dessas relações e o “envolvimento sem envolvimento” se tornou e tem se tornado algo cada vez mais comum. Há também uma falta de maturidade emocional por parte das pessoas em lidar com as relações. Sendo assim, a escolha por um relacionamento onde não há o desenvolvimento de laços afetivos é preferida já que o medo de não ter suas expectativas supridas pode gerar sentimentos com os quais não se sabe lidar. Mas para Baumann, ainda há aqueles que preferem vencer o medo dessas expectativas construídas em cima das relações e viver a experiência de um amor puro.

1.2. Espaços que “estranhos” permanecem

Saindo da linha das relações interpessoais românticas, mas continuando a analisar questões abordadas no livro de Baumann (Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos), vamos destacar agora sobre as relações interpessoais de pessoas “indesejadas”, que ocupam os espaços das cidades- cabe salientar que essa análise do texto destacado foi utilizada a partir da interpretação da autora.

“[...] Cercas cuidadosamente erguidas contra aqueles que se fazem passar por pessoas “em busca de asilo” e migrantes “meramente econômicos” trazem a esperança de fortalecer uma existência incerta, errática e imprevisível. Mas a líquida vida moderna tende a permanecer inconsistente e caprichosa, sejam quais forem os apuros infligidos aos “forasteiros indesejáveis”, e portanto o alívio é momentâneo, e as esperanças investidas nas “medidas duras e decisivas” se desvanecem tão logo se apresentam.” (BAUMANN, 2009, p. 129).

Isso seria nada mais nada menos que uma inferiorização de uma população que beira as margens das cidades. Vistos como andarilhos, não possuem uma “casa” e assim acabam se

tornando parte da paisagem das ruas, praças e calçadas. Mas mais que andarilhos, a relação que essas pessoas têm com esses espaços está para além de como elas são enxergadas pelo restante da sociedade.

Para aqueles que possuem um lar, é difícil compreender a relação interpessoal e social que essas pessoas possuem com os espaços da rua e como elas se relacionam nesses espaços. Outra questão também é tentar compreender a relação que munícipes e comerciantes possuem com essas pessoas. Como elas são vistas e percebidas nesses ambientes.

As relações com “pessoas indesejadas” ocasionam no que Garcia denomina como estranhamento; o estranhamento leva as pessoas a acreditarem que o outro pelo qual eu não tenho compreensão do modo como age e o modo como leva sua vida é algo completamente errado e de outro mundo. Podemos utilizar esse exemplo com as pessoas em situação de rua. O modo como elas vivem é considerado algo completamente fora da realidade da grande maioria da população. É difícil imaginar e compreender como e porque uma pessoa se submeteria a viver nos espaços da rua. Isso porque se olharmos apenas para uma pequena parte dessa realidade não conseguiremos de forma alguma enxergar metade daquilo que está diante de nossos olhos.

Olhar dessa forma para a população em situação de rua é uma das formas de inferiorizá-las. Elas fazem sim parte do cenário de nossas cidades, mas mais do que isso, o que esses cenários em que elas habitam dizem sobre elas? O que esses cenários dizem sobre a nossa cidade? O que esses cenários dizem sobre a nossa população? Mais adiante destrincharemos essas questões e tentaremos compreender melhor a relação da população em situação de rua com esses cenários.

1.3. Relações interpessoais a partir de Garcia

As relações interpessoais são de grande importância para a humanidade. É por meio dela que as pessoas desenvolvem e criam laços, seja com outras pessoas ou com o ambiente que ocupam. Para elucidarmos a questão das relações interpessoais vamos utilizar do pensamento de Garcia.

“Relações interpessoais ocorrem dentro de uma sociedade e de uma cultura. Assim, as relações entre as pessoas são afetadas pela posição na sociedade que cada pessoa ocupa, pelos diferentes tipos de papéis sociais e como estes são afetados pela cultura. Assim, ocupar diferentes posições na família, no mercado de trabalho, em

organizações religiosas, na vizinhança, em diferentes círculos sociais, permite diferentes interações e relacionamentos. [...]” (GARCIA, 2013, p. 7 p.7)

Para o psicólogo Agnaldo Garcia, o meio em que vivemos e como nos relacionamos está ligado à nossa cultura e a forma como “servimos” a sociedade; qual é o nosso papel na nossa família, no nosso círculo de amigos, no trabalho, na vizinhança, na rua, dentre outros espaços que frequentamos e fazemos parte. Esse papel que preenchemos leva a uma condução de nossas relações, sejam elas positivas ou negativas.

Quando falamos da nossa função na sociedade, não podemos nos esquecer de como agimos e reagimos a nossa interação com o outro. Garcia diz que “[...] uma vez que ir ao encontro do outro também é mirar-se em um espelho, pois nesse outro nos vemos e nos revemos, de modo que desse encontro já não saímos mais os mesmos [...]” (Garcia, p. 19, 2013). Sendo assim, o encontro com o outro nos modifica de alguma forma, seja para mudarmos uma opinião sobre determinado assunto ou para reafirmarmos ainda mais uma convicção que temos a respeito de algo.

O autor também vai trazer que a questão do encontro com o outro também pode nos gerar estranhamento, e esse estranhamento levaria a um sentimento de repulsa (p. 19, 2013).

Nesse ponto, analisaríamos a relação que as pessoas que não estão em situação de rua têm com as pessoas que estão em situação de rua. Olhar para um indivíduo do qual não se tem compreensão, -assim como citado anteriormente por Garcia-, gera um estranhamento. Aquilo que me gera estranhamento, a determinado ponto e/ou situação pode me causar a repulsa. A repulsa levaria a um sentimento de não-identificação com o indivíduo, o que pode acarretar a sua exclusão.

Se relacionar com o outro é algo que nos modifica (Garcia). Sendo assim, a condução de nossas relações são ou deveriam ser pluralizadas. Mas quando falamos de relações com a população em situação de rua e os munícipes, estamos falando de uma relação que vem carregada de estranhamento. Isso acontece porque não há uma interação dos munícipes para com a população em situação de rua e quando há é de forma benemerente ou culpabilizadora. Pois não há um real interesse em conhecer essas pessoas. E quando se demonstra um interesse, é quase sempre pautado na religiosidade. Sendo assim, não há modificação em nossa sociedade, pois não existe um interesse de relação com essa população que não esteja relacionado a uma ideologia.

1.4. Relações interpessoais das pessoas em situação de rua com os espaços que ocupam

As relações interpessoais para as pessoas em situação de rua é algo que ficou nítido durante a minha experiência como educadora social na abordagem social à população em situação de rua. A forma como eles adere a esses espaços é incompreensível para quem não possui convívio com essa com eles ou com a própria a rua. Frúgoli elucida bem como essas pessoas se utilizavam da Praça da Estação do Norte em meados dos anos 90.

“Os mendigos transformam a Praça da Estação do Norte num local de moradia e de trabalho (em outras palavras, “produção da dádiva”); embora boa parte seja flutuante, estão de passagem por ali e por outras “bocas” da cidade (locais estratégicos para a mendicância). Organizam-se comunitariamente, compartilham a mesma condição nas rodas de cachaça, nas fogueiras noturnas sob o viaduto, na vivência do delírio e da loucura que se defronta com a mais crua realidade: suas falas solitárias contêm algo de visionário e suas figuras estampam a situação limítrofe entre a vida e a morte. [...]” (FRÚGOLI, 1995, p. 39.)

Essa citação de Heitor Frúgoli, traz uma caracterização da Praça da Estação do Norte que fica na cidade de São Paulo. Praças, viadutos, barracões e outros espaços da rua, se tornam a moradia das pessoas que não possuem um teto e quatro paredes. A forma como essa população ocupa e vivencia esses espaços é de grande importância para que se possa compreender a relação que elas têm, não só com a rua, mas com os outros indivíduos que também compartilham do mesmo espaço.

Fazendo um adendo, Frúgoli descreveu esse espaço em São Paulo em meados dos anos 1990. Atualmente, essa configuração pode estar bem diferente. Com relação a cidade que queremos analisar aqui (Campinas), cabe ressaltar que essa configuração também pode ser bem diferente, visto que faremos uma descrição e análise de uma outra cidade no século XXI.

A relação que as pessoas em situação de rua possuem com o município de Campinas é subjetiva, pois, cada espaço da cidade pode representar algo diferente para cada indivíduo que ali frequenta. Ou seja, em um espaço onde um utiliza como dormitório, o outro pode utilizar como espaço para conseguir seu alimento. Assim como onde o outro usa como espaço de uso de substâncias psicoativas, o outro pode utilizar como espaço de convivência e trocas recreativas. Colocar esses espaços em caixas específicas é um meio de delimitá-los a uma visão “quadrada” do que cada um representa. Mais do que o espaço, é preciso compreender a relação que as pessoas em situação de rua possuem com esses locais.

Durante o meu contato com a população em situação de rua como Educadora Social em uma Organização da Sociedade Civil que realiza abordagem e orientação social a essa população, pude compreender melhor as relações interpessoais que a população em situação de rua possui com os espaços da rua. Não são relações simples de serem compreendidas, mas que se conseguirmos ter o mínimo de conhecimento possível, conseguiremos criar políticas públicas mais condizentes com a realidade e o desejo dessa população. Pois é nos espaços das ruas que as pessoas em situação de rua rompem, mas também criam outros laços e vínculos afetivos. É nos espaços da rua que provém seu alimento. É nos espaços da rua que descobrem que possuem um talento, pois quando estavam em um emprego com vínculo empregatício não sabiam que tinham. É nos espaços da rua que constroem sua rede de apoio, onde se tem desde o pai até o avô. É nos espaços da rua que essa população se sente pertencente, pois quando a sociedade não os enxerga, eles enxergam uns aos outros.

A partir do que Frúgoli traz, podemos dizer que as pessoas em situação de rua transformam as paisagens urbanas, mas mais do que isso, elas são transformadas por esses espaços. Pois a relação que elas possuem com as ruas não é meramente uma relação de ocupação de espaço, mas sim de reivindicação de espaço; algo que é tirado delas todos os dias, o seu direito de espaço, seu direito de permanecer, seu direito de ir e vir. É como se elas quisessem nos mostrar a todo o momento que elas estão ali, que elas existem e que o lugar delas é onde elas quiserem ficar, embora não discordemos desse desejo. É como se a todo momento elas nos dissessem que não são elas que estão incomodadas conosco, mas somos nós que estamos incomodadas com elas porque não gostamos de vê-las nessas situações.

Com isso posto, é preciso compreender que devemos respeitar os espaços e as relações que a população em situação de rua possui com as ruas. Afinal, o território não é só o seu local de moradia, mas é também o seu local de sobrevivência e resistência.

2. CAPITALISMO NO BRASIL

Segundo Belluzzo, o capitalismo no Brasil começa a surgir em meados de 1880. Período em que “registra a predominância do capital inglês, com mais de $\frac{3}{4}$ do investimento direto realizado, enquanto a França, segundo principal país de origem respondia apenas por 6%. [...]” (p. 10, 1998). Com a crescente das atividades não-manufaturadas, construção de ferroviárias, transporte urbano, houve uma nova configuração econômica no Brasil, configuração essa que foi imprimida do capitalismo inglês.

Com a expansão das fábricas da Inglaterra para outros países, não demorou muito para que o Brasil também fosse tomado pela pressão inglesa de optar pelas atividades não-manufaturadas, visto que a mão-de-obra era mais rentável do que o meio de produção atual (trabalhadores realizando trabalhos manuais). Mas o que revolucionou a configuração econômica no Brasil foi o transporte interno, mais especificamente, o transporte ferroviário:

“[...] No Brasil, isto se manifesta tanto através de uma entrada crescente de investimento direto inglês, como pelo peso predominante de companhias de estrada de ferro no capital total. Esta atividade, além de estender as fronteiras de expansão de investimento inglês, promovendo saída para o excesso de capital de uma economia em crise, permite ainda ampliar o mercado externo para as indústrias domésticas de aço, carvão e equipamentos. [...]” (BELLUZZO, 1998, p. 11.)

Após o endividamento do Brasil com a Inglaterra, inicia-se uma disputa comercial internacional com os países estrangeiros. A Inglaterra passa a perder influência mercantil sobre nosso país e os Estados Unidos passa ser o foco econômico brasileiro.

De acordo com Belluzzo, o padrão de investimento estrangeiro nesse período (Primeira Guerra Mundial) teve suas flutuações e determinados comportamentos:

“[...] Em primeiro lugar, as relações de dependência externa seculares da economia brasileira, que mantiveram marcadamente até os anos 30, que torna seu nível de atividade fortemente subordinado às oscilações do mercado mundial; segundo, a aceleração desse crescimento cria novas oportunidades e em geral facilita o acesso de empresas estrangeiras; por último, a relativa escassez de possibilidades de aplicação lucrativa à medida que as economias desenvolvidas aproximam-se do final de uma fase de prosperidade normalmente acentua o fluxo de exportação de capital, o que envolve parte a disseminação de novas filiais de grandes empresas. [...]” (BELLUZZO, 1998, p. 13.)

Em 1929, ocorre a crise econômica. Segundo o autor, essa crise vai gerar profundas consequências políticas internas e o primeiro estágio do processo de industrialização (BELLUZZO, p. 17, 1998).

A indústria teve maior crescimento no ano de 1933, a taxa média atingiu 11% nos anos 1933/39 (BELLUZZO, p. 18, 1998). Mesmo assim, a indústria ainda não tinha grande poder econômico até o ano de 1955.

Durante esse período em que o autor denomina como primeiro estágio da industrialização, ele destaca a presença do Estado:

“[...] A mudança radical no equilíbrio das forças políticas após 1930, que deslocou parcialmente os interesses agrários mais conservadores em favor dos empreendimentos industriais e dos interesses urbanos, subjugou a velha ideologia oligárquica “liberal” em favor de uma maior participação do Estado, levando mesmo ao caráter intervencionista. [...]” (Ibid, 1998, p. 18-19.)

Após a Segunda Guerra Mundial, a indústria internacional toma um peso ainda maior no Brasil:

“Os anos de Guerra não interromperam inteiramente nem o comércio estrangeiro, cujo balanço era crescentemente positivo, nem as atividades econômicas, embora o ritmo do crescimento industrial tenha diminuído para uma taxa de somente 5% ao ano entre 1939 e 1935. No pós-guerra, a liberação das restrições com relação a importação de equipamentos permitiu que o investimento bruto retomasse rapidamente sua posição 1939 de 15% sobre a produção, atingindo 18% em 1951. Este esforço corresponde mais uma vez a um período de crescimento significativo- cerca de 6,9% ao ano para o produto interno bruto 9% para a produção industrial 1946 a 1952- sob restrição da capacidade de importação, sujeita a controle e limitação a partir de 1947.” (Ibid, 1998, p. 20.)

Em 1948 surge a Missão Abbink que dois anos depois se transformou na Comissão Conjunta Brasil. Em 1952 temos a fundação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). Com isso, o Brasil passa por um desenvolvimento industrial, onde surge a PETROBRÁS, em 1953 (BELLUZZO, p. 20, 1998). Para o autor, a década de 1950 foi de grande crescimento industrial nacional, derivado da influência dos Estados Unidos.

No pós-guerra, a indústria têxtil começa a se desenvolver no Brasil (1960-1970). Há também uma expansão de indústrias filiais multinacionais (BELLUZZO, p. 39, 1998). Isso gera uma competição com as filiais multinacionais e o que faz com esse cenário seja ainda mais evidente é a presença de um parceiro estatal:

“[...] O tradicional ‘tripé’ da economia brasileira – empresas estatais, nacionais privadas e multinacionais- está, ao que tudo indica, reunindo suas forças em empreendimentos comuns como um caminho para a

coexistência mais cautelosa e mutuamente rentável.” (Ibid, 1998, p. 39.)

O autor vai dizer que “para compreender o movimento do fluxo de investimentos ao longo da década de 70 é necessário decompor a formação de capital fixo em pelo menos quatro categorias: investimento privado, investimento governamental (administração direta), inversões das empresas públicas não diretamente ligadas à produção (transportes, comunicações e outras) e investimentos do setor produtivo estatal” (BELLUZZO, p. 50, 1998).

Esses investimentos tiveram grandes oscilações, com taxas bastantes elevadas (1976):

“[...] Em 1975 atinge uma taxa de investimento de 19,8%, quando o fluxo do investimento privado já estava decaindo. A partir de 1976, com a inflexão da política econômica, é o primeiro setor a sofrer grandes cortes nos gastos de investimentos. [...]” (Ibid, 1998, p. 62.)

Os 1976/77 foram os anos em que houve cortes no setor de equipamentos eletrônicos, causando uma crise que alguns anos depois se reestabeleceu, mas se agravou novamente em 1980. Assim como os cortes no setor de equipamentos eletrônicos, também houve cortes na área de transporte (BELLUZZO, p. 63, 1998).

De 1969 a 1973 o Brasil contrai uma dívida externa:

“O primeiro grande impulso da dívida externa brasileira, em sua história recente, se deu no período de 1969/73. Durante quase toda a década dos sessenta, a dívida externa bruta praticamente não se alterou oscilando em torno de um patamar estável, da ordem de US\$ 3 a 4 bilhões. É a partir do final dos anos 60 que a dívida bruta inicia uma trajetória de crescimento acelerado passando de 3,8 bilhões em fins de 1968 para US\$ 12,6 bilhões em fins de 1973. [...]” (Ibid, 1998, p. 68-69.)

Os próximos dois anos são marcados por um aumento na dívida externa do Brasil. Há um aumento de 30% na taxa média da ordem (BELLUZZO, p. 76, 1998). Por conta dos juros líquidos em cima dos empréstimos, a dívida externa brasileira vai para US\$ 5,3 bilhões. Em 1978/80 a dívida sobe para US\$ 9,2 bilhões.

A partir de 1975 “o valor real dos ativos monetários cai sem parar, chegando os meios de pagamento-base da liquidez real a contrair-se em mais de 11% em janeiro a agosto de 1978 (BELLUZZO, p. 142, 1998):

“Este problema da liquidez real declinante, que é em certa medida inexorável com a aceleração inflacionária, a ‘crise de crédito’ provocada pela falta de crescimento da economia, revestem-se no

sistema financeiro brasileiro de características peculiares. A ‘armadilha da liquidez’ típica das crises torna-se um mecanismo particularmente perverso de aceleração inflacionária, endividamento forçado e especulação.” (Ibid, 1998, p. 142.)

A história do capitalismo no Brasil não termina nos anos 80. Porém, queremos abordar outra questão que ainda não abordamos nesse subtítulo; as consequências desse modelo econômico em nosso país.

Com isso posto, é possível desenhar uma linha do tempo sobre como o capitalismo começou e se desenvolveu no Brasil. Um ponto importante que discutiremos em seguida, é a questão social por trás da economia capitalista do nosso país; como o capitalismo afetou e vem afetando a vida dos brasileiros. E para além disso, como ela afeta a vida das pessoas em situação de rua.

2.1. Desemprego no Brasil

Após a visualização do capitalismo no Brasil e sua economia até os anos 1980, faremos um demonstrativo de uma questão que está interligada com os rumos que a economia brasileira foi tomando: o desemprego. O que era algo praticamente inimaginável até o pós-guerra da Segunda Guerra Mundial. O pós-guerra afetou econômica e socialmente vários países do mundo, incluindo o nosso país. Vamos tentar destrinchar nessa sessão os motivos do desemprego nacional.

Courseil (1996) vai dizer que:

“É possível distinguir pelo menos quatro etapas nesta trajetória: a. do plano Cruzado até o fim da década de 80, quando a taxa raramente ultrapassou a barreira de 4%; b. o governo Collor, durante o qual ela se elevou de forma praticamente contínua, até atingirmos de 6% no segundo trimestre de 1992; c. a paulatina queda registrada a partir de então, com a recuperação de economia (sobretudo após o lançamento do plano Real), que fez retornar a patamares inferiores a 4% em fins de 1994; e d. uma nova elevação, detonada com a fase contracionista do plano Real, que fez com que ela voltasse a se aproximar de 5% no segundo semestre de 1995.” (COURSEIL, 1996, p. 3.)

O aumento da taxa de desemprego não ocorreu somente no Brasil. Foi um acontecimento que se deu no mundo todo (COURSEIL, p. 4, 1996). Segundo Courseil, isso

ocorreu devido “à reestruturação produtiva, provocada pela crescente globalização e ao avanço tecnológico (p. 4-5, 1996).

Após o ano de 1988, ano em que foi implementada a Constituição Federal, houve mudanças com relação aos direitos dos cidadãos. Isso também afetou as leis trabalhistas, fazendo com houvesse um comportamento dos trabalhadores e empregadores a respeito da carteira assinada.

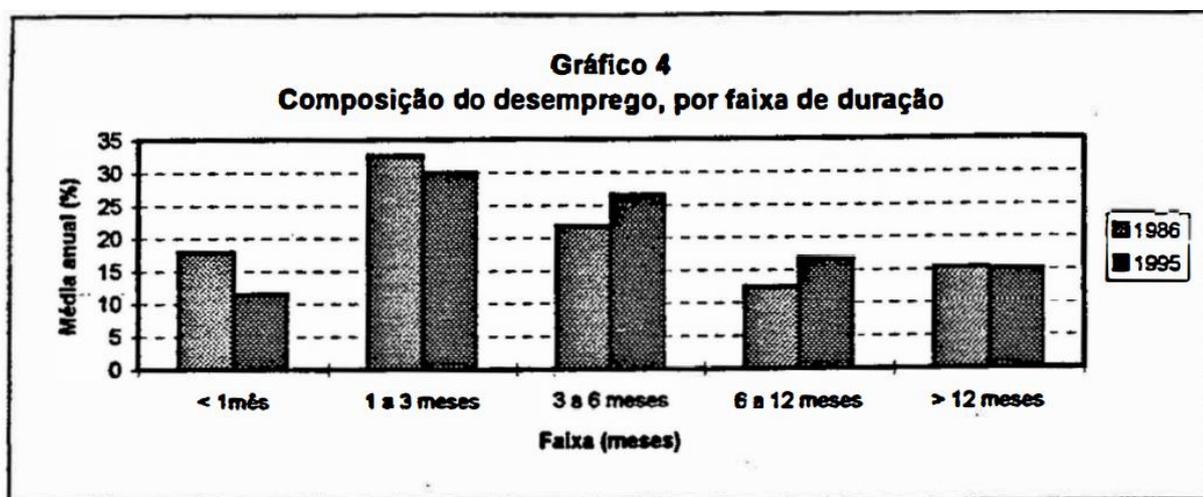
A taxa do emprego formal diminuiu, dando espaço para que os empregos abertos aumentassem:

“A probabilidade de um membro da PEA do Brasil Metropolitano obter um emprego com carteira assinada caiu de 55,73% em 1986 para 46,18% em 1995. O aumento da taxa de desemprego aberto observado neste período, entretanto, representou apenas 12 % deste movimento.” (COURSEIL, 1996, p. 5.)

Segundo Courseil, uma das causas do aumento da informalidade foi a virada de década e o aumento de trabalhadores por conta própria (1996, p. 5).

Outra questão abordada por Courseil, é que o tempo que o trabalhador está desempregado determina por quanto tempo mais ele continuará desempregado.

Figura 1- Gráfico: Composição do desemprego por faixa de duração



Fonte: elaboração própria a partir de tabulações especiais da PME/IBGE.

Fonte: COURSEIL, 1996, p. 5.

Conforme a tabela acima, Courseil compara a taxa de duração do desemprego entre os anos 1986 e 1995, com intervalos de: menos de um 1 mês, de 1 mês a 3 meses, de 3 meses a 6 meses, de 6 meses a 12 meses e mais de 12 meses. A partir da análise do autor, ele relata que:

“Comparando-se esta estrutura nos dois anos, contudo, pode-se perceber um aumento do tamanho relativo das faixas de 3 a 12 meses em detrimento das de menos de 3 meses; ou seja, outro sintoma do agravamento do desemprego é o aumento de sua duração, embora ela continue relativamente baixa.” (Ibid, 1996, p. 7.)

Segundo o autor, “a taxa de desemprego entre os indivíduos com 0 a 4 anos de estudos caiu em todas as regiões (COURSEIL, p. 11, 1996). Já em relação aos indivíduos que possuíam de 5 a 8 anos de estudo “caminhou de maneira heterogênea nas diversas regiões metropolitanas (COURSEIL, p. 12, 1996).

Avançando um pouco, como será que se deu o desemprego nos anos 1990 em diante? Será que houve uma melhora na taxa de desemprego no Brasil? Ou seguimos estagnados?

Para Dedecca, “a evolução desfavorável do emprego formal e seus impactos sobre o mercado de trabalho não-agrícola têm sido analisada segundo duas perspectivas”:

“A primeira delas argumenta que o baixo incremento do emprego formal, em uma conjuntura de crescimento da População em Idade Ativa urbana próximo a 3% a.a., tem se relacionado a uma ampliação das ocupações não formalizadas (assalariados sem carteira de trabalho assinada e trabalhadores por conta-própria) e a um aumento expressivo do desemprego (Baltar, 1996; Dedecca, 1996b; Montagner e Brandão, 1996). Nesta visão, os períodos recessivos, na década de 90, têm produzido quedas significativas nos níveis de emprego formal que não são recompostas nos momentos de recuperação econômica, gerando uma crescente precarização e níveis de desemprego cada vez mais elevados nos mercados de trabalho regionais. A outra perspectiva de análise considera que o baixo dinamismo do emprego formal se reflete fundamentalmente através da precarização dos mercados de trabalho, não sendo o desemprego uma questão relevante para a discussão, dado o seu nível relativamente baixo (Amadeo e Camargo, 1995). (DEDECCA, 1998, p. 106-107.)

De 1990 a 1993 há uma diminuição do uso da mão-de-obra. Com isso há um aumento da População Desempregada (DEDECCA, p. 110, 1998). A perda do dinamismo no trabalho, o aumento da População Economicamente Ativa e ocupados não sustentaram os níveis de ocupação (DEDECCA, p. 110, 1998).

A contração do mercado de trabalho fez com que o número de pessoas inativas e pessoas que estavam procurando emprego aumentasse entre 1990 e 1995 (DEDECCA, p. 115, 1998).

Com base na pesquisa do IBGE de 2024, o número de desempregados é de 7 milhões. De acordo com o IBGE, o desemprego “se refere às pessoas com idade para trabalhar (acima de 14 anos) que não estão trabalhando, mas estão disponíveis e tentam encontrar trabalho. Assim, para alguém ser considerado desempregado, não basta não possuir um emprego” (IBGE, 2024). Ou seja, “um universitário ou uma dona de casa que não trabalha fora não pode ser consideradas pessoas desempregadas” (IBGE, 2024).

2.2. Capitalismo e pobreza

A partir do artigo A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil, o Barros nos dá a definição da palavra pobreza:

“A pobreza, evidentemente, não pode ser definida de forma única e universal, contudo, podemos afirmar que a pobreza refere-se a situações a carência em que os indivíduos não conseguem manter um padrão mínimo de vida condizente com as referências socialmente estabelecidas em cada contexto histórico. Desse modo, a abordagem conceitual da pobreza absoluta requer que possamos, inicialmente, construir uma medida invariante no tempo das condições de vida dos indivíduos em uma sociedade. A noção de linha de pobreza equivale a essa medida. Em última instância, uma linha de pobreza pretende ser o parâmetro que permite, a uma sociedade específica, considerar como pobres todos aqueles indivíduos que se encontrem abaixo do seu valor.” (BARROS, 2001, p. 2.)

Esse valor que Barros cita, é o valor que a sociedade em que vivemos nos dá. Para entender melhor sobre que sociedade estamos falando vamos abordar o modelo de estrutura social que vivemos atualmente; o capitalismo.

Antes do surgimento do capitalismo, o modelo socioeconômico que predominava na Europa era o feudalismo. Após um grande acúmulo de riqueza por parte dos comerciantes, esses então que moravam próximos aos burgos- passaram a serem conhecidos como burgueses- começou a se formar uma nova classe, a classe burguesa. Com a demanda dos burgueses, as

relações feudais passaram a se tornarem obsoletas. Sendo assim, era necessário que um novo modo socioeconômico fosse substituído pelo feudalismo.

A partir do aumento da demanda dos burgueses, iniciou-se o processo de divisão do trabalho. Após a divisão do trabalho, foi implementado os maquinários que substituíram o trabalho feito pelo trabalhador: nascimento das fábricas.

Quando começaram a surgir as fábricas, no século XVII, o Reino Unido passou a fazer o cercamento de terra- acordo entre o Estado e a burguesia; nascimento da propriedade privada, e expulsa os camponeses dessas terras. Com isso, os camponeses vão para as cidades em busca de trabalho. Porém, o único meio de conseguirem sobreviver é vendendo sua força de trabalho para os donos das fábricas.

No século XVIII o capitalismo se torna o novo modelo socioeconômico na Inglaterra e a classe burguesa acaba tomando o poder estatal. Com isso surge o capitalismo mercantil; produção e exportação das mercadorias, tornando a produção dos artesões arcaica. Iniciando-se assim uma pressão do então capitalismo mercantil em cima dos demais países para que eles aderissem à industrialização, empurrando o novo modelo de produção para os países que ainda não tinham se industrializado.

Mas o que o capitalismo tem a ver com a pobreza? Quando falamos em pobreza, estamos falando das pessoas que vivem em tal condição; as pessoas pobres. Segundo Estenssoro, “[...] pobres são então aqueles que não podem satisfazer suas necessidades materiais ou socioculturais mínimas ou fundamentais” (p. 81, 2003).

Ao classificarmos pessoas pobres como pessoas que não conseguem satisfazer suas necessidades básicas, o que estamos querendo dizer? Queremos dizer que essas pessoas não possuem condições mínimas para usufruir daquilo que lhe é direito. Seja a falta de uma refeição, de uma vestimenta, de lazer, transporte, saúde ou/e educação. Sendo assim, quantas pessoas no Brasil vivenciam a condição de pobreza?

Segundo Kageyama,

“Um estudo sobre o desenvolvimento rural no Brasil elaborado por Buainain et al. (1999) também definiu a pobreza de uma forma integrada, combinando a carência de renda com a carência de infraestrutura e serviços básicos nos domicílios. Admitindo cinco tipos de necessidades básicas (abrigo, privacidade, educação das crianças, acesso a sanitário e capacidade de obter uma renda suficiente), foram considerados em situação insatisfatória, isto é, pobres, os domicílios em que pelo menos uma das cinco necessidades básicas não fosse satisfeita.

Com base nessa classificação, em 1995, pelos dados da PNAD, 12 milhões de domicílios, com 53 milhões de pessoas, não alcançavam o padrão de satisfação das necessidades básicas.” (KAGEYAMA, 2006, p. 91.)

Esses dados apresentados pela autora são de 1995, mas será que quase trinta anos depois a situação do Brasil melhorou? O Relatório do Observatório Brasileiro das Desigualdades aponta queda de 40% na redução da extrema pobreza no país no ano de 2023. “Os dados do relatório de 2024 do Observatório Brasileiro das Desigualdades ainda apontam queda de 20% no desemprego. O ganho real no rendimento médio de todas as fontes foi de 8,3%, sendo maior entre as mulheres do que entre os homens: 9,6% contra 7,7%” (MDS: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, 2024).

Mesmo com a queda na extrema pobreza ainda vemos o quanto a sociedade sofre com a pobreza, em especial a população em situação de rua. Retomando a questão do capitalismo, o que ele tem a ver com a pobreza no Brasil?

Segundo Estenssoro, a acumulação de riqueza de outros países afeta a desigualdade social e a pobreza em outros países. Para ele:

“[...] começamos a ver assim a concentração de recursos em alguns países. Essa concentração predomina na economia mundial e posteriormente a veremos dentro dos países, entre classes e entre pessoas. [...] Estas diferenças permitem que se fale até em “capitalismos” regionais (modos de desenvolvimento) de acordo com os padrões de acumulação asiático, latino-americano, norte-americano etc. [...]” (ESTENSSORO, 2003, p. 83.)

De acordo com o seu estudo, “dividindo o mundo em três, com um Terceiro Mundo com renda igual ou menor que o Brasil (US\$ 3. 470 PPP), um Primeiro Mundo com renda superior ou igual que a Itália (US\$ 8.000 PPP), e uma classe média com renda superior ao Brasil e inferior a Itália, percebemos que esse último grupo ficaria apenas com 8% do total da população, significando que praticamente não existe classe média no mundo. A desigualdade entre esses três grupos explica 68% da desigualdade total mundial” (ESTENSSORO, p. 84, 2003).

Sendo assim, o fato de os países mais ricos do mundo obterem a maior parte da riqueza, faz com que os demais países sofram com essa desigualdade que é gerada pela inexistência da distribuição igualitária de renda. A distribuição de renda igualitária não acontece porque vivemos no modo socioeconômico capitalista. Ou seja, que tem como objetivo principal a

acumulação de riqueza. Com isso, aqueles que não obtêm parte dessa riqueza acabam por estarem abaixo de seu valor.

Assim como o proletariado está abaixo de seu valor, a população em situação de rua se encontra abaixo da linha do valor da classe trabalhadora. Eles estão na linha invisível da sociedade, onde não são considerados parte da sociedade, pois para o capitalismo, essa população “nada produz”. E aqueles que não produzem não possuem “serventia” para o capital.

2.3. Fenômeno da pobreza

A pobreza é um fenômeno um pouco complicado de compreender, principalmente quando colocamos na mesa os diferentes aspectos da pobreza. É o que Crespo nos diz em seu artigo A pobreza como um fenômeno multidimensional:

“A conceituação de pobreza é algo extremamente complexo. Pode ser feita levando em conta algum “juízo de valor”, em termos relativos ou absolutos. Pode ser estudada apenas do ponto de vista econômico ou incorporando aspectos não-econômicos à análise, sendo contextualizada de forma dependente ou não da estrutura sócio-política da sociedade [...]” (CRESPO, 2003, p. 3.)

Para Crespo, a pobreza como juízo de valor é insuficiente no que diz respeito a sua fundamentação, pois ela é um conceito que enxerga apenas a subjetividade do que seria de fato a pobreza (p. 3, 2003).

Outro conceito citado por Crespo é a pobreza relativa:

“[...] A pobreza relativa tem relação direta com a desigualdade na distribuição de renda. É explicitada segundo o padrão de vida vigente na sociedade que define como pobres as pessoas situadas na camada inferior da distribuição de renda, quando comparadas àquelas melhor posicionadas. O conceito de pobreza relativa é descrito como aquela situação em que o indivíduo, quando comparado a outros, tem menos de algum atributo desejado, seja renda, sejam condições favoráveis de emprego ou poder. Uma linha de pobreza relativa pode ser definida, por exemplo, calculando a renda per capita de parte da população. Essa conceituação, por outro lado, torna-se incompleta ao não deixar margem para uma noção de destituição absoluta, requisito básico para a conceituação de pobreza. [...]” (CRESPO, 2003, p. 3-4.)

Com relação a conceituação da pobreza, Crespo diz que há várias vertentes que estão sempre relacionadas ao mínimo ou a linha da pobreza. Assim como nas necessidades básicas de um ser humano (alimentação, saúde, habitação, educação, segurança, dentre outros) (p. 4, 2003).

A partir dessas diferentes nomenclaturas de pobreza, Crespo diz que vai existir “três concepções que foram desenvolvidas ao decorrer do século XX: sobrevivência, necessidades básicas e privação relativa (p. 4, 2003).

Segundo Crespo, o objetivo da sobrevivência “foi predominante nos séculos XIX e XX até a década de 50 por nutricionistas ingleses que diziam que a renda das pessoas pobres não condizia com o mínimo para uma alimentação de boa qualidade” (p. 4, 2003). Com isso, formulou-se na Inglaterra políticas de bem-estar (p. 4, 2003). Uma das críticas feitas pelo autor é que as políticas implementadas nessa época eram de baixo índice de assistência, pois o que importava para o Estado é que se mantesse o nível de sobrevivência (p. 4, 2003).

Em 1970 com a integração das Organizações das Nações Unidas (ONU), passou-se a serem colocadas novas exigências quanto as necessidades básicas (CRESPO, p. 4-5, 2003). Já em 1980 a pobreza passou a ser entendida como “privação relativa” (CRESPO, p .5, 2003):

“[...] Dessa forma, sair da linha de pobreza significava obter: um regime alimentar adequado, um certo nível de conforto, o desenvolvimento de papéis e de comportamentos socialmente adequados. Ao mesmo tempo, porém, contrapondo-se a este conceito, floresceu a tese, muito apreciada pelas instituições multilaterais de crédito sediadas na capital norte-americana, de que, com o bom funcionamento dos mercados, as economias se tornariam prósperas, e a riqueza gerada acabaria por beneficiar os pobres. Essa tese ficou conhecida como “Consenso de Washington”. (Ibid, 2003, p. 5.)

Crespo vai dizer que a privação de capacidade também está ligada a condição de pobreza, pois a privação a determinados direitos e condições para a subsistência humana pode prejudicar o desenvolvimento físico e psicológico de uma criança, assim como prejudicar tratamentos de determinadas condições de saúde (p.5, 2003). Ele diz que o fato de uma pessoa morar em um bairro que as estruturas deste não são tão boas, também pode determinar a qualidade de vida dessa pessoa, visto que esses bairros podem ser são mais propensos a alagamentos e enchentes, assim como outros tem mais opções de passeios ao ar livre e espaços que promovem a cultura (p.5, 2003).

Crespo vai dizer que os pobres citam “cinco dimensões do bem-estar: bem-estar material, bem-estar físico, segurança protetora, liberdade de escolha e de ação e boas relações sociais” (p.10, 2023). E quando o assunto é bem-estar material “a falta de comida, abrigo e vestimenta, moradia precária” são as mencionadas por eles (p.10, 2003).

No que se diz respeito ao bem-estar físico, Crespo diz que:

“[...] O corpo é o principal ativo das pessoas pobres e ele não está seguro. Se ele se deteriora, a fome e a pobreza se seguem. As péssimas condições de vida aliadas à pobreza material tornam uma pessoa extremamente vulnerável à doença pela fraqueza, à deficiência física permanente ou à morte por doença ou acidente. A restrição alimentar e a doença não só causam dor, mas enfraquecem e desvalorizam o “ativo”. As pessoas pobres estão mais sujeitas a ficar doentes por um período maior de tempo e têm menos condições de arcar com os custos de um tratamento, quando comparadas aos mais ricos. As mulheres, pelo fato de estar, cada vez mais, com uma sobrecarga maior devido aos seus múltiplos papéis (mãe, mulher, dona-de-casa, assalariada), são as mais suscetíveis à exaustão completa. Portanto, a doença pode levar uma família imediatamente à pobreza.” (CRESPO, 2003, p.10.)

A liberdade de escolha colocada por Crespo perpassa todas as camadas sociais vivenciadas pela população mais pobre (p.10 2003). Quando se fala em liberdade de escolha, será que as pessoas pobres a possuem? Será que elas escolhem passar mais tempo doente do que uma pessoa rica porque sua condição financeira não lhe permite realizar os cuidados necessários para que sua doença seja tratada da melhor forma possível? Se pararmos para pensar, qual pessoa pobre escolheu ser pobre? Chegaríamos a uma conclusão de que o fato de ser pobre não é uma condição a qual se escolhe. Sendo assim, que liberdade de escolha teriam as pessoas pobres. E mais ainda, que liberdade de escolha teriam as pessoas em situação de rua?

O fenômeno da pobreza atinge as pessoas pobres não somente no âmbito financeiro, mas também no âmbito social, cultural e histórico. Pois quando estamos falando de pobreza não estamos falando somente de uma dificuldade em realizar a compra do mês, pagar o aluguel ou ter dinheiro para pagar a passagem de ônibus no fim de semana para ir ao cinema. Estamos falando da falta de acessos. Estamos falando da atrofia por parte de uma população majoritária no Brasil. É o soterramento de uma população que na Constituição possuem os mesmos direitos

que todos os outros, mas que na prática enfrenta muito mais que dificuldades para conseguir os mesmos feitos que as pessoas mais ricas conseguem sem muito esforço. Esse fenômeno é resultado e garantia de que a desigualdade e o capitalismo perpetuem e que a população mais abastarda não tenha outra escolha a não ser se contentar a (sobre)viver das mazelas causadas por tamanha desigualdade social e estrutural do nosso capital.

2.3.1. Barros e a desigualdade da distribuição de renda

No texto *A Estabilidade Inaceitável: Desigualdade e Pobreza no Brasil*, Barros, Henriques e Mendonça relatam que “o Brasil não é um país pobre, mas um país com muitos pobres e que os elevados níveis de pobreza que afligem a sociedade encontram seu principal determinante na estrutura da desigualdade brasileira, uma perversa desigualdade na distribuição da renda e das oportunidades de inclusão econômica e social.” (BARROS, p. 1, 2001). Essa síntese dos autores sobre a pobreza no Brasil, nos leva logo de início a compreender o fenômeno que está por trás da pobreza. Como falamos na sessão anterior. Não há distribuição de renda em nosso país, pois vivemos no modelo econômico capitalista. Como dito por Barros, essa ausência de distribuição de renda é um dos fatores que corroboram para a estrutura da desigualdade no nosso país, logo quando não há distribuição de renda igualitária sempre haverá desigualdade entre classes e enquanto houver classes sociais, haverá desigualdade e pobreza. Parece um ciclo sem fim e poderíamos acabar com esse assunto por aqui mesmo, mas o nosso objetivo é compreender melhor esse fenômeno, não apenas sintetizá-lo.

Barros vai dizer que entre os anos 70 e 90 houve uma queda no número de pessoas pobres no Brasil, mas que essa queda e estabilidade que se deu após os anos 90 não é aceitável:

“[...] a magnitude da pobreza, mensurada tanto em termos do volume e da percentagem da população como do hiato de renda, apresenta, na segunda metade da década de 90, uma tendência de manutenção de um novo patamar inferior ao observado desde o final dos anos 70. Isso indica, sem dúvida alguma, uma melhora aparentemente estável no padrão da pobreza, mas esse valor continua moralmente inaceitável para a entrada do Brasil no próximo século.” (BARROS, 2001, p. 4.)

É importante ressaltar que na pesquisa feita por Barros, as questões que estavam sendo consideradas para a análise da pobreza eram a escassez agregada de recursos e a má distribuição dos recursos existentes. Que segundo ele, são principais determinantes para a pobreza no Brasil (p. 4, 2001).

Barros vai dizer que a renda per capita do Brasil comparada com os demais países do mundo está em desnível, mesmo a renda per capita estando na média mundial, pois não há uma distribuição de renda com equidade (p. 5, 2001).

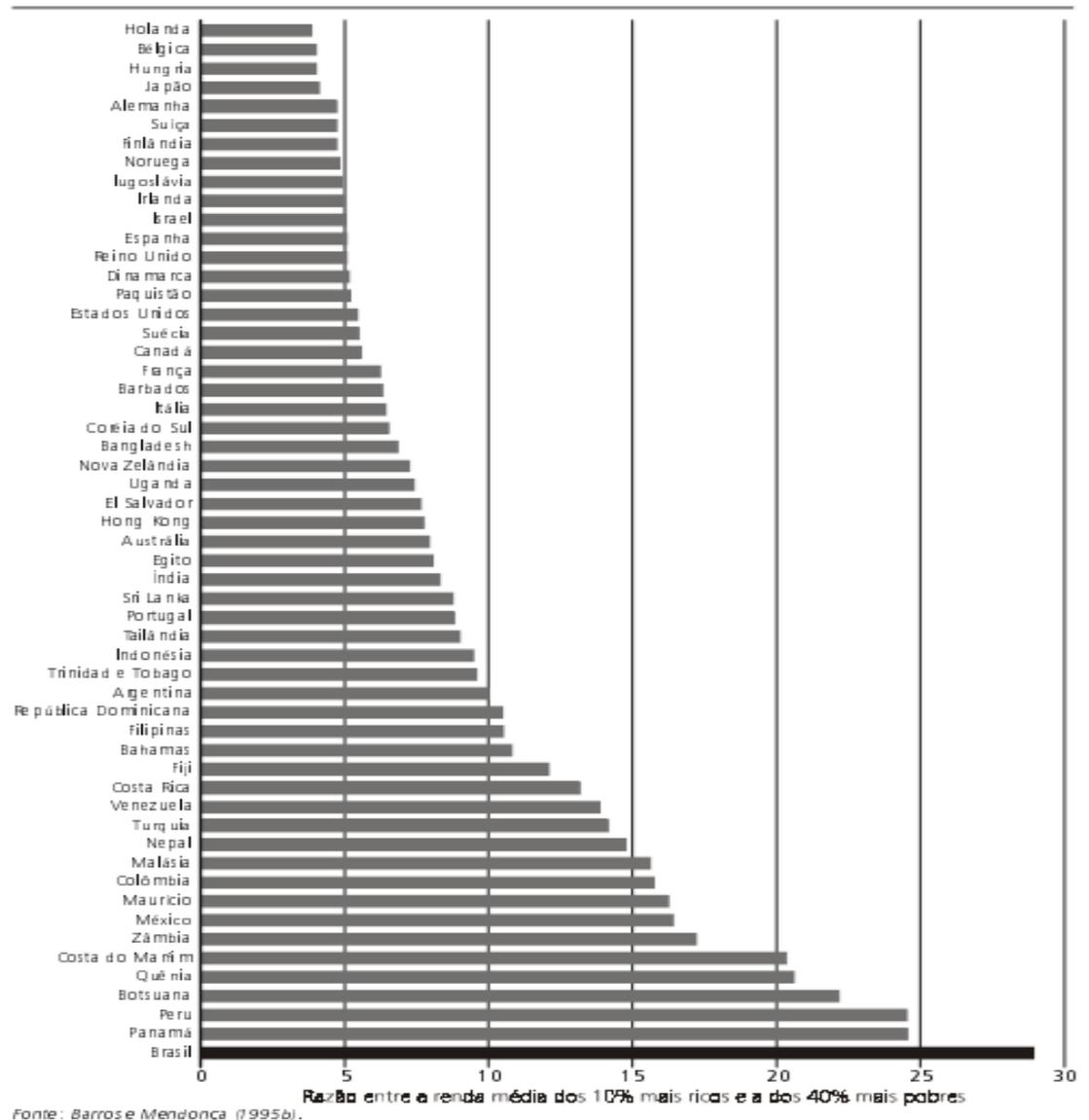
Segundo Barros:

“[...] a renda familiar per capita e o PIB per capita representam, hoje, valores cinco a oito vezes superiores à linha de indigência e três a quatro vezes à linha de pobreza. Assim, confirmamos a hipótese de inexistência de escassez de recursos, na medida em que uma distribuição equitativa dos recursos nacionais disponíveis seria muito mais do que suficiente para eliminar toda a pobreza.” (BARROS, 2001, p. 8.)

Esse exercício hipotético colocado por Barros parece ser simples de resolver. Mas sabemos que na verdade não é tão simples assim. Será que as pessoas mais ricas do mundo concordariam em dividir seus bens com o restante do planeta? Se fomos parar para pensar no nosso modelo econômico atual, já sabemos a resposta. Por isso não é tão simples. Os maiores detentores da riqueza do mundo não estão dispostos a renunciar de seus bilhões para que outras pessoas possam ter uma vida mais digna e igualitária. Sem contar no que eles ganhariam com isso. Eles perderiam o poder e assim a população se emanciparia. A emancipação da população não é o cenário que os grandes empresários gostariam de ver, pois se isso acontecesse, quem eles iriam explorar?

Figura 2- Grau de desigualdade de renda: razão entre a renda dos ricos (10+) e dos pobres (40-)

Grau de desigualdade da renda: razão entre a renda dos ricos (10+) e a dos pobres (40-)



Fonte: BARROS, 1995, p. 8.

O gráfico anterior faz uma comparação da renda per capita entre os países dos mais ricos (+10) e os mais pobres (-40) e o Brasil é o país mais desigual entre esses países destacados no gráfico acima no ano de 1999.

Entre os anos 1977 e 1999, Barros diz que:

“As duas décadas analisadas desvelam um cenário de concentração da renda em que os indivíduos que correspondem à parcela dos 20% mais ricos da população se apropriam de uma renda média entre 24 e 35 vezes superior aos 20% mais pobres; os 10% mais ricos, por sua vez, dispõem de uma renda que oscila entre 22 e 31 vezes acima do valor da

renda obtida pelos 40% mais pobres da população brasileira. [...]” (Ibid, 2001, p. 17-18.)

Esses números trazidos pelo autor parecem ser irrealistas, até mesmo absurdos. Em miúdos, é como se houvesse um bolo de 20 pedaços e 2 pessoas comessem juntas 15 pedaços e deixassem o restante para outras 20 pessoas dividirem entre elas. Esse exemplo hipotético demonstra a tamanha injustiça social que é cometida em relação a divisão da renda per capita. É entendido que essa conta não fecha e que quem paga por isso é a população mais pobre.

2.3.2. Pobreza multidimensional: antes e pós pandemia da COVID-19

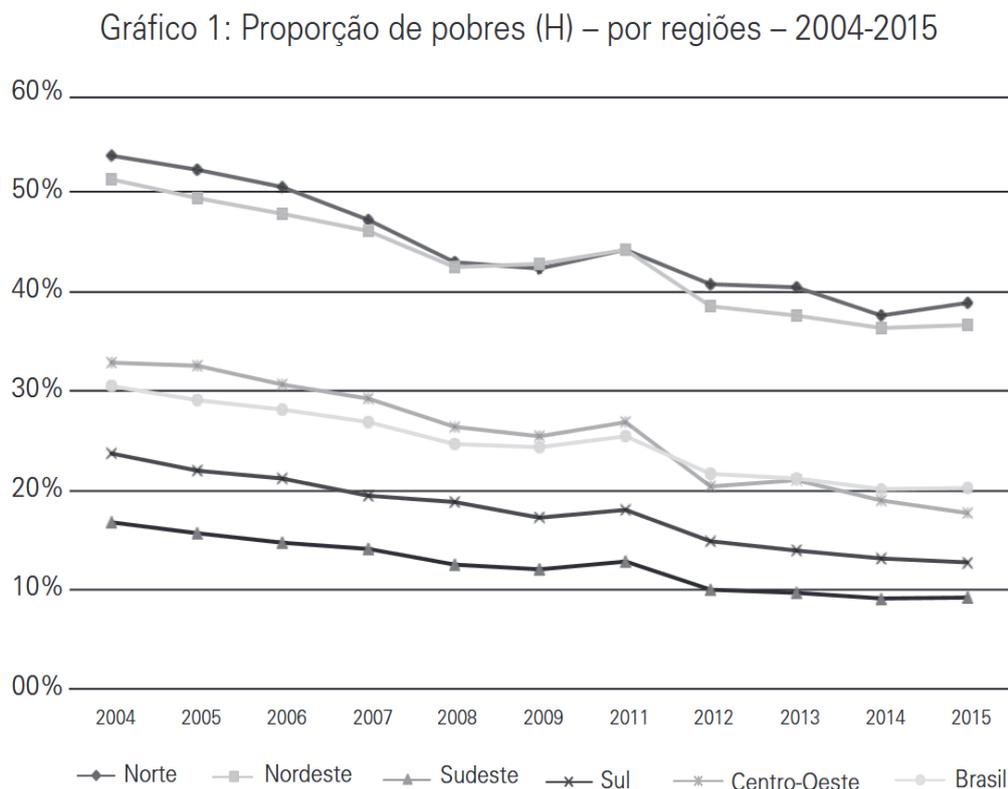
Como visto nas sessões anteriores em que falamos da pobreza, há de se entender que ela é multidimensional. Mas, para compreendermos o porquê de ela ser multidimensional iremos utilizar do texto de Silva que fala sobre a Pobreza multidimensional no Brasil: uma análise do período 2004-2015.

Silva vai dizer que Sen “justifica a necessidade de se utilizar uma abordagem multidimensional da pobreza, pois as pessoas são atingidas por privações de maneiras diferentes” (p. 143, 2020). Nesse caso, não se deve levar em consideração somente a renda per capita, mas sim as demais dimensões em que as pessoas pobres vivem.

Com a pesquisa realizada por Silva ele diz que:

“Em termos absolutos, houve uma redução de mais de 12 milhões de pessoas abaixo da linha da pobreza multidimensional (ou uma redução de 37%), ou seja, em 2015 havia 12 milhões de pessoas a menos abaixo da linha da pobreza multidimensional em comparação com 2004. O IPM teve uma redução de mais de 70% no mesmo período e a população brasileira apresentou um crescimento de 11%. Em termos de visualização da variação do IPM no período o índice de variação com base no ano de 2004 mostra que o decréscimo foi de mais de 40%.” (SILVA, 2020, p. 150.)

Essa colocação de Silva relata uma melhora nos índices de pobreza no Brasil. Porém, o que Silva afirma sobre a extrema pobreza é que “dos 32 milhões abaixo da linha de pobreza multidimensional, 17 milhões ainda estão sob pobreza severa, ou seja, 53% da população pobre sofre de privações em, pelo menos, metade dos indicadores” (2020, p. 150). Esses números soam um tanto quanto contraditório, visto que os índices de pobreza no Brasil diminuíram. Mas isso é o que Sen e Silva chamam de pobreza multidimensional.

Figura 3- Gráfico: Proporção dos pobres (H) por regiões- 2004-2015

Fonte: IBGE, Microdados da PNAD 2004-2015.

Fonte: SILVA, 2020, p. 150.

O gráfico acima demonstra a porcentagem de pessoas pobres por região dos anos 2004 a 2015. Em todos eles notam-se uma queda no ano de 2009, um aumento em 2011 e outra queda novamente no ano de 2012. A região Norte é a considerada com maior número de pessoas pobres e a Sudoeste com o menor número. De acordo com Silva:

“A Região Norte saiu de uma proporção de pobres de 51% em 2004 para 34% em 2015, o que resulta em uma redução de 50%. A região Sudeste apresenta os resultados positivos para a maioria dos indicadores, saindo de uma proporção de pobres de 13% em 2004 para 7% em 2015. As maiores reduções foram das regiões Sul e Centro-Oeste e a menor redução foi na região Norte.” (SILVA, 2020, p. 151.)

Silva destaca que “a população vulnerável a pobreza multidimensional aumentou no mesmo período nas regiões Norte de Nordeste” (2020, p. 153). Com isso, ele afirma que sob

uma hipótese, pode-se dizer que “a população que sai da pobreza multidimensional vai para a situação de vulnerabilidade à pobreza” (2020, p. 153).

A pesquisa realizada por Silva foi no ano de 2020. Até então estávamos entrando no que chamaríamos de pandemia da COVID-19. Por assim dizer, enquanto Silva realizava essa pesquisa ele não imaginava os impactos que o vírus da COVID-19 teria no Brasil, nem no mundo. Sendo assim, queremos contribuir para uma visão dos impactos causados por esse vírus no nosso país após o fim da pandemia.

Um dos primeiros impactos da pandemia foi o desemprego. De acordo com a Oxfam Brasil:

“Em todo o mundo, 61% das pessoas trabalham na economia informal. Quarenta por cento são mulheres e muitos são jovens – na verdade, três quartos dos jovens adultos ganham a vida no setor informal. Esses trabalhadores, que incluem ajudantes domésticos, vendedores ambulantes, motoristas de entrega e assalariados diários em canteiros de obras, foram particularmente afetados pela pandemia, já que não têm segurança no emprego e acesso aos benefícios do emprego formal, como o do seguro-desemprego.” (OXFAM BRASIL, 2020, p. 5.)

Em decorrência do aumento do desemprego, o emprego informal também aumentou como forma de garantir um sustento para aqueles que não tinham sua carteira de trabalho assinada, seja porque foram demitidos pela crise da pandemia ou porque já estavam desempregados antes mesmo do vírus se espalhar pelo mundo todo.

Em uma entrevista feita UFRGS com a professora do Departamento de Sociologia UFRGS, Thays Mossi, a docente relata que:

“Ao longo do século XX, cada país desenvolveu seu sistema de proteção social à sua forma. No Brasil, a principal característica dessa construção é o seu caráter parcial, ou seja, o nosso sistema de proteção nunca foi capaz de alcançar todos os indivíduos. Isso se deve ao fato de que - não apenas no Brasil, mas também em outros países como a França - o acesso à proteção social está condicionado ao trabalho, mais especificamente, ao trabalho formal. Assim, um sistema de proteção social universal requer que todos os trabalhadores tenham acesso a um trabalho formal, o que a França conseguiu promover por um momento. No Brasil, o acesso ao trabalho formal pode se dar como assalariado com carteira assinada ou autônomo com CNPJ.”

O que a professora Thays quer dizer é que com o trabalho formal, o trabalhador possui direitos e benefícios que um trabalhador informal não possui. Com isso, os trabalhadores informais estão sujeitos aos mesmos riscos que um trabalhador formal, porém, o trabalhador formal está assegurado pelas leis trabalhistas, enquanto o trabalhador informal está à mercê dos mesmos riscos sem nenhuma seguridade.

Os trabalhadores formais, durante a pandemia, estavam assegurados pelo governo com relação a continuidade do pagamento de seus salários, mesmo nos períodos em que seu local de trabalho não estivesse funcionando, seja devido ao decretado do Estado que não permitia que comércios realizassem atendimentos presenciais, ou porque os estabelecimentos decretaram falência por conta da pandemia da COVID-19.

Aqueles que não estavam empregados, nem tinham uma renda, mesmo que informal, passaram a receber o auxílio emergencial. O auxílio emergencial foi “um benefício financeiro criado para garantir renda mínima aos brasileiros em situação vulnerável durante a pandemia da Covid-19 (coronavírus)” (Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social Família e Combate à Fome, 2025). O benefício era de R\$ 600,00 mensais para o beneficiado.

O auxílio emergencial foi liberado para seus beneficiados no ano de 2020 (cinco anos atrás). Em um período de calamidade pública, o governo decide que uma renda mensal de R\$ 600,00 seria o suficiente para uma família sobreviver. Nem é preciso pararmos para analisar que com essa renda, uma família de quatro pessoas não conseguiria em hipótese alguma se manter. Se dividirmos essa renda entre essa família, teremos R\$ 150,00 mensais para serem gastos com cada uma delas.

Vamos então recapitular o cenário de 2004 a 2020. Se até 2015 a taxa de pobreza em nosso país tinha se estabilizado, em 2020 nos deparamos com um cenário de crise sanitária, desemprego em massa, aumento do emprego informal, uberização² do trabalho e aumento da taxa de pobreza novamente. 2020 foi o ano em que nosso país teve um aumento na taxa da pobreza severa e entrou no mapa da fome.

Segundo a Agência do Senado,

“Em 2022, o Segundo Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia de Covid-19 no Brasil apontou que 33,1 milhões de pessoas não têm garantido o que comer — o que representa 14 milhões de novos brasileiros em situação de fome. Conforme o estudo, mais da metade (58,7%) da população brasileira convive com a insegurança alimentar em algum grau: leve, moderado ou grave.” (AGÊNCIA DO SENADO, 2022.)

Quase três anos depois dessa notícia, o Brasil ainda continua no mapa da Fome. Segundo a Organização da Nações Unidas (ONU), o Brasil está no 94º lugar entre os 111 países que estão no mapa da fome (ONU, 2024). Numa matéria publicada pela ONU, o representante da FAO no Brasil, Jorge Meza, relata que a fome cresceu com a pandemia (ONU, 2024).

É perceptível que quase dois anos depois do fim da pandemia, o Brasil ainda sofre as consequências causadas pelo vírus da COVID-19. É sabido também, que mesmo antes da pandemia já existiam pessoas em situação de rua no mundo, mas com a descrição desse cenário, é mais que evidente que o número de pessoas em situação de rua também tenha aumentado. Pois se o número de pessoas passando fome em nosso país aumentou, é quase que “impossível” que o número de pessoas em situação de rua não tenha aumentado. Para isso, vamos destrinchar melhor essa questão na próxima sessão.

2.4. COVID-19 e população em situação de rua

Segundo o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), o número de pessoas em situação de rua cresceu em 38% durante a pandemia de COVID-19 entre os anos de 2019 e 2022 (IPEA, 2022). Somente na metrópole de Campinas, houve um aumento de 13,3% (G1 CAMPINAS E REGIÃO, 2021). No período em que essa matéria foi publicada, 70% da população em situação de rua de Campinas entrevistada havia tomado a dose de vacina da Janssen contra a Covid-19 (G1 CAMPINAS E REGIÃO, 2021).

De acordo com Honorato e Oliveira em seu artigo População em situação de rua e COVID-19, foram implementadas estratégias e ações para o enfrentamento da COVID-19 junto a população em situação de rua (HONORATO E OLIVIERA, 2020) no Brasil. Um dos métodos de prevenção é a “distribuição de produtos de limpeza e itens de alimentação em locais de aglomeração de PSR”. Como conscientização, “orientação sobre a doença, sobre higiene e prevenção e sobre pontos de acolhimento no município”. E sobre a infraestrutura, “instalação de abrigos temporários para aumentar o número de vagas disponíveis para o acolhimento na cidade” (HONORATO E OLIVEIRA, 2020, p. 1069).

Em 15 de junho de 2020, a Prefeitura de Campinas anunciou a abertura de um 3º abrigo emergencial com 40 vagas que passaria a funcionar a comando da Cáritas Arquidiocesana de Campinas (CAMPINAS.COM.BR, 2020). A matéria relata que além desse abrigo havia mais dois; um com 30 vagas para pessoas com sintomas gripais e outro com 50 vagas para pessoas acima de 60 anos e com doenças crônicas (CAMPINAS.COM.BR, 2020). Com relação a estratégias de prevenções, não foi encontrado nenhuma matéria que apresentasse essa ação no

munícipio de Campinas. Cabe também ressaltar, que de acordo com Honorato e Oliveira, essas medidas poderiam ou não serem acatadas pelos municípios, ou seja, não eram ações obrigatórias (HONORETE E OLIVEIRA, 2020, p. 1070).

Analisando o quadro de sugestões para o planejamento de ações contra a COVID-19 antes de um surto de Honorato e Oliveira, eles sugerem ações que continuem com os atendimentos e acolhimentos as pessoas em situação de rua do modo como era antes da pandemia, porém com algumas precauções e orientações. O “fornecimento de sabão, lenços descartáveis máscaras cirúrgicas e artesanais” soa um tanto quanto contraditório com a realidade que encontramos nas ruas, pois se pararmos para pensar a distribuição desses itens não solucionam um problema que não engloba somente uma pandemia, pois a população em situação de rua enfrenta bastante dificuldade em realizar sua higiene pessoal em Campinas- mesmo com os banhos ofertados no Centro POP II e na Casa da Cidadania- (iremos abordar o trabalho desses e outros serviços mais para frente), mas que inclui uma grande dificuldade dessa população em acessar direitos básicos- também abordaremos essa questão mais adiante.

CAPÍTULO II- POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E O TERRITÓRIO

2.1. Situação de rua

Ao utilizarmos o termo “pessoa em situação de rua” o que estamos querendo dizer? Queremos dizer que ninguém é de rua, mas sim que está numa situação/condição de rua. Ou seja, naquele momento presente, aquela pessoa está em condição, mas que amanhã pode não estar mais. Se pararmos para pensar, a rua é um espaço bastante incerto e impermanente. Inclusive, umas das frases que mais ouço das pessoas em situação de rua é “não sei nem se amanhã vou estar aqui”. Essa população lida com a incerteza a todo momento. Nada é previsível. Por isso o termo situação de rua é o mais adequado para nos dirigirmos a ela.

Rosa, em seu livro *População de rua: quem é, como é vive, como é vista*, categoriza a situação de rua em três estados:

“*ficar na rua- circunstancialmente

*estar na rua- recentemente

*ser de rua- permanentemente.” (ROSA, 1994, p. 93.)

A primeira categorização, ficar na rua, remete a aquela pessoa que provavelmente nunca ficou em situação de rua antes e procura meios possíveis para sair dessa condição. Seja

procurando um emprego formal ou informal, um quartinho de pensão ou os serviços da assistência social para evitar a todo custo dormir na rua. Pois sabe-se que essa pessoa não possui o que é necessário para “sobreviver” a uma noite nas ruas (ROSA, p. 94, 1994).

Estar na rua significa que a pessoa possui certos vínculos com a rua, não a considera tão ameaçadora, conhece os meios de subsistência e os serviços de assistência social que podem auxiliá-la. Diferente da pessoa que fica na rua, essa pessoa passaria uma noite na rua sem grandes problemas (ROSA, p. 94, 1994).

Ser da rua é o estágio em que a pessoa geralmente já está há anos nessa condição. É a fase em que, segundo Vieira, é a mais difícil de sair, pois nesse período a pessoa já possui vínculos estabelecidos; criou laços com outras pessoas que se encontram na mesma conjuntura, já se familiarizou com os espaços a um ponto que a rua deixa de ser um de seus maiores problemas. E quando somatizamos as violações que passaram durante os anos e que acabaram degradando o estado físico e mental dessas pessoas, as fazendo normalizar e aceitar essa condição, ao ponto que sair da situação de rua seja um cenário ainda mais distante (ROSA, p. 94, 1994).

Essas três categorias, nos instiga a interpretar que estar em situação de rua, está para além de: ficar na rua, estar na rua e ser da rua. Mas que quando falamos de algo ainda mais complexo, mais subjetivo, passamos a nos questionar os motivos pelos quais uma pessoa passa a ser ou estar em situação de rua. Essa questão mexe com a visão social e antropológica que temos do indivíduo. Ela nos leva a querer olhar a situação como um todo e não apenas como uma parte dela, a parte que apenas enxergamos com os olhos físicos. Nessa hora é preciso olhar para a situação de uma outra maneira. Olhar o indivíduo como o ser que ele é-biopsicossocial. E é a partir dessa análise que daremos continuidade ao próximo item.

2.1.1. Conflitos familiares

Ouvindo os relatos das pessoas em situação de rua todos os dias, posso dizer que há vários motivos pelos quais uma pessoa pode se tornar uma pessoa em situação de rua. As que mais escuto são por: conflitos familiares e/ou rompimentos dos vínculos, uso abusivo de substâncias psicoativas, desemprego e algum tipo de transtorno mental. As causas citadas não são as únicas. Há uma complexidade muito grande por trás de cada história de cada pessoa que abordei no município de Campinas, uma singularidade e ao mesmo tempo uma pluralidade.

Conflitos familiares e/ou rompimentos dos vínculos são os mais comuns. Quando falamos de família estamos falando de uma inescrutabilidade. Danda Prado em *O que é família*, diz que:

“[...] A palavra FAMÍLIA, no sentido popular e nos dicionários, significa pessoas aparentadas que vivem em geral na mesma casa, particularmente o pai, a mãe e os filhos. Ou ainda, pessoas de mesmo sangue, ascendência, linhagem, estirpe ou admitidos por adoção.”
(PRADO, 1985, p. 7.)

Prado diz que os “tipos de família variam muito” e que a forma mais valorizada de nossos dias é a família composta de pai, mãe e filhos, chamada família “nuclear”, “normal” (1985, p. 8). A autora dá descrições da família dos anos 1980- século XX-, mas se pararmos para analisar, mesmo no século XXI, ainda temos esse modelo como referência.

Quando cristalizamos a imagem de uma família composta por um pai, uma mãe e seus filhos, estamos engessando o modo como nos relacionamos, não somente dentro de nosso núcleo familiar, mas também fora dele. Isso é prejudicial para nossa sociedade, pois molda um ideal de família, e qualquer outro modelo familiar que surja pode ser visto como “anormal”, “estranho”, gerando preconceitos e violências.

E esse ideal que criamos é fundamental para segregar pessoas. Quando impomos esse ideal para nós e para quem convive conosco- a nossa família-, estamos de certa forma colocando limites e hierarquias sociais. Essas condições fazem com que os membros da família em algum momento se sintam desconfortáveis com esse “projeto”, ou então se sintam tão confortáveis a ponto de se submeterem a situações que podem lhes causar mal, seja psicológico, emocional ou até mesmo físico.

Com relação a esse ideal de segregar pessoas, conforme tentamos atingir esse objetivo de família ideal, criamos conflitos. Esses conflitos, dependendo do seu nível de violência ou constância pode acabar fragilizando os vínculos ou até mesmo os aniquilando.

É com os vínculos fragilizados ou rompidos que muitas pessoas em situação de rua vêm para rua ou permanecem nela. Quantas vezes escutei de pessoas que saíram de casa pela dificuldade de relacionamento com os pais e/ou familiares- principalmente do público LGBTQIAPN+-, por eles não aceitarem as crenças ou até mesmo com quem eles se relacionam sexualmente.

A fragilidade e rompimento dos vínculos familiares tem um peso muito grande na vida dessas pessoas, pois as pessoas de sua família eram as únicas pessoas com as quais elas poderiam contar, mas que infelizmente não podem mais. Isso pode gerar uma sensação de

solidão e desamparo. É difícil enxergar uma perspectiva de vida quando não se tem uma rede de apoio, quando não se tem uma família. Porém, para alguns, o rompimento com essa família pode ser o fim de muitas angústias.

2.1.2 Uso de substâncias psicoativas

O primeiro ponto que gostaríamos de abordar nessa sessão é como as pessoas em situação de rua passam a fazer uso de substâncias psicoativas (SPA). Das pessoas que abordei e conversei pelas ruas de Campinas, algumas disseram que começaram o uso de SPA pelo incentivo de algum membro da família. O uso abusivo de álcool ou até mesmo crack dentro de casa era comum. Outras disseram que começaram o uso de SPA após um episódio marcante; a perda de um familiar, de um emprego, o fim de um relacionamento. E todos eles relataram que após ir para a condição de rua tiveram o uso intensificado. Ou seja, o espaço da rua é um grande indicador de que o uso de SPA é praticamente inevitável.

Mas porque essas pessoas intensificam o uso de substâncias psicoativas nos espaços da rua? Digamos que a rua não é um ambiente nada fácil. As pessoas que a têm como seu espaço de "moradia" precisam se utilizar de artifícios para facilitar sua sobrevivência. Todos os dias elas lidam com inúmeros tipos de preconceitos, muitas das vezes são agredidas verbalmente e fisicamente- até por aqueles que deveriam estar protegendo os patrimônios de nossa cidade-, passam noites em claro para evitar que sofram algum tipo de violência. Sendo assim, o uso de SPA é um "facilitador" de todo sofrimento vivenciado na rua.

Um questionário aplicado pela Qualitest no município de São Paulo com pessoas em situação de rua no ano de 2019 para saber o número de pessoas que já usavam drogas antes de irem para a condição de rua e quais usavam, chegou aos seguintes resultados:

“[...] A questão permitia mais de uma resposta. 68,9% declararam fazer uso de cigarro antes de morar nas ruas, 68,2% declararam fazer uso de bebidas alcóolicas, 40,1% declararam fazer uso de maconha, 35,6% declararam fazer uso de cocaína, 23,9% declaram fazer uso de crack, 13,4% declararam fazer uso de inalantes, 2,4% declararam fazer uso de outras substâncias, e apenas 12,6% declararam não fazer uso de nenhum tipo de drogas.” (SMADS, 2019, p. 80.)

O fato de que a maioria já fazia uso de algum tipo de substância, seja ela lícita ou ilícita, não exclui o fato de que entre o total dos entrevistados, 40,1% já faziam uso de álcool, quase metade (23,9%) faziam uso de crack (SMADS, 2019, p. 80). Ou seja, ao contrário do que grande

parte da população acredita, o uso de crack não é o prevalecente entre as pessoas em situação de rua e sim o álcool, uma droga lícita.

Caccia, ao citar Ribeiro, diz que:

De forma geral, os efeitos a curto-prazo do crack são de extrema felicidade e energia, uma maior sensibilidade dos sentidos de visão, audição e do toque, estado de maior alerta e pode também chegar ao estado de paranoia e irritabilidade, sendo esse último associado a quadros de imprevisível e repentino comportamento violento (RIBEIRO et al, 2010). (CACCIA, 2023, p. 20.)

O último quadro citado é o que os municípios relatam; uma pessoa bêbada chama menos atenção do que uma pessoa violenta; um grupo de pessoas fazendo uso de crack debaixo de um viaduto a luz do dia chama mais atenção do que um grupo de pessoas bêbadas numa praça localizada na região central da cidade. Por isso se tem essa falsa sensação de que há mais usuários de crack do que de álcool no município. Sem contar que pelo fato de o álcool ser uma droga lícita, o uso dela em locais públicos é “aceitável” pela população de forma geral. Não estamos querendo defender o uso do crack, apenas demonstrar que o uso de um causa mais espanto que o uso de outro.

Para entendermos melhor, vamos tentar compreender o que o álcool e o crack causam no organismo de seus dependentes- esses não são os únicos tipos de droga utilizados pelas PSR, mas são os principais, por isso acreditamos que seja mais relevante darmos ênfase nesses dois.

Segundo Maia:

“[...] A ação dessa substância (crack) no Sistema Nervoso Central (SNC) assemelha-se a uma satisfação sexual ou quando se bebe água quando se tem bastante sede.” (MAIA, 2014, p. 172.)

Maia diz que no primeiro contato com o crack pode ocorrer a dependência, pois “ao inalar o crack, as moléculas de cocaína potencializam as sensações de prazer devido estimulação das regiões cerebrais específicas” (2014, p. 172). O estímulo que a droga tem no cérebro de seu usuário é tão intensa que é impossível que ele se contente em usar apenas uma vez.

Outra área de extrema importância também é atingida pelo crack. É a região responsável por atividades relacionadas a soluções de problemas, flexibilidade mental, julgamento moral e a velocidade de processamento de informações. O indivíduo torna-se dependente, perde a capacidade de julgamento, tornando-se mais propenso a seguir os

estímulos de urgência que levam ao uso da droga. (MAIA, 2014, p. 172.)

O autor coloca que devido a substância ser eliminada rapidamente do corpo, isso interrompe a sensação de prazer e euforia, o que leva o usuário a querer usar a droga novamente (MAIA, 2014, p. 172).

Os efeitos físicos do crack em seu usuário são muito mais visíveis. A sua forma “esquelética”, o rosto magro que está sempre olhando para o chão, muita das vezes com a higiene precária, chama a atenção. A perda de fome causada pela droga faz com a pessoa passe dias sem se alimentar. A fissura faz com que o usuário passe horas a fio a procura de mais uma “pedra”. Há casos em que elas passam a noite em uso e quando param de usar podem ficar dois-três dias dormindo. O uso é tão intenso que muitas das pessoas que já abordamos e passaram a noite fumando crack não acordam nem com “chacoalhões”.

A Cartilha sobre o crack feito pelo Conselho Nacional de Justiça, elenca alguns agravantes para as pessoas que fazem uso da substância. Ela diz que o uso do crack tem efeitos físicos, psicológicos e sociais (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2011, p. 10). Físicos por conta da condição de saúde do usuário: “danos ao pulmão, associado a fortes dores no peito, bronquite e asma; aumento da temperatura corporal com risco de causar acidente vascular cerebral; destruição de células cerebrais e degeneração muscular, o que confere aquela aparência esquelética do usuário frequente” (2011, p. 10). Psicológicas devido a “fácil dependência após uso inicial” (2011, p. 10). E sociais porque leva o indivíduo a “abandonar trabalho, estudo ou qualquer outro interesse que não seja a droga” (2011, p. 11).

O álcool também possui elementos que agravam não só a saúde do usuário, mas a sua condição física, psicológica e social. Muitas das pessoas que abordamos relatam que o uso abusivo do álcool foi deteriorando suas relações familiares aos poucos, até chegar ao ponto em que elas não conseguissem nem manter o emprego. O processo de “destruição” do álcool é muito mais lento do que o do crack. Enquanto um pode levar dias para comprometer toda a estrutura social e pessoal de seu usuário, o outro pode levar anos.

Com relação ao uso do álcool, Costa vai dizer que:

Ao afetar as células e o seu funcionamento o etanol (álcool) consegue prejudicar todo o organismo. Porque a grande quantidade ingerida, pode tornar as membranas endurecidas ou enfraquecidas, podendo até se dissolverem. Uma vez destruídas, substâncias venenosas penetram nas células, enquanto seu citoplasma sai. Essa destruição é uma das causas da cardiopatia alcoólica, por exemplo. E é o princípio

básico da ação nociva do álcool sobre o Sistema Nervoso Central (SNC). (COSTA, 2003, p. 11-12.)

Essa descrição feita por Costa, é o efeito que o álcool tem no Sistema Nervoso Central. Costa vai dizer que o usuário experiencia uma sensação de prazer que é liberada pelos neurônios que interagem com o sistema límbico e a partir disso há a interação com a dopamina, conhecida como hormônio da felicidade (COSTA, 2003, p. 12).

Costa, cita Goodman (1997), e nos explica a respeito dos efeitos crônicos do álcool no Sistema Nervoso Central:

Ocorre um desornamento dos processos neurológicos, principalmente do córtex cerebral, que é responsável pelo controle integrador (GOODMAN 1997). Os principais processos afetados são aqueles que dependem de treinamento, autocontrole, memória e concentração. (COSTA, 2003, p. 12.)

Há casos de usuários que acompanhamos que fazem uso de etílico desde a adolescência. O uso foi se intensificando com o passar dos anos. Depois de mais de 40 anos de uso nota-se que a pessoa começa a apresentar a memória de curto prazo afetada, assim como dificuldades para realizar atividades básicas, como a higiene pessoal. A partir da avaliação de um profissional da saúde, foi constatado que um dos casos que estamos atendendo possui demência alcoólica, devido à anos de uso intenso.

O uso de substâncias é uma grande problemática quando falamos de pessoas em situação de rua. A nossa intenção aqui não é estigmatizá-las (PSR), mas sim demonstrar que a dependência química é um dos causadores do rompimento da PSR com a sua dignidade social. Ela rompe vínculos, tira oportunidades, coloca seus dependentes em situações de vulnerabilidade física, psíquica e social; incinera a vida dessas pessoas. Isso tudo não é só uma questão social, mas sim uma questão de saúde pública.

A metrópole de Campinas não possui clínica de reabilitação para dependentes químicos. O que agrava ainda mais o processo de tratamento. A maioria das pessoas que abordamos solicitam internação, mas sempre tenho que informá-las que o município não possui uma clínica para isso e os comunico sobre outras alternativas- que não são o ideal, mas é o que temos naquele momento-: comunidades terapêuticas. Sempre coloco a possibilidade de leito em um CAPS (Centro de Atenção Psicossocial) mediante avaliação técnica do profissional do serviço. Porém, elas dizem que a melhor alternativa seria uma internação. E de fato, concordo com suas colocações. Uma clínica de reabilitação seria o ideal em casos de dependência de SPA's, mas infelizmente, essa é a realidade de nosso município quando escrevo isso. Sem uma clínica de

recuperação, o cuidado intensivo dessas pessoas fica completamente comprometido. Pois a probabilidade de uma recaída é sempre alta. Em uma clínica, essa situação poderia ser mais fácil de ser controlada devido ao paciente estar internado, diferente dos espaços dos CAPS, onde ela geralmente passa o dia e depois retorna aos espaços da rua, podendo novamente fazer uso sem grandes complicações.

2.1.3. Estigmatização da população em situação de rua

Um dossiê feito por Pimenta, em 2019 na cidade de Porto Alegre com pessoas em situação de rua constatou que 19,8% dos entrevistados responderam que o que menos gostam na rua é a discriminação de estar na rua (2019, p. 97).

Parafraseando Goffman, Melo, diz que:

Nos seus escritos, Goffman (1993, p. 11) refere-se ao uso da palavra estigma, expressão utilizada na Grécia antiga que significava: Signos corporales, sobre los cuales se intentaba exhibir algo malo y poco habitual en el status moral de quien los presentaba. (MELO, 2000, p. 18.)

Traduzindo de modo resumido para a língua portuguesa e para o contexto atual, o estigma nada mais é aquilo que deixa uma marca. No caso da população em situação de rua, o estigma se refere a uma marca social. Essa marca não foi colocada por elas, mas sim pela sociedade.

Na época do Cristianismo, as marcas corporais tinham um significado metafórico: os sinais representavam a “Graça Divina”, que se manifestavam através da pele, e também uma referência médica, cuja manifestação religiosa se expressava como sinais corporais representativos de perturbações físicas. (MELO, 2000, p. 18.)

Esse contexto histórico ilustra bem a forma como a população em situação de rua ficou estigmatizada. Um contexto da época do Cristianismo revela que atualmente colocamos esses sinais corporais de perturbações na PRS. É só observar pela forma como os munícipes olham e tratam as pessoas em situação de rua.

“A sociedade estabelece um modelo e espera que todos, ou quase todos, respondam a esses critérios predeterminados pelo sistema de controle social. Cria padrões e, dentro desses modelos, estabelece as categorias. Como sistema de controle, tem como objetivo catalogar as pessoas

pelos atributos considerados comuns e naturais para os membros de cada categoria. [...]” (MELO, 2000, p. 18).

Esse sistema de controle que Melo cita, é o que dita e segrega a população como um todo. Quando falamos da população em situação de rua, há uma segregação do restante da sociedade com relação a ela. Assim, como a autora diz, essa população “não se encaixa nos critérios determinados pelo próprio sistema de controle social”. Quando saímos do sistema de controle social, somos excluídos e estigmatizados. Esses estigmas colocados em cima da PSR levam a sua discriminação e violência. Conseqüentemente, também a violação de seus direitos.

A estigmatização da população em situação de rua a desumaniza. Para se ter uma melhor compreensão do que estamos querendo dizer com desumanização, vamos citar aqui os estigmas colocados em cima dela:

“drogado” / “viciado”;

“vagabundo” / “preguiçoso”;

“criminoso”;

“problemático”;

“coitado”;

Esses são alguns dos estigmas que escutamos dos usuários que abordamos no dia a dia e dos próprios munícipes. Os rótulos que destacamos aqui é o que muitas pessoas pensam da população em situação de rua e algumas vezes, a própria PSR também se coloca esses rótulos. Isso acontece porque já está enraizado em nossa sociedade que um comportamento que não seja o esperado deve ser julgado e caracterizado como algo negativo.

“O estigma é um atributo que produz um descrédito amplo na vida do sujeito; em situações extremas, é nomeado como marca ou desvantagem em relação ao outro; isso constitui uma discrepância entre a identidade social, demarcada por um modelo social e a identidade real. Para os estigmatizados, a sociedade reduz suas oportunidades, esforços e movimentos, não lhes atribui valor; impõe-lhes a perda da identidade social de seres individualizados e determina uma imagem deteriorada dentro do modelo que convém à sociedade. [...]” (Ibid, 2000, p. 19).

Essa perda da identidade social faz com que todas as pessoas em situação de rua sejam vistas da mesma maneira. Como se elas fossem uma só pessoa e todas fossem iguais umas as outras. Esse modo que a sociedade tem de enxergá-las, é bastante perceptível no nosso dia a dia. É como se todas tivessem as mesmas questões.

Voltando para Pimenta, a autora relata que:

“O que mais chama atenção, mais do que a discriminação e a estigmatização, é a sensação de estar vulnerável à violência. A escolha da opção “a vigilância da polícia” que, na maioria das vezes, atua como de forma opressora em relação a essa população, foi apontada por 11,8% dos entrevistados em primeiro lugar e por 8,3% em segundo lugar. Analisando o conjunto de respostas categorizadas como “outros”, 19,8% das respostas se referem à violência e 6,2%, à insegurança, como os elementos de que menos gostam na rua. [...]” (PIMENTA, 2019, p. 98).

Esse é um tópico importantíssimo a ser abordado nesse trabalho. No município de Campinas não há muitas reclamações das pessoas em situação de rua com relação ao trabalho da Polícia Militar, mas sim com a Guarda Municipal. Eles relatam violência verbal e física, além de abuso de poder. Inclusive utilizaremos um tópico somente para falar da violência por parte da Guarda Municipal de Campinas.

Continuando com a rotulação e a estigmatização da PSR, outro fato que Pimenta nos mostra é a violência que a PSR sofre por simplesmente estar em condição de rua:

“[...] Porém, quase um quarto (24,2%) dos entrevistados relatou ter sido detido pelo fato de estar na rua, por engano ou denúncias da vizinhança, ou seja, sem terem cometido um delito, estando sujeitos, portanto, à estigmatização que a situação de rua provoca. A rotulação das pessoas em situação de rua como “suspeitas” ou como prováveis criminosos, especialmente pela polícia, aparece nas respostas daqueles que responderam terem sido detidos por outros motivos, por serem suspeitos (12,1%) ou por preconceito (6,1%).” (PIMENTA, 2019, p. 99).

O simples fato de estarem em condição de rua, leva muitos dos usuários a serem detidos. Há muitos relatos das pessoas que abordamos de terem sido presas injustamente. Isso acontece corriqueiramente. Muitas das vezes, principalmente na região central de Campinas, ficamos dias ou até mesmo semanas sem ver um usuário ou usuária que costumava sempre permanecer em um mesmo local e quando essa pessoa retorna, nos informa que estava presa.

Outro tipo de estigmatização e violência que a PSR sofre é por parte dos comerciantes, e mais uma vez, é na região central de Campinas que acontecem boa parte das reclamações. A região central possui uma grande circularidade e permanência de pessoas em situação de rua. A Catedral e a Praça Rui Barbosa, são locais onde há uma aglomeração de PSR. Isso acontece

porque há uma facilidade para se conseguir alimento, a proximidade com outras regiões, pessoas que moram em pensões também vão para a região central fazer pedidos, e os dois e únicos Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua (Centro POP) que existem na cidade, também ficam na região central.

Assim como a ação da Guarda Municipal, a questão das reclamações dos comerciantes de Campinas a respeito da população em situação de rua, também merece uma sessão em nosso trabalho.

Pimenta também coloca a dificuldade de acesso da PSR aos comércios e demais locais na cidade de Porto Alegre:

“[...] Cerca de 45% dos entrevistados afirmaram já terem sido expulsos de algum lugar, sendo que, das 171 respostas registradas, 36,5% se referiam a locais e órgãos públicos, como ruas, calçadas, praças, parques, marquises e até mesmo hospitais e postos de saúde. Em seguida, figuram os estabelecimentos comerciais, incluindo bancos (21,1%). Muitas vezes, os entrevistados não se encontravam dentro dos estabelecimentos, mas estavam na frente da loja ou do banco e foram expulsos, o que é revelador das dinâmicas de apropriação do espaço público que interferem diretamente nas possibilidades e formas de ser e estar na cidade.” (Ibid, 2019, p. 100.)

Não é raro as solicitações que recebemos pedindo para que “retiremos” as pessoas de locais públicos. Tem aqueles munícipes que realmente estão preocupados com a situação da pessoa, mas grande parte apenas não quer ter a imagem daquela pessoa sob seus olhos. A visão de uma pessoa em situação de rua em frente à sua casa ou ao seu comércio é “desagradável”. É como se as pessoas quisessem fechar os olhos para uma realidade que está bem diante delas. Elas sabem que existem pessoas em situação de rua, mas diferente de saber é ter que ver, ou pior ainda, ter que lidar.

Pimenta coloca como as pessoas entrevistadas em Porto Alegre são tratadas:

“[...] Os tratamentos negativos foram consideravelmente mais frequentes que os tratamentos positivos. Dos entrevistados, 82,4% sentem-se tratados “com desconfiança”, 80,7% “com medo” e 79,4% “com preconceito”, o que reforça a estigmatização. Em seguida, figuram as respostas para as categorias “com indiferença” (75,9% de respostas positivas), o que reforça a invisibilidade social. Mais da metade, 51,8%, afirmou ser tratados “sem respeito”. Por outro lado,

ações como as doações de roupas, alimentos e dinheiro, distribuição de comida, entre outras iniciativas assistenciais e de caridade, por parte de organizações não governamentais, voluntários, igrejas e outras instituições, ajudam a compor o conjunto de percepções de “solidariedade”, vivenciadas por mais da metade (58,2%) dos respondentes. [...]” (Ibid, 2019, p. 101).

Mesmo mais da metade vivenciando a solidariedade, não dá para descartar a forma como eles são invisibilizados. Ser tratado com desconfiança e medo traz uma sensação de solidão, desamparo e preconceito. Escutamos bastante das pessoas que abordamos que as pessoas se querem olham para elas. De fato, é como se elas fossem invisíveis.

Tudo isso que relatamos aqui com a ajuda de autores como Melo e Pimenta é o que de fato vivenciamos nas ruas da metrópole de Campinas. Dia a dia conversamos com a PSR e durante nosso trabalho vemos e sentimos os olhares que os cercam. É como se eles fossem animais; as pessoas demonstram curiosidade, mas não se aproximam; não ficam encarando; mas aquelas que se aproximam acabam olhando com um olhar de “pena”, como se aquela pessoa precisasse que ela tenha compaixão para com a PSR.

A população em situação de rua não precisa de compaixão, nem caridade. Ela precisa que olhemos para ela como ser humano dotada de direitos e deveres e que é digna de uma condição de vida que lhe traga dignidade. Porém, na área de necessidades básicas (alimentação, vestuário) a rede pública mesmo com a oferta destes recursos, não consegue atender a PSR, seja pela dificuldade de acesso aos serviços ou pela pouca oferta. Ficando a maioria dependendo da compaixão e caridade de voluntários e de instituições religiosas. O investimento e sucateamento das políticas de assistência em nossa cidade não tem colaborado para que esses serviços sejam efetuados conforme a política do Sistema Único de Assistência (SUAS).

2.1.4. Movimento social da população em situação de rua

Sicari e Zanella relatam que o Movimento Nacional da População em Situação de Rua surgiu após o Massacre da Praça da Sé que aconteceu em 19 de agosto de 2004:

“O estopim para o surgimento da organização em âmbito nacional foi o evento trágico que ficou conhecido, nacional e internacionalmente, como “Massacre da Praça da Sé”, ocorrido entre os dias 19 e 22 de agosto de 2004, na cidade de São Paulo, quando 15 pessoas em situação

de rua foram agredidas e 7 delas faleceram (Freitas, 2016; Melo, 2016). [...]” (SICARI, 2020; ZANELLA, 2020, p. 1062).

Em uma matéria publicada pela Fundação Padre Anchieta, é relatado que “nesta data (19 de agosto de 2024), um grupo de pessoas em situação de rua que dormiam nos arredores da Praça da Sé, foi brutalmente atacado com golpes na cabeça” (DA REDAÇÃO, 2024). A matéria informou que o crime foi investigado, apontando 5 policiais militares e um segurança particular como autores do crime que foi incitado por um esquema de tráfico de drogas (DA REDAÇÃO, 2024).

“A partir desse acontecimento, constituiu-se o Fórum Nacional de Estudos sobre a População de Rua que, em conjunto com outras instituições sociais, formulou a criação do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR). O movimento foi consolidado oficialmente no 4º Encontro Nacional Lixo e Cidadania, em 2005, tendo como pauta principal a luta contra a violência e a impunidade (Melo, 2016). Essa pauta ampliou-se com as lutas em prol da construção de políticas públicas para pessoas em situação de rua e a participação na fiscalização dessas (Almeida, Medeiros, & Barbosa, 2014; Conselho Federal de Psicologia, 2015). [...]” (SICARI, 2020; ZANELLA, 2020, p. 1063.)

O Massacre da Praça da Sé foi um acontecimento brutal, mas que acabou dando visibilidade a uma população que estava e ainda está -porém menos do que há 20 anos atrás-, sobrevivendo as sombras da sociedade. E foi a partir disso que começou a se planejar políticas públicas e sociais para a PSR.

“Atualmente, o MNPR está presente em 14 Estados brasileiros e tem como objetivo geral o resgate de autonomia, por meio do trabalho digno, moradia, qualidade salarial e acesso à saúde e assistência social (Almeida et al., 2014). Além da publicação do Decreto nº 7.053/2009, é possível apontar outras conquistas do movimento social, como a adaptação para o preenchimento do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) às pessoas em situação de rua. [...]” (Ibid, 2020, p. 1063.)

Durante nossa pesquisa, verifiquei que em Campinas, existe o Movimento Nacional da População em Situação de Rua- ou pelo menos existia. Não há notícias nem publicações recentes a respeito do movimento no município. O que é bastante insuficiente quando estamos falando de uma movimentação coletiva que lute pelos direitos da PSR.

Parafrazeando Maheirie (2008), Sicari e Zanella dizem que:

Para Maheirie (2008), os movimentos sociais “trazem em si a ambiguidade de ser o que são, como negação da negação, produto e produtores da sociedade que ora legitimam, ora resistem” (p. 52). Além de incorporarem formas tradicionais de realizar política, para a autora, os movimentos sociais praticam, em alguns momentos, aquilo que lutam contra. Isso é visível com o MNPR: um movimento social formado por pessoas que, de certo modo, rompem com a estrutura social instituída, que tensionam os modos organizativos da sociedade, mas que, para garantir o direito de se colocar sem amarras sociais, precisam, necessariamente, apropriarem-se da lógica que negam, organizarem-se estruturalmente, com o objetivo de garantir o direito de existência de pessoas supostamente livres. (Ibid, 2020, p. 1066-1067).

Os movimentos sociais de forma geral, são o que movem um coletivo que possui os mesmos interesses e desejos de mudar aquilo que os incomoda. No caso da população em situação de rua o MNPR faz com que a sociedade e o poder público se atente aos direitos que essa população possui, a fim de que novas políticas públicas sejam implementadas para que a PSR possa se usufruir dos seus direitos.

Em sua pesquisa, Sicari e Zanella apontam a dificuldade das pessoas em situação de rua a aderirem um coletivo. As reuniões que aconteciam fora dos espaços das ruas, faziam com os participantes saíssem de seus locais. O que gerava certo constrangimento devido aos olhares das pessoas por onde passavam. (2020, p. 1068).

A sensação de não pertencimento também faz com que as pessoas em situação de rua não se apropriem do movimento. Sem contar que a PSR tem desejos mais urgentes que o movimento social não vai suprir de imediato, como alimentação e moradia.

Por outro lado, o envolvimento da população em situação de rua no movimento social pode levá-la a se empoderar. Assim como Sicari e Zanella relatam em sua pesquisa:

Enquanto, para alguns participantes da pesquisa, o MNPR não se configurava como um espaço legítimo de luta das pessoas em situação de rua, para outras ocupar espaços, institucionalizar-se e militar possibilitou outras formas de se colocar no mundo. “Eu achava que eu era ninguém, agora as pessoas falam comigo e eu me sinto importante. O MNPR ajuda na minha redução de danos, ajuda eu não voltar pra rua” (Diário de campo, fala da Alice, março de 2017). (Ibid, 2020, p. 1073).

Participar do MNPR pode sim fortalecer a população em situação de rua e auxiliá-las a reconhecer e lutar pelos seus direitos. Porém, se não houver um conjunto de políticas que garantam os seus direitos e ajudem a proteger essa população, o movimento continuará em decadência. E mesmo com a falha na execução dessas políticas, cabe aos profissionais atuantes da rede POP Rua, instruir e orientar seus usuários sobre seus direitos e deveres. Também os orientando a participar dos movimentos sociais e a ocupar espaços que também são deles.

2.1.4.1. Quantitativo da população em situação de rua

De acordo com o Decreto nº 7053 “considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.” (Art. 1, parágrafo único).

Para termos uma melhor compreensão do perfil da população em situação de rua, começaremos utilizando dados do I Censo e Pesquisa sobre População em Situação de Rua.

O I Censo e Pesquisa sobre a População em Situação de Rua ocorreu entre agosto de 2007 e março de 2008 (Cunha, p. 85, 2009). O levantamento do I Censo abrangeu 71 cidades brasileiras. As capitais que já haviam realizado pesquisas recentes, não foram contabilizadas nesse Censo (São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre). Durante esse período, foram contabilizadas 31.922 pessoas em situação de rua no Brasil (Cunha, p. 85, 2009).

O I Censo e Pesquisa sobre a População em Situação de Rua aponta que o gênero majoritário dentro dessa população é o masculino (82%). 27,91% tinham entre 26 e 35 anos. 39,1% se autodeclararam pardos.

Com relação à escolarização da População em Situação de Rua, o I Censo demonstrou que 48,4% não tinham completado o ensino fundamental e apenas 10,3% haviam concluído (Cunha, p. 85, 2009).

O I Censo e Pesquisa sobre a População em Situação de rua traz o número de pessoas que estão "dormindo nas ruas" há um determinado tempo. Segundo o I Censo, 29,6% estão em situação de rua há mais de 5 anos (Cunha, p. 88, 2009). O I Censo também relata que a 45,8%

dos entrevistados sempre viveu no município de permanência. Ou seja, o fluxo de migração de pessoas em situação de rua nesse período não era alto como se imaginava.

Os "trecheiros" também foram contabilizados no I Censo, 11,9% (Cunha, p. 88, 2009) - pode parecer um número um tanto quanto pequeno, porém, precisamos analisar o ano em que a pesquisa foi feita (2007-2008), o número de pessoas em situação de rua era consideravelmente menor do que atualmente-. Os trecheiros são pessoas que passam de cidade em cidade e não permanecem por muito tempo, seja para procurar trabalho ou apenas para conhecer outras cidades. Eles têm o costume de fazerem suas viagens a pé mesmo, como relataram os trecheiros com os quais tive contato durante a pesquisa.

O motivo da migração apresentado pelos entrevistados do I Censo e Pesquisa sobre População em Situação de Rua (45,3%) era a busca por emprego (Cunha, p. 91, 2009).

Outra situação apontada pelo I Censo e Pesquisa sobre População em Situação de Rua é que a maioria "prefere dormir na rua" (46,5%) (p. 91, 2009). Com base nos relatos das pessoas em situação de rua que foram observados durante essa pesquisa, a "preferência" por dormir na rua ao invés de dormir nos albergues está relacionada a outros fatores. Primeiro, não há número de vagas suficientes para a população nos albergues. Segundo, o número de vagas é determinado ou delimitado pelo tráfico que domina a região em que os albergues ficam. Ou seja, existe uma relação de poder para determinar quem tem direito ou não a vaga nos albergues. E terceiro, há um tempo limite para que essa pessoa possa permanecer no albergue (5 dias).

Com relação aos vínculos familiares, o I Censo e Pesquisa sobre População de Rua apontou que 27,1% possuem vínculos familiares frágeis ou rompidos e 51,9% possuem algum parente que reside na cidade de permanência.

O I Censo também colocou a característica laboral da População em Situação de Rua. 70,9% exercem alguma atividade remunerada e 58,6% afirmaram ter alguma profissão (Cunha, p. 93, 2009). Esses dados são um tanto quanto controversos do ponto de vista do senso comum. Há um pensamento de que as pessoas em situação de rua são "vagabundas" e "preguiçosas", que elas estão nessa situação porque querem e não tem força de vontade para mudar sua situação. Isso demonstra que há um equívoco a respeito do perfil dessa população.

Agora gostaríamos de analisar se o perfil da População em Situação de Rua mudou nos últimos anos. Porém, enfrentamos dificuldades em obter dados mais abrangentes com relação ao I Censo de 2007-2008. Sendo assim, utilizaremos dados mais recentes do MDHC (Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania) do ano de 2023. De acordo com o MDHC em 2023, a estimativa é de que 12,51% das pessoas em situação de rua são do sexo feminino e 87,49% do

sexo masculino. 29,04% têm entre 40 e 49 anos e 50, 44% são pessoas pardas (Perfil das Pessoas em Situação de Rua no Cadastro Único em Jul/2023).

Segundo o MDHC, em 2022 “o Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) registrou 236.400 pessoas (1 em cada mil) vivendo em situação de rua, abrangendo essa população em 64% dos municípios brasileiros.”

O site do G1 também publicou uma matéria sobre o último censo sobre população em situação de rua de Campinas. O Censo da População em Situação de Rua 2024, realizado pela Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social em parceria com a Fundação Feac, revela que foram identificadas 1.557 pessoas em situação de rua, sendo que 257 estão acolhidas. Segundo dados contabilizados pelo Censo, 81,12% são do sexo masculino e 17,79% são do sexo feminino. Com relação a etnia, 38,79% se autodeclararam pardas, 29,42% brancas e 29,03% se pretas. A faixa etária predominante é de 25 a 36 anos (38,34%) (G1 Campinas e Região, 2024).

Dentro do último Censo de Campinas, 9,1% declaram possuir alguma deficiência motora e 5,3% visual (G1 Campinas e Região, 2024).

Os dados quantitativos nos ajudam a compreender o perfil dessa população. Porém, eles não nos revelam a subjetividade por trás dessa população. Por isso, para além dos dados, queremos aqui analisar essa população do ponto de vista biopsicossocial, pois dessa forma conseguiremos enxergá-la como um todo e assim abranger seu modo de funcionamento na nossa sociedade.

2.1.4.2. Políticas para a população em situação de rua

O Decreto nº 7053 de 23 de dezembro de 2009 instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua. A Política Nacional para a População em Situação de Rua regulamenta diretrizes a serem seguidas e executadas pelo Poder Público. O art. 6º diz que “são diretrizes da Política Nacional para a População em Situação de Rua: I - promoção dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais” (2009).

Mas será que ao menos os direitos civis da população em situação de rua são promovidos? É notório a forma como as pessoas em situação de rua são tratadas pelo restante da sociedade- como colocamos na sessão em que falamos sobre o estigma.

Além dos estigmas sofridos todos os dias, elas ainda têm o desprazer de terem os seus direitos violados. Como dito anteriormente, isso acontece devido a ignorância e preconceito da

sociedade com relação as PSR. Porém, esse fato não deveria nem deve ser uma “justificativa” para que o descumprimento dessas diretrizes continue.

Apesar de grande parte das diretrizes da população em situação de rua não serem respeitadas, foi graças a Política Nacional para a População em Situação de Rua que foi implementado centros de referência voltados ao atendimento da PSR:

O Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop) é uma unidade de referência da Proteção Social Especial de Média Complexidade, de caráter público estatal, onde são desenvolvidas ações de assistência social, dos órgãos de defesa de direitos e das demais políticas públicas - saúde, educação, previdência social, trabalho e renda, moradia, cultura, esporte, lazer e segurança alimentar e nutricional - de modo a compor um conjunto de ações de promoção de direitos, que possam conduzir a impactos mais efetivos no fortalecimento da autonomia e potencialidades da população em situação de rua. (PLANO DE AÇÃO E MONITORAMENTO PARA A EFETIVAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA, 2023, p. 26).

Campinas conta com duas unidades, uma localizada na R. Regente Feijó e a outra na R. José Paulino. As duas unidades funcionam de modo diferente. A unidade I conta somente com atendimentos, enquanto a unidade II oferta atendimentos, higiene pessoal, alimentação e espaço de convivência. Os atendimentos são para adultos em situação, feitos via demanda espontânea.

“Além dos Centros POP, os Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) também ofertam serviços de atendimento à população em situação de rua, em contextos específicos de violação de direitos. Entre as ofertas, destaca-se o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI, que compreende ações de atenção e orientação direcionadas para a promoção de direitos, a preservação e o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais e para o fortalecimento da função protetiva das famílias diante do conjunto de condições que as vulnerabilizam e/ou as submetem a situações de risco pessoal e social. [...]” (PLANO DE AÇÃO E MONITORAMENTO PARA A EFETIVAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA, 2023, p. 29).

Campinas possui cinco Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS): CREAS Norte, CREAS Leste, CREAS Noroeste, CREAS Sul e CREAS Sudoeste. Se imaginarmos o tamanho do município, faz sentido que nem todas as pessoas em situação de rua sejam atendidas no Centro POP. Nos territórios afastados da região central, levando em consideração a dificuldade de acesso da população em situação de rua aos Centros POP's, acabam tendo acesso ao atendimento social através da equipe de técnicos e educadores do serviço especializado em abordagem social, realizado pelo SOS Rua.

Embora todos os serviços do SUAS devam atender de acordo com suas especificidades a população em situação de rua, alguns se caracterizam por sua especificidade neste atendimento, a exemplo do Serviço Especializado de Abordagem Social, ofertado nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, ofertado no Centros de Referência Especializados para população em Situação de Rua (Centro Pop) e os Serviços de Acolhimento em abrigos, casas de passagem e repúblicas. (Ibid, 2023, p. 31).

O município de Campinas possui um Serviço Especializado de Abordagem Social, o SOS Rua, uma OSC que possui parceria com a Prefeitura e uma Casa de Passagem: Serviço de Atendimento ao Migrante Imigrante e Medicante (SAMIM). O SOS RUA, desenvolve seu trabalho de segunda a sexta feira, das 8h às 22h e durante o período de maio a setembro esse trabalho é ampliado até às 0H00, inclusive aos sábados, domingos e feriados, das 18h às 0H00. (ASSOCIAÇÃO CORNÉLIA M. E. V. H. VLIEG PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS – SMCAIS SERVIÇO DE ORIENTAÇÃO SOCIAL À PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA- SOS RUA). O Serviço de Atendimento ao Migrante, Itinerante e Mendicante (SAMIM), tem como missão albergar emergencialmente em regime de proteção integral a população em situação de rua, oferecendo pernoite, alimentação, higiene pessoal e atendimento social (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS, 2024).

Com relação a política de segurança alimentar, na região central de Campinas possui o Bom Prato. O projeto foi assumido pela COF (Centro de Orientação Familiar) em 2012. Atualmente servem 300 cafés da manhã e 2.100 refeições diárias (1.890 adultos e 210 crianças). (CENTRO DE ORIENTAÇÃO FAMILIAR).

Segundo o Plano de Ação e Monitoramento para a Efetivação da Política Nacional para a População em Situação de Rua:

O valor de repasses praticados pelo MDS aos estados e municípios para serviços específicos para pessoas em situação de rua, na forma pactuada, é de R\$ 123.450.000,00 (cento e vinte e três milhões quatrocentos e cinquenta mil reais) anual. Contudo, com a recomposição orçamentária de aproximadamente 80%, até o momento, o valor de repasse em 2023 e previsto na PLOA de 2024 é de R\$ 98.544.228,15 (noventa e oito milhões quinhentos e quarenta e quatro mil duzentos e vinte e oito reais e quinze centavos) anual. (Ibid, 2023, p. 33).

Não podemos dizer que não há verba para as políticas voltadas as pessoas em situação de rua. A questão é se a verba repassada pelo Governo Federal é utilizada para a melhoria dessas políticas. Uma matéria do G1 diz que em 2022, a Prefeitura de Campinas investiu R\$ 4,4 milhões na assistência (G1 CAMPINAS E REGIÃO, 2022).

Apesar desse investimento, é nítido no nosso trabalho a falta de ferramentas para atender a demanda da PSR. Como a falta de vagas no albergue e o número de atendimentos limitados nos Centros POP.

No que diz respeito a saúde da população em situação de rua, sabemos que a saúde é universal, sendo assim, ela é para todos os cidadãos. Além dos centros de saúde, UPA's, PA's. CAPS AD e CAPS III, há um serviço que atende especialmente a população em situação de rua: o Consultório na Rua. *O Consultório na Rua é um serviço itinerante que realiza atendimento em saúde para a população em situação de rua e vulnerabilidade social desde 24 de setembro de 2012. As equipes multidisciplinares realizam o atendimento "in loco", ou seja, no próprio local, na perspectiva da redução de danos* (CÂNDIDO FERREIRA, 2022).

Mesmo com a política de saúde que temos no Brasil, a população em situação de rua ainda enfrenta dificuldades em acessá-la. Há vários relatos de pessoas que abordamos sobre o desrespeito no processo de atendimento pelo fato de estarem sem documentação. Elas também reclamam da demora nos atendimentos, o que muitas das vezes faz com elas evadam do local. A população em situação de rua tem uma característica imediatista, ou seja, elas têm a necessidade de que suas demandas sejam atendidas o mais rápido possível.

Outra política de saúde que existe no município de Campinas é o Cartão Recomeço. O Cartão Recomeço "é um programa que promove ações preventivas do uso de substâncias psicoativas" (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO).

A Prefeitura Municipal de Campinas publicou uma matéria dizendo que “a população em situação de rua é o principal público atendido pelo Programa Recomeço no município” (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS, 2025).

Dados de 2024 mostram que 67% dos beneficiários do programa eram pessoas em situação de rua, um crescimento em relação a 2023, quando essa parcela representava 65,1%. “Esses dados reforçam a importância do programa na assistência a essa população vulnerável”, destacou Vandecleya Moro, secretária da Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social. (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS, 2025).

Apesar do crescimento na adesão da PSR ao programa Recomeço, há relatos quanto a demora para serem chamados. Os usuários contam sobre o processo para começarem o tratamento. Antes de tudo, eles precisam ter documentação, depois é necessário realizar exames laboratoriais e após o resultado dos exames devem aguardar a disponibilidade de uma vaga que pode demorar até três meses.

Sobre políticas de segurança da população em situação de rua, o Plano de Ação e Monitoramento para Efetivação da Política Nacional para a População em Situação de Rua diz que:

“[...] Entre as ações propostas, destacam-se a criação de um Protocolo Nacional para Proteção da População em Situação de Rua e Enfrentamento à Violência Institucional, bem como a capacitação de agentes públicos, em especial de segurança pública, para lidar de forma humanizada com essa população. Além disso, está prevista a ampliação do Disque 100 para receber denúncias de violações de direitos contra a população em situação de rua; a criação de centros de acesso a direitos; a elaboração de cartilhas e cursos para públicos diversos; a revisão do Decreto 7.053/2009, que institui a Política Nacional para População em Situação de Rua; e a regulamentação da Lei no 14.489/2022, conhecida como Lei Padre Júlio Lancellotti, que coíbe a arquitetura hostil, pensada para promover o afastamento de pessoas em situação de rua.” (PLANO DE AÇÃO E MONITORAMENTO PARA A EFETIVAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA, 2023, p. 43).

Na metrópole de Campinas, não temos presenciado nenhuma implementação dessas propostas, pelo contrário. O que a PSR nos relata é que a violência por parte da Guarda Municipal de Campinas é constante. Diariamente usuários nos contam que tem seus pertences tomados pela GM (mochilas, sacolas, cobertores) e que no meio desses pertences estão seus documentos. Sem contar a violência verbal e física que eles dizem sofrer praticamente todos os dias. Ou seja, a proteção da PSR não está como meta, pelo menos no município de Campinas.

Nos dias 4 e 5 de abril de 2024, houve um “mutirão” no Centro de Campinas que tinha como objetivo auxiliar na regularização de documentações civis, atendimento com representante da Defensoria Pública, elaboração de currículo dentre outros serviços. A iniciativa foi da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania com parceria da Agemcamp. (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2024). Essas ações ajudam a promover atendimento de demandas básicas, porém fundamentais para que a população em situação de rua possa iniciar ou dar continuidade aos seus objetivos pessoais. Também auxilia em questão de locomoção, pois para emitir um documento elas precisam ir ao PoupaTempo que fica dentro Campinas Shopping, espaço onde eles relatam se sentirem “envergonhadas” de irem sozinhas. Primeiro pelos olhares das pessoas e segundo porque dizem ser seguidas pelas seguranças do shopping.

No intuito de ampliar as possibilidades de habitação digna para as pessoas em situação de rua, serão revisadas as regulamentações do Programa Minha Casa, Minha Vida, a fim de facilitar e priorizar o acesso dessa população ao maior programa habitacional do Brasil. Lançado pela Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, o Programa Minha Casa, Minha Vida atua em parceria com estados, municípios, empresas e entidades sem fins lucrativos para permitir o acesso à moradia para famílias de renda baixa e média, consistindo em medida efetiva de enfrentamento do déficit habitacional. (PLANO DE AÇÃO E MONITORAMENTO PARA A EFETIVAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA, 2023, p. 60).

Campinas não possui políticas nem programas de habitação voltadas a população em situação de rua até o momento em que realizamos essa pesquisa.

Exemplos dessas iniciativas são as tratativas do MDHC com o SEBRAE e a FIRJAN para assinatura de Acordos de Cooperação Técnica, ainda em 2023, com vistas a ampliar a oferta de qualificação

profissional e de empregabilidade para população em situação de rua. (Ibid, 2023, p. 66).

Com relação a programas de trabalho voltadas para pessoas em situação de rua, também não encontramos serviços que atendam por demandada espontânea a PSR. Temos o programa “Parceiros da Cidade- Mão amiga”. em como objetivo central promover a cidadania e a reinserção social de pessoas em situação de rua por meio da formação profissional e da integração ao mundo do trabalho. *O programa é desenvolvido em conjunto, e de forma integrada, entre as Secretarias Municipais de Assistência Social e Segurança Alimentar (SMASA); Educação (SME) via Fumec/Ceprocamp – Fundação Municipal para Educação Comunitária/Centro de Educação Profissional de Campinas; Cultura (SMC); Serviços Públicos (SMSP); Saúde (SMS) e Trabalho e Renda (SMTR) (Prefeitura Municipal de Campinas 2017). Para pessoas dependentes de SPA’s e pessoas com transtornos mentais, há o Núcleo de Oficinas de Trabalho (NOT). As Oficinas de Trabalho e Geração de Renda são regidos pelas diretrizes da Política Nacional de Saúde Mental e Economia Solidária: inclusão social; acesso ao trabalho e à renda sob a égide dos direitos humanos; incremento da autonomia e da emancipação do usuário (ARMAZÉM DAS OFICINAS). No nosso trabalho (SOS Rua), orientamos e encaminhamos os usuários para o Centro Público de Apoio ao Trabalhador (CPAT). No CPAT eles são informados das vagas disponíveis e os requisitos para se candidatarem as vagas.*

O Eixo 7 reúne as ações que visam subsidiar com dados e evidências a formulação e o monitoramento de programas, serviços e ações intersetoriais capazes de assegurar os direitos, reduzir danos e promover a inserção social da população em situação de rua, bem como apoiar o poder público no direcionamento de suas capacidades institucionais para promoção e proteção dessas pessoas. Entre as principais ações previstas, destacam-se: a instituição de um Grupo de Trabalho Interinstitucional para definição da metodologia de realização do Censo Nacional Pop Rua; a análise do acesso dessa população aos programas de transferência de renda e do cumprimento de condicionalidades; e o cruzamento dos dados do Censo da população em situação de rua, previsto entre as ações deste Plano, com o CadÚnico para identificar pessoas não atendidas. (Ibid, 2023, p. 67).

Apesar deste trabalho ser um relato de experiência, todas as questões aqui envolvidas foram respaldadas em pesquisas bibliográficas, pesquisas essas que foram voltadas a

população em situação de rua. Algumas até subsidiadas, como o último Censo da População em Situação de Rua e IBGE. Graças a eles, foi possível que as situações aqui relatadas pudessem ser respaldadas de forma científica.

Com isso, vimos que existe a Política Nacional para a População em Situação de Rua e que há um Plano de Ação e Monitoramento para a Efetivação dessa Política. Porém, mesmo assim, ainda existem muitas falhas na execução dessa política, como vimos durante as pesquisas realizadas para esse trabalho e com os relatos vivenciados pela pesquisadora como Educadora Social do Serviço Especializado em Abordagem e Orientação Social de Campinas (SOS Rua).

2.2. Território e territorialidade

Segundo Santos e Silveira, *o território é um nome político para o espaço de um país* (SANTOS e SILVEIRA, 2003, p. 19). Para ele, não existe Estado sem território. Porém, a existência de uma nação não se faz necessária a existência de um território, mas sim de territorialidade. Para o autor, território e territorialidade tem significados distintos. Territorialidade seria o sentimento de pertencimento de um povo ou uma nação ao seu território. Quanto que território é apenas um espaço delimitado política e geograficamente (SANTOS e SILVEIRA, 2003, p. 19).

“[...] A divisão territorial do trabalho cria uma hierarquia entre lugares e redefine, a cada momento, a capacidade de agir das pessoas, das firmas, das instituições. Nos dias atuais, um novo conjunto de técnicas torna-se hegemônico e constitui a base material da vida da sociedade. É a ciência que, dominada por uma técnica marcadamente informal, aparece como um complexo de variáveis que comanda o desenvolvimento do período atual. O meio técnico-científico-informacional é a expressão geográfica da globalização.” (SANTOS E SILVEIRA, 2003, p. 21.)

Como Santos e Silveira dizem, a globalização geográfica fez com que a segregação territorial acontecesse. Assim como toda globalização, ela se deu aos poucos e hoje é mais que perceptível nas cidades, principalmente nas grandes metrópoles.

A globalização é um processo que se estabeleceu devido ao nosso modelo econômico capitalista. Após a Revolução Industrial, onde as máquinas entram em ascensão, a tecnologia também vai avançando. A propriedade privada passa a ser dominada pelos grandes latifundiários que com o processo de evolução tecnológico e industrial passam a fazer de suas

terras espaço para o funcionamento de fábricas. Com a urbanização das cidades, as residências também vão acompanhando se modificando. As casas vão dando espaço a edifícios, pois eles ocupam menos espaço e proporcionam maior alojamento de pessoas, gerando também mais renda para as construtoras. Bairros vão se diferenciando uns dos outros conforme as suas características; nos centros urbanos vivem as pessoas que possuem maior poder aquisitivo enquanto as que detém menor poder aquisitivo ou nenhum, vão para os “subúrbios” ou as famosas “favelas”.

“[...] Com a instalação de um número cada vez menor de lugares, a urbanização significa ao mesmo tempo uma maior divisão do trabalho e uma imobilização relativa e é, também, um resultado da fluidez aumentada do território. O peso do mercado externo na vida econômica do país acaba por orientar uma boa parcela dos recursos coletivos para a criação de infra-estruturas, serviços e formas de organização do trabalho voltados para o comércio exterior, uma atividade ritmada pelo imperativo da competitividade e localizada nos pontos mais aptos para desenvolver essas funções. Isso não se faz sem uma regulamentação política do território e sem uma regulação pelo mercado. É desse modo que se reconstruem os contextos da evolução das bases materiais geográficas e também da própria regulação. O resultado é a criação de regiões do mandar e regiões do fazer.” (SANTOS e SILVEIRA, 2003, p. 21-22).

O capitalismo estrutura a segregação geográfica, pois com o mercado livre é possível que a valorização do capital seja a primazia, fazendo com que a população abastarda seja esquecida, se distanciando cada vez mais da visão do mercado- mas não o suficiente para que esses não tenham poder de compra- e se alocando nos espaços mais distantes das grandes fábricas e indústrias.

2.2.1. Neoliberalismo e segregação territorial

Com o avanço do capitalismo no mundo, os interesses comerciais tomaram conta dos territórios. Passou-se a planejar as cidades, em termos urbanos, de acordo com os interesses do mercado. Esses interesses ascenderam uma economia política que conhecemos como *neoliberalismo*. O Neoliberalismo “é uma doutrina econômica que surgiu na segunda metade do século XX e defende a mínima intervenção do Estado na economia. Essa teoria surgiu como

um contraponto às ideias de John Maynard Keynes sobre o papel do Estado na vida social e econômica dos territórios nacionais.” (BRASIL ESCOLA). Essa “doutrina econômica”, sorrateiramente, interveio no processo do Estado de Bem-Estar-Social e manipulou ações que antes eram vistas como garantias de bem-estar da população para um bem-estar mínimo, onde os cidadãos têm a falsa sensação de que estão sendo cuidados e protegidos pelo Estado, enquanto, na verdade, eles apenas estão tendo o mínimo do bem-estar para continuarem subservientes ao Estado e ao mercado.

Oliveira e Chaveiro, destacam os impactos do neoliberalismo após o ano de 1980. Os autores relatam que há três pilares que fundamentaram esse “ideal”. “O primeiro seria a liberalização entre patrão e emprego, o segundo se trata da liberalização entre a concorrência entre grandes e pequenos capitais e o terceiro seria a abertura das fronteiras mercantis nacionais a internacionais” (OLIVEIRA E CHAVEIRO, 2010, p. 114). Com esse cenário, houve um forte investimento em iniciativas privadas, deixando em segundo plano os investimentos em políticas públicas e sociais (2010, p. 114). Sendo assim, passou-se a investir no mercado e em geração de empregos (2010, p. 114). A população passou a adquirir bens materiais por meio da venda da sua força de trabalho (2010, p. 114-115). Oliveira e Chaveiro responsabilizam o G-8 por ter “empurrado” o mercado tecnológico para assumir o papel de provedor da população- assumindo o papel que antes era do Estado (2010, p. 115).

Para Oliveira e Chaveiro houve uma “transfiguração do território” por meio da ação do neoliberalismo: produção e consumo (2010, p. 115). Assim, o mercado imobiliário entra em voga, fazendo com que haja uma reestruturação do entendimento que se tinha de meio urbano.

Os autores destacam que a segregação socioterritorial vem da *heterotopia urbana* (OLIVEIRA E CHAVEIRO, 2010, p. 117). Ou seja, a segregação territorial acontece devido as relações de poder capitalistas que são *perversas* e que impõe essas relações a fim de que o mercado imobiliário continue crescendo. E isso afeta diretamente as populações mais pobres, pois elas têm que conviver com as modificações dos territórios e tendo que migrar para espaços onde conseguem minimamente sobreviver, enquanto os demais espaços ao seu redor vão se modificando e esses são colocados na caixinha “dos periféricos”.

2.2.2. Heterotopia urbana

A teoria da *heterotopia urbana* teve início por meio de Michael Foucault. O filósofo vai dizer que a heterotopia começou desde o período Medieval, onde os espaços eram separados por meio da concepção que a sociedade tinha na época a respeito de classes, pois a realeza e os

cidadãos considerados como “nobres” não frequentavam os mesmos lugares que os camponeses (2013, p. 113). Assim como em hipótese alguma, um camponês frequentava os mesmos espaços que os cidadãos mais nobres. Essa visão de segregação entre as classes na era Medieval fez com que cada um encontrasse “seu espaço de localização” dentro dos espaços urbanos, assim como do território.

Esse *espaço de localização* se perpetuou ao longo dos anos. Hoje a heterotopia e os espaços de localização, se tornaram uma questão para além do modo de vida e costumes. Eles se tornaram questões sociais, culturais e econômicas; sociais porque mexem com a forma como cada população se organiza dentro de determinados territórios; culturais porque é dentro do território que a população vai criando meios de se relacionar com o espaço em si e com os demais que se utilizam do mesmo espaço; e econômico, pois a renda dessas pessoas influencia no quesito de “escolha” do local aonde irão, morar, conviver e frequentar.

Essas questões citadas contribuem para o cenário da heterotopia urbana. Locais onde a grande maioria da população desejaria morar, mas que ao mesmo tempo “não possui condições” de residir neles. Não possui “condições” porque esses espaços foram criados para que a minoria das pessoas- classe média-alta- pudessem frequentar e residir-los.

Esse é o cenário perfeito para a segregação e desigualdade territorial. Ou seja, a desigualdade atinge até a questão territorial. Ela é um fator muito importante quando falamos em garantia de acesso igualitário- que nesse caso, podemos dizer equitativo. E que sem sombra de dúvidas, há sim um privilégio por parte daqueles que vivem em espaços que garantem acesso a um maior número de serviços, como centro de saúde, escola, espaços de lazer e esporte, dentre outros, pois a população de classe baixa (pobre), acaba morando nos locais ditos como periferias das cidades, visto que são locais onde é minimamente possível e acessível custear uma moradia.

Isso faz com a população mais pobre acabe ocupando espaços que são indesejados por uma pequena porcentagem da população e até por eles mesmos, pois muitas das vezes, essas pessoas não vivem em boas condições. A estrutura dos bairros periféricos, quase sempre é precária. São bairros esquecidos por seus governantes, que cessam o direito dessas pessoas a terem acesso a espaços que lhe deem o mínimo para uma vida de qualidade.

Sendo assim, podemos dizer que a heterotopia é uma questão que surgiu propositalmente, e continua a expandir como um dos alvos do nosso modo econômico capitalista brasileiro. E que ganha força também nas relações de poder, ditando quem pode ou não acessar determinados espaços das cidades. Isso acontece muito com a população em

situação de rua. Ela está a todo momento tendo que conviver com a sociedade lhe mostrando onde elas podem ou não podem ir, onde podem ou não permanecer.

2.2.3. Direito à cidade e território

O artigo 2º da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), coloca o direito da população brasileira ao “pleno desenvolvimento das funções sociais e da cidade e da propriedade urbana”:

I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;

II – gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;

III – cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social;

IV – planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município e do território sob sua área de influência, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente;

V – oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais; (ART. 2º, LEI Nº 10.527, 2001).

Vamos começar pelo direito à moradia. Quando falamos em pessoas em situação de rua, é quase impossível não pensarmos em moradia. O direito à moradia lhes foi e é negado todos os dias. Há quem diga que mesmo que essas pessoas não possuam uma casa, elas têm onde ficar, pois existem as Casas de Passagem. Contando que de acordo com o último censo realizado em Campinas (2024), existem mais de 1.500 pessoas em situação de rua no município. A cidade atualmente, conta apenas com uma Casa de Passagem Municipal (SAMIM) que oferta 100 vagas ao todo. Há também as Casas de Passagem ofertadas pelas OSC's e os Abrigos, porém,

é preciso que a pessoa esteja sendo acompanhada por algum serviço da rede POP Rua para ser encaminhada.

O direito de acesso ao transporte público para os munícipes já é considerado algo bastante complicado. A começar pelo preço da passagem do município de Campinas. O valor da passagem na cidade é mais alto do que na capital (São Paulo). Atualmente, o preço da passagem do transporte público em Campinas é de R\$5,70.

Outra questão é o acesso aos serviços públicos. Valerio e Silva et al, falam sobre a “qualidade do acesso à saúde e a livre demanda dos usuários” (Ricardo Valerio et al., [s.d.]). Eles também criticam as “lacunas assistenciais que afetam, principalmente, um grupo específico da população”:

“[...] Essas lacunas são exacerbadas por problemas como a dificuldade de acesso a medicamentos, consultas e exames, frequentemente atribuídos ao subfinanciamento do sistema e deficiências na sua gestão. A judicialização da saúde é mencionada como uma estratégia utilizada por muitos usuários para assegurar o acesso a serviços que são inadequadamente providos pelo SUS. Adicionalmente, alguns indivíduos optam por planos de saúde privados, apesar das limitações de cobertura que frequentemente enfrentam.” (VALERIO E SILVA ET AL, 2024, p. 4).

Mais uma vez, por ser relevante, se os munícipes encontram dificuldades de acesso à saúde pública (SUS), o que será que podemos dizer ao acesso das pessoas em situação de rua? Como será que elas enfrentam essa realidade?

2.2.3.1. Direito à cidade e o território da população em situação de rua

O artigo 5º do Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009 inciso III, diz que “são princípios da Política Nacional da População em Situação de Rua a valorização e o respeito à vida e à cidade” (PNPSR, 2009). Mas será que esses princípios são de fato valorizados?

Quando vemos fatos como o Massacre da Sé e as demais notícias sobre a violência contra pessoas em situação de rua, fica evidente que a vida delas não é valorizada. Segundo o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, o “Balanço da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos indicou aumento de 24% em 2024, na comparação com 2023, em relação ao primeiro quadrimestre (GOVERNO FEDERAL, 2024). A CNN relata que foi “por meio de denúncias

no “Disque 100”, que a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos registrou 6.177 violações contra essa parcela da população” (CNN BRASIL, 2024).

Esses dados comprovam que as denúncias de violência contra a população em situação de rua aumentaram. Porém, esses dados revelam apenas uma parte dos atentados contra a vida dessa população. Ou seja, esse número pode ser muito maior do que os registrados pela Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos.

E com relação ao respeito à cidade? Será que o direito de acesso delas à cidade é respeitado?

Se pararmos para analisar as políticas higienistas que vem surgindo nos últimos anos com a ascensão do conservadorismo no Brasil, é mais que evidente que o direito à cidade da população em situação de rua não é respeitado. No município de Campinas, é possível observar como a abordagem da segurança pública com a população em situação de rua vem se tornando cada vez mais violenta, como forma de inibir a ocupação dessa população aos espaços públicos, principalmente na região central, onde a concentração de comércios é maior.

2.2.3.2. Arquiteturas hostis

As arquiteturas hostis são estruturas construídas com o objetivo de dificultar a permanência de pessoas em situação de rua em determinados espaços. Por exemplo, debaixo de alguns viadutos de Campinas são colocadas pedras para que ninguém consiga se deitar ou se sentar nesses espaços, assim como em recuos de edifícios e comércios são colocados ferros pontiagudos com o mesmo propósito.

Goll diz que:

Ao instalar objetos que impeçam a permanência ou a possibilidade de sentar-se, demonstra-se que nenhum ser humano tem valor em si mesmo, pois, atividades que poderiam ser feitas em âmbito público, como por exemplo simplesmente sentar numa escada para conversar com uma outra pessoa, são transferidas para locais privados, tais como cafés, lanchonetes ou ambientes previamente determinados para essas atividades. Dessa forma, somente quem tem dinheiro para consumir e boas vestimentas pode exercer essas atividades corriqueiras tranquilamente. (GOLL, 2022, p. 62).

Mais uma vez a população em situação de rua é excluída e tem seus direitos violados, como um simples direito de permanecer em um espaço público lhe é tirado todos os dias. Isso

ocorre porque tem-se o interesse de atender o desejo daqueles que estão incomodados com a presença dessas pessoas e que dizem que elas “afugentam” seus clientes- os comerciantes.

Haja visto que *nenhum ser humano tem valor em si mesmo* (GOLL, 2022, p. 62), fica claro “quem tem valor”, ou melhor “o que tem valor” para a sociedade. A população em situação de rua é ainda mais “inferiorizada” pela sociedade, pois não possui o poder de compra como a classe trabalhadora. Não são eles o alvo de atenção do capitalismo. Sendo assim, ela não tem a mínima importância para o capital, nem para o mercado.

Goll também fala sobre a “remoção” da população em situação de rua de determinados espaços, como os grandes centros urbanos, a fim de que elas não “enfeiem” a paisagem e o mercado imobiliário possa continuar lucrando com a venda de imóveis (2022, p. 64):

Ao analisar tudo isso em conjunto, observa-se que ao se tratar a cidade como uma mera mercadoria e, para aumentar seu preço, são realizadas práticas que tolgem o direito das pessoas com o objetivo de higienizar a malha urbana e gentrificar os espaços, contribuindo, portanto, para a segregação e impedindo que a cidade se transforme em um lugar mais urbano. (GOLL, 2022, p. 65).

Enquanto o Estado for neoliberal, as arquiteturas hostis continuaram a existir, pois como colocamos nesse item, não é do interesse do Estado, muito menos do mercado que a população em situação de rua usufrua dos espaços públicos, assim como todas as outras pessoas têm o mesmo direito.

2.2.4. Processo histórico e socioterritorial de Campinas

Campinas é uma metrópole do estado de São Paulo com mais de 1 milhão de habitantes. A metrópole foi fundada em 14 de julho de 1774.

Para compreender um pouco do processo histórico do município vamos utilizar o trabalho de conclusão de curso da autora Ana Paula Mendonça. Em sua obra, Mendonça utiliza da visão de Lapa para falar sobre o contexto histórico:

A partir da metade do século XIX, Campinas torna-se uma das principais cidades do país na produção do café, sendo reconhecida como a “a capital agrícola da província”. Como consequência deste avanço, começa a intensificar na cidade os fluxos migratórios de outras localidades devido à grande oferta de emprego neste setor. (LAPA, 1996, p. 20). (MENDONÇA, 2006, p. 6).

Com a demanda crescente da produção e venda de café, faz-se necessário uma maior contratação de mão-de-obra. Nesse período, utilizava-se também do trabalho escravo.

“[...] A aristocracia campineira, uma das mais requintadas do país, começa a impor sobre a população pobre, normas que regulamentariam a vida urbana pública e privada, com um discurso de ‘higiene e moral’. Essas normas tinham como finalidade disciplinar os indivíduos de acordo com as regras dominantes, punindo com respaldo legal, aqueles (escravos e libertos) que utilizassem as praças públicas para, por exemplo, ‘diverte-se em jogos’ (LAPA, 1996, p. 27) (MENDONÇA, 2006, p. 6).”

A autora também vai falar sobre a segregação da população pobre que na época sofriam de hanseníase. Na época, o termo utilizado era *lepra*. Essas pessoas eram chamadas de *leprosos*. Havia uma repulsa da população em aceitar o convívio com “os leprosos”, sendo assim, “foi criado o Asilo dos Morféticos” (MENDONÇA, 2006, p. 6-7).

Em 1985, Visconde de Taunay declara em uma carta a admiração pela arquitetura da cidade, destacando o desenho das ruas e das casas que, devido aos resultados do café, passaram a apresentar “pequeno palacetes” (PUPO, 1998, p. 170). (MENDONÇA, 2006, p. 7).

A imigração tomou conta da metrópole de Campinas. A cidade passou a acolher trabalhadores livres. Porém, esses trabalhadores eram vistos como “vadios” (MENDONÇA, 2006, p. 7). Esses imigrantes tinham uma relação diferente com trabalho. Eles não consideravam o ato de trabalhar como um ato de sobrevivência (MENDONÇA, 2006, p. 8).

Em 1870, começam surgir várias indústrias em Campinas, alterando o modo de vida de seus moradores (MENDONÇA cita RICCI, 2005, p. 278, MENDONÇA, 2006, p. 9).

No meio desse processo, Campinas também sofreu com a *segregação social*. Com o processo de industrialização e urbanização da cidade, a população mais pobre teve que se mudar da região central para os locais periféricos (Ibid, 2006, p. 10). Dessa forma também, como meio de afastamento da população mais pobre, a elite se mudou para os bairros Cambuí e Nova Campinas que hoje são vistos como os bairros mais elitizados do município.

É interessante analisar como a autora se utiliza desses autores para descrever o processo histórico-social-geográfico de Campinas. A cidade teve grande influência da indústria cafeeira e cresceu por meio da exploração de trabalho escravo e do trabalho de imigrantes que vinham para a cidade com a proposta de um terreno. Ela segregou a população pobre e negra das demais. Urbanizou o território e não contente que a população mais pobre estava ocupando espaços

centrais como a Praça Largo do Rosário, criou seus próprios espaços, como o Cambuí e Nova Campinas (MENDONÇA, 2006, p. 10).

Com isso posto, podemos dizer que Campinas se desenvolveu no contexto da branquitude aristocrática e que até hoje reproduz esse comportamento com sua arquitetura hostil e suas práticas higienistas.

2.2.5. Trabalho multidisciplinar

No texto *Desafios atuais no trabalho multiprofissional em saúde*, Macedo relata a importância da equipe multiprofissional na área da saúde. Vamos utilizar das colocações de Macedo a respeito do trabalho multidisciplinar na saúde, porém, vamos falar dela no âmbito assistencial.

“[...] Entre elas, podemos levantar que há muito tempo já se tem percepção de que a melhor forma de abordagem dos pacientes é o formato multiprofissional, em virtude da complexidade cada vez maior dos cuidados, pela possibilidade de se alcançar maior eficiência na abordagem à pessoa doente, pela fragmentação de tarefas na assistência, pela potência terapêutica que esses profissionais juntos podem alcançar.” (MACEDO, 2007, p. 34).

O *formato multiprofissional* complementa e facilita o trabalho dos profissionais envolvidos. Nesse caso, se tratando de uma abordagem social, trabalhar com profissionais de diferentes áreas faz com que se tenha uma visão inteira do indivíduo que está atendendo.

Apesar de Macedo relatar que pode haver conflitos entre os profissionais por terem serem de áreas diferentes e trabalhar de forma antagônica, no quesito assistencial, o trabalho multiprofissional pode ter mais benefícios do que malefícios.

Quando a equipe de abordagem social do SOS Rua atende um caso a equipe em questão geralmente formada por um técnico (assistente social e/ou psicólogo) e educador social- discute o caso entre si a fim de encontrar meios de se trabalhar com o/a usuário ou usuária. Porém, quando a equipe referência do caso “esgota” suas ferramentas, o caso é discutido com os demais profissionais do serviço que são de diferentes áreas (Serviço Social, Psicologia e Terapia Ocupacional) a fim de que se encontre outras ferramentas.

2.2.6. Serviço especializado em abordagem social

Nesse tópico vamos falar especificamente sobre o serviço especializado em abordagem social. Fazendo uma citação da cartilha *Perguntas e respostas: serviço especializado em abordagem social* que explica o que é o serviço:

De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009), o Serviço especializado em Abordagem Social é ofertado de forma continuada e programada com a finalidade de assegurar trabalho social de abordagem e busca ativa que identifique, nos territórios, a incidência de situações de risco pessoal e social, por violação de direitos, como: trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, uso abusivo de crack e outras drogas, dentre outras. (PERGUNTAS E RESPOSTAS: SERVIÇO ESPECIALIZADO EM ABORDAGEM SOCIAL, 2013, p. 6).

O Serviço Especializado em Abordagem Social é um serviço socioassistencial que trabalha diretamente na rua e com a rua. Ou seja, é um serviço que tem o seu trabalho aterrado no território. Pois é a partir da rua que o Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS) identifica as expressões da questão social e trabalha com elas a partir das demandas trazidas pelos usuários. Em questão, o Serviço de Orientação à Pessoa em Situação de Rua (SOS Rua) trabalha especificamente com pessoas adultas. Quando a equipe visualiza uma situação que envolve uma criança ou adolescente em situação de rua, é acionado o serviço de abordagem social voltado a crianças e adolescentes de Campinas, o Movimento Vida Melhor (MVM).

Em tese, não é na primeira abordagem que é possível trabalhar algo com o usuário/a, pois o receio dele/a de se abrir é maior do que expor suas vulnerabilidades a uma pessoa que ele/a acabou de conhecer. Sendo assim, muitas das vezes, é necessário aguardar o tempo dele/a e tentar por meio do vínculo uma abertura, para que assim quando ele/a ela se sentir confortável em expor suas vulnerabilidades, o profissional possa auxiliá-lo/a em suas demandas.

O Serviço Especializado em Abordagem Social pode ser efetivado em qualquer local público do município:

“[...] podem constituir espaços de intervenção e trabalho social do serviço: ruas, praças, entroncamento de estradas, fronteiras, espaços públicos onde se realizam atividades laborais (por exemplo: feiras e mercados), locais de intensa circulação de pessoas e existência de

comércio, terminais de ônibus e rodoviárias, trens, metrô, prédios abandonados, lixões, praias, semáforos, entre outros locais a depender das características de cada região e localidade.” (PERGUNTAS E RESPOSTAS: SERVIÇO ESPECIALIZADO EM ABORDAGEM SOCIAL, 2013, p. 7).

O SOS Rua atende as 5 regiões de Campinas (Norte, Sul, Leste, Noroeste e Sudoeste). Sendo suas equipes divididas em 7 (Norte, Sul, Leste, Noroeste/Sudoeste, Centro, Entorno e Mercado). Essa divisão facilita o monitoramento das 5 regiões de Campinas, visto que a região Sul e Leste são as maiores no quesito território.

De acordo com a Tipificação de 2009, os objetivos do SEAS são:

identificar famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social com direitos violados, a natureza das violações, as condições em que vivem, estratégias de sobrevivência, procedência, projetos de vida e relações estabelecidas com as instituições; construir o processo de saídas das ruas e possibilitar condições de acesso à rede de serviços e a benefícios assistenciais; promover ações para a reinserção familiar e comunitária; promover ações de sensibilização para divulgação do trabalho realizado, direitos e necessidades de inclusão social e estabelecimento de parcerias. (PERGUNTAS E RESPOSTAS: SERVIÇO ESPECIALIZADO EM ABORDAGEM SOCIAL, 2013, p. 9).

Esses objetivos são permeados através dos eixos que norteiam o SEAS: “proteção social proativa, ética e respeito à dignidade, diversidade e não discriminação, acesso a direitos socioassistenciais e construção de autonomia, construção gradativa de vínculo de confiança com os sujeitos, a rede e o território, respeito a singularidade e à autonomia na reconstrução de trajetórias de vida, trabalho em rede e relação com a cidade e a realidade do território (PERGUNTAS E RESPOSTAS: SERVIÇO ESPECIALIZADO EM ABORDAGEM SOCIAL, 2013, p. 10-15). Tudo isso a fim de que os usuários tenham acesso aos seus direitos e sejam encaminhados para os devidos serviços com o intuito de que a saída da condição de vulnerabilidade social seja efetivada.

CAPÍTULO III- O RELATO DE EXPERIÊNCIA: TRABALHO MULTIDISCIPLINAR DA ABORDAGEM SOCIAL

3.1. O trabalho multidisciplinar dos profissionais do SOS Rua

Nesse tópico iremos falar sobre o trabalho multidisciplinar da equipe do SOS Rua de Campinas. O Serviço atualmente, conta com 8 assistentes sociais, 5 psicólogos, 1 terapeuta ocupacional, 1 supervisor técnico, 8 educadores sociais e 1 coordenadora técnica.

Segundo o Anexo II de Termo de referência de proteção social, as atribuições do (a) assistente social do Serviço Especializado em Abordagem Social para Pessoas Adultas, são: "atuação em consonância com as diretrizes e objetivos da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e da Proteção Social Especial de Média Complexidade, cooperando para a efetivação das políticas públicas de desenvolvimento social e para a construção de sujeitos; participação dos encontros formativos e demais processos de trabalho da Proteção Social Especial de Média Complexidade; apoio ao planejamento das ações; desenvolvimento de um conjunto de atividades e ações, de apoio e especializadas, desenvolvidas individualmente e em grupos de caráter continuado e interdisciplinar e de planejamento (início, meio e fim) de acordo com o plano de atendimento (Plano de Atendimento Individual/Familiar) desenvolvido pela equipe; identificação e potencialização dos recursos tanto individuais como coletivos, realizando intervenções nos âmbitos individual, familiar, grupal e comunitário; desenvolver ações coletivas, em relação ao conjunto de situações de violações de direitos; orientação e apoio aos educadores sociais; atuação em conformidade com o Código de Ética do Assistente Social." (Termo de Referência Proteção Social, 2013, p. 7).

Das atribuições dos (as) psicólogos são: "atuação em consonância com as diretrizes e objetivos da PNAS (Política Nacional de Assistência Social) e da Proteção Social Especial de Média complexidade, cooperando para a efetivação das políticas públicas de desenvolvimento social e para a construção de sujeitos; participação dos encontros formativos e demais processos de trabalho da Proteção Social Especial de Média Complexidade; acolhimento e acompanhamento dos indivíduos em situações já comprovadas de risco pessoal e social, por violações de direitos; apoio ao planejamento das ações; desenvolvimento de um conjunto de atividades e ações psicossociais, de apoio e especializadas, desenvolvidas individualmente e em grupos de caráter continuado e interdisciplinar e de planejamento (início, meio e fim) de acordo com o plano de atendimento desenvolvido pela equipe; proporcionamento de orientação

e apoio aos educadores sociais; identificação e potencialização dos recursos psicossociais, tanto individuais como coletivos, realizando intervenções nos âmbitos individual, familiar, grupal e comunitário; desenvolvimento de ações coletivas, em relação ao conjunto de situações de violações de direitos; atuação em conformidade com o Código de Ética do Psicólogo.” (Termo de Referência Proteção Social, 2013, p. 8-9).

Com relação às atribuições do (a) terapeuta ocupacional, o Anexo II do Termo de referência de proteção social diz: “planejamento e execução de atividades orientadas para a participação e facilitação no desempenho sócio-ocupacional e expressivo das pessoas atendidas; desenvolvimento de atividades que auxiliem no desenvolvimento de potencialidades; proporcionamento e implementação da realização de atividades que favoreçam o acesso a experiências diversas de manifestações culturais, artísticas e expressivas, entre outras; atuação em consonância com as diretrizes e objetivos da PNAS (Política Nacional de Assistência Social) e da Proteção Social Especial de Média Complexidade, cooperando para a efetivação das políticas públicas de desenvolvimento social e para a construção de sujeitos; identificação e potencialização os recursos, tanto individuais como coletivos, realizando intervenções nos âmbitos individual, familiar, grupal e comunitário”. (p. 9).

Por último, mas não menos importante, as atribuições do (a) educador (a) social no SOS Rua: “atuação em consonância com as diretrizes e objetivos da PNAS (Política Nacional de Assistência Social) e da Proteção Social Especial de Média Complexidade, cooperando para a efetivação das políticas públicas de desenvolvimento social e para a construção de sujeitos; participação dos encontros formativos e demais processos de trabalho da Proteção Social Especial de Média Complexidade; desenvolvimento de atividades socioeducativas (individuais e ou coletivas) para (re)construção da autonomia e inclusão social, visando à superação da violação de direitos; desenvolvimento de ações coletivas, em relação ao conjunto de situações de violações de direitos; realização de referenciamento e contra referenciamento; realização de busca ativa e abordagem social, contribuindo com o processo de vinculação dos usuários com o serviço; apoio do planejamento das ações; realização de registro de atendimento nos prontuários assegurando privacidade e sigilo.” (A Termo de Referência Proteção Social, 2013, p. 8).

A atuação de cada um desses profissionais garante um olhar multidimensional sob o indivíduo. Ou seja, o usuário é visto como um todo, desde suas questões sociais, psicossociais e comunitária. O trabalho em conjunto do (a) assistente social, psicólogo (a) e terapeuta ocupacional faz com todos os âmbitos do sejam trabalhos, explorados e desenvolvidos para que

ele possa se enxergar como um ser de direitos e deveres que vive em uma sociedade- que mesmo o excluindo dela- e que ele tem a capacidade de inserção ou reinserção dentro dela.

Já a atuação do (a) educador (a) social é a que faz a ponte com os demais profissionais do serviço. Essa ponte faz com que o (a) educador (a) possa acompanhar os usuários em seu cotidiano dentro dos territórios, sempre respeitando e colocando para os usuários seus direitos e deveres dentro da PNAS. Esse processo de colocação dos (as) educadores (as) sociais sobre os direitos e deveres dos usuários auxilia no processo de construção e reconhecimento como sujeito. O (a) educador (a) social também vai auxiliar o usuário na compreensão de que ele convive dentro de um território e esse território pode ser usado ao seu favor. Como por exemplo: o usuário é informado sobre os serviços de saúde que atendem o território que ele permanece (Centros de Saúde, Unidades de Pronto Atendimento, CAPS AD, CAPS III, Consultório na Rua), sobre os serviços que ofertam atendimento socioassistenciais (SAMIM, Centro POP I, Centro POP II, CRAS, DAS), assim como outros serviços. De fato, o trabalho do (a) educador (a) é um trabalho educativo com a população em situação de rua.

3.1.1. O trabalho em equipe do SOS Rua

O Serviço de Orientação à Pessoa em Situação de Rua (SOS Rua) é um serviço especializado em abordagem social a pessoas adultas em situação de rua de Campinas. A partir do documento disponibilizado pela Coordenadora do serviço, temos a seguinte descrição:

Serviço ofertado, de forma contínua e programada, com a finalidade de assegurar trabalho social de abordagem e busca ativa que identifique, nos territórios, a incidência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, dentre outras. Deverão ser consideradas praças, entroncamentos de estradas, fronteiras, espaços públicos onde se realizam atividades laborais, locais de intensa circulação de pessoas e existência de comércio, terminais de ônibus, trens, metrô e outros.

O serviço deve buscar a resolução de necessidades imediatas e promover a inserção na rede de serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas na perspectiva da garantia dos direitos. (ASSOCIAÇÃO CORNÉLIA M. E. V. H. VLIEG).

As abordagens sociais acontecem de segunda à sexta-feira das 8h às 22h. Durante o período de maio a setembro, quando ocorre a Operação Inverno, o horário é ampliado até as 00h, com abordagens sendo realizadas também aos sábados e domingos das 18h às 00h.

O SOS Rua atende as cinco regiões de Campinas (Norte, Sul, Leste, Noroeste e Sudoeste). Cada equipe possui um transporte, sendo composta por um técnico e um educador social. Por se tratar de uma região grande e bastante populosa, a região Leste conta com uma subdivisão de equipes que se dividem na região: central, mercadão, entorno e bairros leste.

O trabalho de cada miniequipe do serviço começa com a criação e manutenção de vínculos com os usuários. A partir do vínculo e da demanda identificada o acompanhamento começa a ganhar seus contornos, sendo que para cada usuário atendido há um Projeto de Desenvolvimento Individual (PDI), elaborado em conjunto com o usuário do serviço conforme as demandas, desejos e necessidades apresentadas, sendo assim, os atendimentos são individualizados, diferenciados e singulares conforme a construção da vinculação, a necessidade e o direcionamento do trabalho. (ASSOCIAÇÃO CORNÉLIA M. E. V. H. VLIEG).

O serviço tem como objetivo “construir o processo de saída do/a usuário/a da situação de rua, possibilitando o acesso a serviços e a benefícios socioassistenciais, identificar indivíduos com direitos violados, promover ações que sensibilizem a divulgação do trabalho realizado e promover ações para a reinserção do/a usuário/a no ambiente familiar e/ou comunitário” (ASSOCIAÇÃO CORNÉLIA M. E. V. H. VLIEG). Com essas ações, o SOS Rua espera contribuir com a “redução de violações dos direitos socioassistenciais, proteger socialmente os indivíduos, identificar as situações de violação de direitos e reduzir o número de pessoas em situação de rua” (ASSOCIAÇÃO CORNÉLIA M. E. V. H. VLIEG).

3.2. O trabalho da equipe multiprofissional com a população em situação de rua de Campinas

Como já dito no tópico anterior, o Serviço de Orientação Social à Pessoa em Situação de Rua (SOS Rua) de Campinas, atualmente, conta com uma equipe de 23 profissionais, mais 5 motoristas que transportam os técnicos (assistentes sociais, psicólogos (as) e terapeuta ocupacional) e educadores sociais pelas 5 regiões do município. As minis equipes tem como objetivo o reconhecimento do território trabalhado, a identificação das pessoas que estão nesse

território, acolhimento, orientação e trabalho em cima das demandas apresentadas pelos usuários.

Mesmo que o/a usuário/a não apresente nenhuma demanda na primeira abordagem, os profissionais tentam aos poucos, criar vínculo com esse/a usuário/a para que ele/a possa confiar naquele/a profissional e futuramente, haja a possibilidade de ser trabalhado algo com ele/a. Ou seja, é um trabalho que envolve paciência e escuta qualificada, pois vai ser em um segundo de conversa que o/a profissional conseguirá captar as expressões da questão social que aquele indivíduo experiencia. E tudo isso ocorre como se fosse uma simples conversa, pois o usuário nunca levará a abordagem do serviço como uma entrevista ou algo do gênero.

Após a identificação das demandas, os/as profissionais trabalham em cima do desejo do/a usuário/a, podendo assim realizar os devidos encaminhamentos (SAMIM, Casa de Passagem, Cartórios de Registro Civil, PoupaTempo, Junta Militar, CPAT, Centros de Saúde, Unidades de Pronto Atendimento (UPA's), Centros de Atenção Psicossocial Ácool e Drogas (CAPSAPS AD e CAPS III, Consultório na Rua, dentre outros). Assim, é feito também o Plano de Desenvolvimento do Usuário (PDU), a fim de que seja trabalhado com aquele indivíduo a saída das ruas.

O trabalho do/a psicólogo/a dentro da equipe com a população em situação de rua traz a visão do sujeito como único. Ou seja, faz com que o indivíduo não seja enxergado de uma forma plural, mas singular. Que assim como toda população em situação de rua, tem sua história, que é única e por ser única não pode ser igual a nenhuma outra.

O terapeuta ocupacional vai trabalhar com os usuários/as por meio das oficinas. No SOS Rua, é trabalhado a oficina com jogos (baralho reflexivo- que foi proposto pela professora de Psicologia, Tatiana e seus alunos da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC Campinas), jogos de tabuleiro, jogo da memória e oficina de música). Nas oficinas levamos um café da manhã para os usuários e sempre começamos com uma conversa bem despretensiosa, depois propomos a atividade do dia. As oficinas têm o intuito de fazer com que os/as usuários/as se sintam mais próximos e mais à vontade com os/as profissionais que estão ali participando. É nesse momento que eles começam a se abrir e contar situações do passado, assim como suas histórias de vida. Nisso, os profissionais presentes identificam as demandas e propõem resoluções para elas. A Terapeuta Ocupacional (T.O) geralmente realiza as oficinas com mais um técnico (assistente social e psicólogo) e um educador social.

O trabalho do educador social é um meio de “ligação” entre o técnico e o usuário; o educador social ajuda no acompanhamento daquilo que o assistente social e o psicólogo já fizeram com o usuário. Ele também tem como função orientar os usuários com relação aos

combinados feitos com os técnicos e repassar aos técnicos aquilo que o usuário vem demandando naquele momento e identificando possíveis dificuldades para segui-los. Há também uma função pedagógica, pois os educadores também instruem os usuários sobre a organização dos espaços e como eles podem se organizar politicamente com o intuito de reivindicar seus direitos.

Por fim, temos o trabalho do assistente social. O trabalho do assistente social no SOS Rua, a priori, é de acolhida e escuta qualificada. Após essa escuta é possível identificar as demandas. A partir disso, o assistente social constrói um PDU de acordo com o desejo do usuário. Lembrando que o PDU é construído para a possível saída do indivíduo da rua, porém, há casos em que não é do desejo da pessoa a saída da rua naquele momento, sendo assim, de acordo com seu Código de Ética, o assistente social respeita o desejo do seu usuário e trabalha encima dele.

3.3. O trabalho multiprofissional da equipe do SOS Rua com os demais serviços da rede

Os encaminhamentos não são possíveis sem os demais serviços da rede. Em Campinas, os serviços socioassistenciais que atendem à população em situação de rua são: SAMIM, Casa de Passagem, Centro POP I e Centro POP II, CAPS AD e CAPS III e Consultório na Rua. Alguns desses serviços ofertam serviços voltados para a saúde do usuário, mas não deixam de ter uma equipe multidisciplinar que também olha para a questão social do atendido.

Ao identificar as demandas do usuário, o técnico realiza os encaminhamentos. Quando o indivíduo é abordado pela primeira vez pelo serviço do SOS Rua e não está sendo acompanhado por nenhum outro serviço da rede POP Rua, o técnico o referencia para o SAMIM. Porém, antes de realizar o encaminhamento, há alguns critérios para que ele ou ela possa acessar o espaço. Primeiro, o SAMIM conta com 80 vagas ao todo (feminino, masculino, “trans” e família). Ou seja, para que a pessoa possa acessar, precisa ter vaga disponível. Segundo, ela precisa ter um documento com foto ou um boletim de ocorrência. E terceiro, ela não pode ter passado pelo serviço nos últimos 6 meses- falaremos sobre esses entanques mais para frente. Sendo assim, havendo vaga, o usuário portando um documento com foto ou boletim de ocorrência e não ter passado nos últimos 6 meses pelo albergue, ele pode “tranquilamente” acessá-lo.

O usuário é encaminhado à Casa de Passagem quando já está sendo acompanhado pelos serviços da rede POP Rua socioassistencial por pelo menos 3 meses. Esse “fluxo” foi imposto internamente, os profissionais o seguem e enquanto o usuário não está nos critérios para acessá-la, o técnico vai discutindo o caso com o ou a assistente social referência do usuário no albergue

e solicitando renovação de permanência, visto que a permanência no SAMIM, em geral, é de 5 dias úteis, podendo retornar somente 6 meses depois.

Quando há demanda de uso abusivo de substâncias psicoativas, o técnico orienta o usuário sobre os Centro de Atenção Psicossocial Álcool de Drogas (CAPS AD). Em Campinas, atualmente, contamos com 4 CAPS AD (CAPS AD Sudoeste, CAPS AD Reviver, CAPS AD Independência e CAPS AD Antônio Orlando). Há um fluxo de “rodízio” para atendimento dos CAPS para a população em situação de rua. O único CAPS AD que não necessariamente entra nesse fluxo é o CAPS AD Sudoeste, pois ele é porta aberta. Porém, se o profissional quiser referenciar o usuário para o CAPS AD Sudoeste por uma questão de logística (quando o local de permanência dele é mais próximo ao CAPS AD Sudoeste) é necessário que aguarde a semana do então CAPS para então realizar o encaminhamento.

Com relação a demandas de saúde mental, quando o técnico é um psicólogo, ele mesmo pode fazer o encaminhamento para o CAPS III. Caso o usuário seja atendido por um assistente social, o profissional também pode referenciar o usuário para o CAPS III. Atualmente, em Campinas, há 4 CAPS III (CAPS III Esperança, CAPS III David Capistrano, CAPS III Estação e CAPS III Integração). Os CAPS III também entram no fluxo de rodízio, porém nenhum deles é porta aberta.

Para as demandas de saúde em um contexto geral, o técnico pode referenciar o usuário para um Centro de Saúde ou para o Consultório na Rua que é uma equipe de saúde da OSC Cândido Ferreira que atende a população em situação de rua. A equipe do Consultório na Rua conta com médicos, enfermeiros, psicólogos, psiquiatras, assistentes sociais e redutores de danos. Eles funcionam como um C.S na rua, realizando consultas, exames, aplicando vacinas e injeções e fornecendo medicações.

O técnico só referencia o usuário para o Centro POP I ou Centro POP II quando ele é atendido por um destes serviços, caso contrário, o técnico assume a referência do caso.

Um diferencial da equipe de abordagem de Campinas é que ela não realiza apenas abordagens e orientações, mas realiza acompanhamentos de caso, sendo uma complementação do Centro POP.

3.4. Os desafios dos serviços socioassistenciais voltados à população em situação de rua

No cotidiano com a população em situação de rua, foi possível notar que ela enfrenta várias dificuldades para acessar os seus direitos. Essa dificuldade de acesso está relacionada há diversas falhas na execução das políticas públicas voltadas a POP Rua.

No próximo tópico, iremos citar e discutir sobre essas dificuldades de acesso com base em minha observação com o trabalho da equipe de abordagem social de Campinas.

3.4.1. SAMIM

Como dito no tópico anterior, há desafios com relação ao acesso da população em situação de rua aos serviços socioassistenciais de Campinas. Essas adversidades seriam nada mais nada menos do que uma violação do direito delas, visto que elas possuem o direito de acessá-los.

Vamos começar pelo albergue. Campinas possui somente 1 albergue, o SAMIM (Setor de Atendimento ao Migrante, Itinerante e Mendicante). Esse albergue conta com 80 vagas (masculinas, femininas, “trans” e família) ao todo. Ou seja, caso chegue uma pessoa na metrópole de Campinas e não tenha onde ficar, se não tiver vaga no SAMIM ela ficará em situação de rua.

As regras do albergue também são bastante restritas. O usuário não consegue acessar o serviço se não tiver um documento com foto ou um boletim de ocorrência. Isso dificulta bastante o acesso deles, pois a maioria não possui nenhum documento, outros estão chegando na cidade e não a conhecem, sendo assim, a busca pela Delegacia se torna uma saga.

A maioria acaba desistindo de acessar o SAMIM por conta dos critérios rigorosos. Eles também reclamam do tempo de permanência que são somente 5 dias úteis, podendo ser prorrogada mediante avaliação da referência do caso.

Com relação a população trans e travesti, não há vagas destinadas especificamente para essas pessoas. Geralmente, quando sobra uma vaga de “família” que são quartos separados e surge uma demanda de vaga trans ou travesti, a vaga de família é destinada para a pessoa trans ou travesti.

Outra situação que os profissionais do SOS Rua encontram é o encaminhamento de pessoas com transtorno mental ou com algum grau de dependência. O SAMIM não acolhe pessoas com transtorno mental diagnosticado. Porém, em alguns casos, quando o usuário está sendo medicado corretamente, há a possibilidade de discutir-se o caso e tentar uma vaga. Já no caso do usuário que tenha algum grau de dependência como: não conseguir realizar sua higiene, não conseguir se alimentar de forma independente, dentre outras atividades, a possibilidade de ele ficar no albergue é nula, inexistente.

3.4.2. Casa de Passagem

A Casa de Passagem é um “abrigo provisório” onde os usuários poderão permanecer até que uma vaga em um abrigo seja disponibilizada. O referenciamento para a Casa de Passagem é feita pelos profissionais da rede.

A Casa de Passagem é de gênero misto (masculino, feminino, trans e travesti). Em Campinas, a Casa de Passagem que acolhe as pessoas em situação de rua é a Casa Santa Dulce dos Pobres. A Casa conta com 40 vagas ao todo (30 masculinas e 10 femininas).

Com relação a Casa Santa Dulce dos Pobres, os critérios para acesso da população em situação de rua são mais flexíveis. Porém, por se tratar de um abrigo temporário, assim como o SAMIM, ela não abriga pessoas que possuem algum grau de dependência. Mas abrigam pessoas idosas até a saída de uma vaga para ILPI.

3.4.3. Os rodízios dos CAPS AD e CAPS III

Como dito anteriormente, os CAPS AD e CAPS III contam com um fluxo de rodízio para o atendimento da população em situação de rua. Esse rodízio foi criado com o intuito de não sobrecarregar o atendimento nos CAPS. Porém, ele também delimita o acesso dos usuários. A cidade de Campinas tem mais de um milhão de habitantes e tem um território extenso. Sendo assim, delimitar o acesso da PSR aos CAPS faz com elas enfrentem maiores dificuldades em realizar seus tratamentos.

Para deixar mais claro o que quero dizer com isso, vou colocar um exemplo que acontece bastante no meu trabalho como educadora social no SOS Rua. Uma vez abordei um usuário que apresentou desejo em ir ao CAPS AD. Ele permanência pela região do Entorno (região Leste de Campinas). O CAPS AD mais próximo na região do Entorno é o CAPS AD Sudoeste- nessa época, o CAPS AD Sudoeste não era porta aberta e mesmo que fosse, existiam outras questões que impediam que esse usuário fosse para acolhimento no CAPS. Naquela semana, o CAPS AD que estava atendendo a PSR era o CAPS AD Antônio Orlando (localizado próximo a Jhon Boyd Dunlop). Conversei com ele sobre a possibilidade de acompanhá-lo, mas ele disse que não conseguiria manter o acompanhamento devido à distância. Informei que o CAPS poderia solicitar um bilhete único³ para que ele pudesse se locomover de ônibus quando fosse passar por atendimento. Mesmo assim ele disse que não conseguiria. Comuniquei que o CAPS AD Sudoeste atenderia daqui duas semanas. Ele disse que aguardaria as duas semanas. Duas semanas depois fiz busca dele pela região, mas ele não estava mais interessado em ir ao CAPS.

Se não houvesse esse rodízio o usuário poderia ter acessado o CAPS AD Sudoeste no mesmo dia e iniciar seu tratamento. Porém, devido ao fluxo estabelecido, ele perdeu o interesse e não quis mais acessar o CAPS. Atualmente, o CAPS AD Sudoeste é porta aberta para a PSR, mas os demais CAPS AD ainda entram no fluxo de rodízio.

O fluxo de rodízio pode ter sido feito para não sobrecarregar os CAPS, mas é um entanque para o acesso da PSR ao cuidado a saúde. Pois, principalmente, quando falamos de pessoas que fazem uso abusivo de SPA's, quando elas apresentam o desejo de acessar o CAPS, é importante que esse referenciamento seja feito naquele momento e se possível que o profissional acompanhe o usuário pelo menos ao acolhimento. Em virtude de o usuário não ter familiaridade com o espaço do CAPS, esse acompanhamento pode fazer diferença para ele.

3.4.4. O trabalho com a saúde

O trabalho com a saúde é muito importante para quem trabalha na área da assistência social, pois a assistência social está diretamente ligada aos outros âmbitos que integram o indivíduo com qual se está trabalhando. No trabalho com a população em situação de rua não é diferente. A abordagem social está pautada na Assistência Social, porém, o trabalho do usuário é realizado visando o ser completo que ele é; começando pelo social, passando pela saúde e depois pela vivência comunitária.

Quando trabalhamos o indivíduo, é praticamente impossível deixar de falar sobre sua saúde. A abordagem social vai dialogar bastante com o Consultório na Rua, os Centros de Saúde, os CAPS AD e CAPS III.

Porém, a saúde e assistência social falam línguas diferentes. A começar pela divisão territorial. A divisão territorial da metrópole de Campinas feita pela saúde não é a mesma da assistência. Nesse caso, quando o profissional da assistência social precisa referenciar um usuário para determinado Centro de Saúde ou CAPS, ele precisa saber qual Centro de Saúde ou CAPS atende aquele território em que o usuário em questão está inserido para depois poder discutir o caso e realizar o referenciamento.

Outra questão é a conduta dos assistentes sociais e dos profissionais de saúde diante de determinadas situações. A assistência jamais entraria em contato com o familiar de um usuário sem a permissão dele. Já os profissionais da saúde contatam seus familiares mesmo se o usuário manifestar ou não desejo desse contato.

Por se tratar de áreas diferentes, esse embate é constante entre a assistência social e a saúde. Porém, quando os profissionais se alinham, o atendimento em conjunto nos casos pode dar muito certo.

3.4.5. O trabalho com a rede

Assim como o trabalho com a saúde, o trabalho com a rede, em específico a rede socioassistencial, é de suma importância para quem está na ponta trabalhando com a população em situação de rua. A equipe de Abordagem Social, na maioria dos casos, articula e discute com os técnicos dos Centros POP e até mesmo do SAMIM para que se possa trabalhar aquele caso de uma forma mais completa.

Às vezes o indivíduo possui alguma passagem por algum Centro POP ou busca abrigo no SAMIM. Sendo assim, é necessária uma discussão, pois a opinião profissional de ambos os serviços corrobora para a construção de um PDU. Lembrando que a opinião de um profissional não deve ser carregada de julgamento e caso seja, o outro profissional não deve levar em consideração para que eles não atrapalhem no processo de planejamento com o usuário, que pode acabar sendo prejudicado.

Há alguns casos em que o trabalho com a rede acaba não sendo muito efetivo. Mesmo se tratando de uma rede socioassistencial, os profissionais nem sempre possuem a mesma metodologia de trabalho. Quando falamos dos psicólogos, há uma metodologia que os assistentes sociais não possuem por não terem a mesma formação que os psicólogos e isso é compreensível. Mas, quando falamos de assistentes sociais, na teoria, a metodologia de trabalho deveria ser a mesma. Porém, dependendo da instituição de formação ou até mesmo da visão que o assistente social possui, a metodologia de trabalho dele, pode ser completamente diferente de outro colega que trabalha na mesma rede.

Essa diferença de metodologia gera conflitos entre os profissionais. Desde a famosa frase “dar a vara para aprender a pescar”, até “o usuário tem autonomia”. Essas frases não estão incorretas, porém, elas não servem no contexto geral. Assistentes sociais não devem trabalhar com a generalização dos casos e nem se pautar no senso comum.

São nessas frases e no senso comum que os assistentes sociais da linha marxista confrontam. E é aí que o trabalho em rede acaba se tornando um tanto quanto pesado ao invés de prazeroso.

Mas apesar disso, mesmo com as visões e metodologias divergentes, é possível caminhar com os casos. E às vezes, essas visões divergentes ensinam algo que não imaginávamos.

3.4.6. A falta de execução das políticas públicas para a população em situação de rua

Tudo que foi dito nessa sessão está interligado à falta de execução das políticas públicas para a população em situação de rua da metrópole de Campinas. As faltas de vagas no albergue, o município com mais de um milhão de habitantes com apenas um albergue, dois Centros POP para atender toda a PSR da cidade, a inexistência de uma casa de cuidados, a fila imensa de ILPI, o rodízio dos CAPS AD e CAPS III e as interferências de comunicação entre os profissionais da rede, incluindo também os profissionais da saúde, corroboram para essa problemática.

Mas que órgão seria o responsável pela falta de execução dessas políticas? Quando falamos da falta de albergues, vagas, dois Centros POP, estamos falando de políticas que deveriam estar sendo feitas pelos próprios “governantes”. São eles os responsáveis pela execução dessas políticas. Em Campinas, as pessoas responsáveis por isso são ou pelo menos deveriam ser os vereadores, vice-prefeito e prefeito.

Desde os últimos cinco anos deste governo, é perceptível que a política higienista vem ganhando força na metrópole. Isso se deu devido a ascensão de propostas conservadoras feitas pelo presidente eleito em 2018, Jair Bolsonaro (PL). Logo em seguida (2020), o mundo inteiro passou a enfrentar a pandemia de Covid-19. Com o atual prefeito como candidato à prefeito de Campinas, era o cenário ideal para que ele se elegeisse, pois ele é médico, e por entender da área da saúde, “com certeza” era o candidato ideal.

Meses de governo do governo atual se passaram e ele foi implantando medidas para lidar com o vírus da Covid-19. Porém, o número de pessoas em situação de rua na cidade aumentava cada vez mais, por conta do número alto de desemprego nesse período e outras questões sociais, como a vulnerabilidade social.

Com a campanha em voga em todo o Brasil (#fiqueemcasa), as pessoas em situação de rua não tinham um espaço para permanecer a não ser os espaços da rua. Mesmo com a abertura de uma Casa de Passagem que ofertava 40 vagas, ainda não era o suficiente, pois o Censo de 2021 apontava que havia 932 pessoas em situação de rua. Ou seja, em 2020 esse número não deveria ser tão diferente.

Com o aumento da população em situação de rua nos espaços da rua e a elevação de um movimento conservador no Brasil, as queixas dos munícipes aumentaram. A Prefeitura Municipal de Campinas achou que alguma medida devia ser tomada- além de ter uma Casa de Passagem com 40 vagas. Era necessário que essas pessoas de alguma forma saíssem das ruas.

Essa situação foi tratada como uma questão de segurança pública. Sendo assim, as abordagens dos profissionais da área (segurança pública) passaram a ser mais hostis. A ação do Cata-treco, principalmente em espaços de maior concentração de pessoas em situação de rua, sempre é feita com a presença da segurança pública. Nesse processo, usuários relataram que tiveram seus pertences levados pelo Cata-treco. Dentre esses pertences eles contam que perderam itens importantes, como roupas, documentos e medicação, assim como os cobertores que são entregues na Operação Inverno pela equipe do SOS Rua.

Essas ações são feitas com o intuito de manter a cidade “limpa”. Mas não resolvem o problema em si. Ou seja, não há uma execução de fato das políticas públicas da população em situação de rua, mas sim a execução de uma política higienista.

Contudo isso posto, o que quero enfatizar é que as políticas públicas para a população em situação de rua existem, mas não são executadas da forma como deveriam ser. Invés disso, a Prefeitura prefere “resolver” a situação como uma questão de segurança pública e aplica ações higienistas para maquiar a presença da PSR nos espaços públicos de Campinas.

3.5. Reflexões

Nesses quase três anos trabalhando como educadora social na abordagem social de Campinas pude vivenciar a práxis; na academia aprendi toda a base teórica fundamental do Serviço Social; trabalhando como educadora social pude ver de perto a realidade que as populações mais vulneráveis passam todos os dias, em especial a população em situação de rua.

A junção do curso com um trabalho na área social me proporcionou a ter uma visão mais crítica e menos fantasiosa do que é trabalhar com a garantia de direito das pessoas. E o trabalho com a população em situação de rua me lapidou em todos os sentidos. Acredito que não só me humanizou, mas também me fez entender nuances de modos de vida que para mim podiam ser algo inviável, mas que muitas das vezes, por falta de execução de políticas públicas, foi o único meio possível que aquela pessoa encontrou para sobreviver.

Mesmo se tratando de uma função que não é a mesma de um estagiário de Serviço Social, acredito que aprendi muito no SOS Rua. Foi um verdadeiro “campo de estágio”. Sem

contar as trocas que tive com os profissionais, não só do Serviço Social, mas da psicologia e da terapia ocupacional. Ou seja, o trabalho multiprofissional também me trouxe um olhar para além do olhar social, olhar esse que não se aprende na academia.

Contudo, concluo que o trabalho da abordagem social é essencial para a viabilização do acesso dos direitos da população em situação de rua. Sem esse trabalho, acredito que o número de pessoas em situação de rua seria ainda maior do que o último Censo contabilizou. Trabalho esse que mesmo com a falha nas execuções das políticas públicas, trabalha da melhor forma possível com as fermentas que possui.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A população em situação de rua possui fortes vínculos com o território em que ocupa. O trabalho interdisciplinar da equipe de abordagem social faz com que mediante as orientações prestadas, a população em situação de rua tenha conhecimento sobre seus direitos e deveres. Sendo assim, através do território, ela pode buscar os meios para garantir a sua saída dos espaços da rua.

O trabalho da equipe interdisciplinar faz com os profissionais olhem para o indivíduo como um sujeito biopsicossocial. Dessa forma, é possível trabalhá-lo como um todo. Enxergando a pluralidade que todo ser social possui.

A relação que a população em situação de rua tem com o território é transformada através do trabalho da equipe de abordagem social. Os profissionais dão as ferramentas possíveis para que os usuários possam obter o mínimo de dignidade social; desde os encaminhamentos para higiene pessoal no Centro POP II até encaminhamentos para Casa de Passagem.

Porém, como vimos no decorrer dessa pesquisa, mesmo com o trabalho da abordagem social, a população em situação de Campinas enfrenta diversas dificuldades para acessar os serviços voltados a elas, assim como acessar os seus direitos. E o que a pesquisa nos demonstrou no decorrer dela não foi uma ausência de políticas públicas para a PSR, mas sim uma falha na execução delas.

Essa falha na execução das políticas públicas para a população em situação de rua faz com que o indivíduo se fixe ainda mais no território. Assim como citado nas sessões anteriores, Rosa, coloca os estados da pessoa em situação de rua: quando a pessoa nunca esteve em situação de rua e conseqüentemente vai parar nela, a saída da rua é “mais fácil” porque a tendência dela

se fixar no território é menor, pois os vínculos com o território ainda não existem. Mas quanto mais o tempo vai passando, a tendência dela se fixar ao território é maior, devido a sua vinculação a ele e entre outros fatores. Ou seja, a falha na execução dessas políticas faz com que a população em situação de rua cresça cada vez mais.

Se as políticas públicas de fato tivessem uma boa execução, o número de pessoas em situação de rua consequentemente diminuiria. Mas, essa questão não é tão simples de se resolver. Como apontado na sessão anterior, os entanques para acessibilidade dessas pessoas aos seus direitos são muitos e não seriam resolvidos da noite para o dia.

Enquanto o nosso atual governo do estado de São Paulo continuar a tratar a população em situação de rua como uma questão de segurança pública, o número de pessoas nessa condição continuará aumentando. Pois, como temos visto, não há uma preocupação com os cuidados das pessoas que permanência na Cracolândia. E ao invés disso, criam-se cercas em volta delas para separá-las e diferenciá-las. Um estado que faz isso com as pessoas não está pensando no bem-estar social de seus cidadãos. Pelo contrário, está pensando em estigmatizá-las. Sendo assim, elas ficam à mercê de todos os tipos de vulnerabilidade e violência.

Portando, mesmo com o trabalho interdisciplinar da equipe de abordagem social de Campinas (SOS Rua), não é possível que as políticas públicas da população em situação de rua sejam 100% viabilizadas, pois a questão maior é a falha na execução delas que depende única e exclusivamente de ações governamentais e só será possível uma mudança com o reconhecimento da existência delas por parte de seus governantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARMAZÉM DAS OFICINAS. **NOT- Núcleo de Oficinas de Trabalho**. Disponível em: <https://armazemoficinas.com.br/nucleo-de-oficinas-de-trabalho-not/> . Acesso em 14 de março de 2025.

BARROS, Ricardo Paes et. al. **Texto para discussão nº 800- A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil**. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Rio de Janeiro, junho de 2001. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2003/1/TD_0800.pdf Acesso em 14 de março de 2025.

BAUMANN, Zygmunt. (2009). **Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos**. Rio de Janeiro: Zahar.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello e COUTINHO, Renata. **Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise**. Universidade Estadual de Campinas- UNICAMP. 1998. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/publicacoes/Livros/30anos/Desenvolvimento-capitalista-no-Brasil.pdf> . Acesso em 14 de março de 2025.

Brasil registra mais de 6 mil violações contra pessoas em situação de rua nos primeiros quatro meses de 2024. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. 2024. Disponível em> <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2024/maio/brasil-registra-mais-de-6-mil-violacoes-contras-pessoas-em-situacao-de-rua-nos-primeiros-quatro-meses-de-2024>
<Acesso em: 12 de maio de 2025.

CACCIA, Caíque Manentti. **Toxicologia forense e os efeitos sociais do uso do crack**. Universidade Estadual Paulista. Botucatu/SP, 2023. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/7cd485e6-36c7-45ff-aae9-5e31b5366ac5/content> Acesso em 14 de março de 2025.

CAMPINAS.COM.BR. **Prefeitura de Campinas implanta 3º abrigo para a população em situação de rua e divulga ações sociais**. Disponível em: <https://campinas.com.br/fiqueemcasa/2020/06/prefeitura-de-campinas-implanta-3o-abrigo-para-populacao-em-situacao-de-rua-e-divulga-acoes-sociais/> . Acesso em 14 de março de 2025.

CÂNDIDO FERREIRA. **Consultório de Rua**. 2022. Disponível em: <https://candido.org.br/consultorio-de-rua/> . Acesso em 14 de março de 2025.

CRESPO, Antonio Pedro Albernaz e GUROVITZ, Elaine. **A pobreza como um fenômeno multidimensional**. RAE Eletrônica, v. 1. jul-dez 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/raeel/a/LVPkw9yHZfJ9kvjC8VSgTsh/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em 14 de março de 2025.

Casa Santa Dulce dos Pobres. Cáritas Campinas. Disponível em: <https://caritascampinas.org.br/casa-santa-dulce-dos-pobres/> <Acesso em: 12 de maio de 2025.

COF. Disponível em: <https://cof.org.br/bom-prato/> . Acesso em 14 de março de 2025.

COSTA, Rita Mara Reis. **O álcool e seus efeitos no Sistema Nervoso**. Centro Universitário de Brasília. Brasília, 2003. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/123456789/2371/2/20023008.pdf> . Acesso em 14 de março de 2025.

COORDENADORIA DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS. Governo do Estado de São Paulo. Disponível em: <https://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/coed/programa-recomeco/> . Acesso em 14 de março de 2025.

COURSEIL, Carlos Henrique. **Determinantes da evolução da estrutura do desemprego no Brasil; 1986-1995**. Novembro de 1996. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/14316/1/determinantes_da_evolu%C3%A7%C3%A3o_da_estrutura_do_desemprego.pdf . Acesso em 14 de março de 2025.

CUNHA, Júnia Valéria Quiroga e RODRIGUES, Monica. **Rua: aprendendo a contar**. Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. Brasília, dezembro, 2009. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/Rua_aprendendo_a_contar.pdf Acesso em 14 de março de 2025.

DA REDAÇÃO. **"Massacre da Sé": entenda origem do Dia Nacional de luta da população de rua**. 2024. Disponível em: https://cultura.uol.com.br/noticias/67890_massacre-da-se-entenda-origem-do-dia-nacional-de-luta-da-populacao-de-rua.html . Acesso em 14 de março de 2025.

DECRETO Nº 7.053 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm. Acesso em 14 de março de 2025.

DEDECCA, Claudio Salvadori. **O desemprego e seu diagnóstico hoje no Brasil**. Revista de Economia Política 18 (1). 1998. Disponível

em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/fRz6gT3sGHBkXJy5TSN9MhS/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em 14 de março de 2025.

Desemprego. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php> . Acesso em 14 de março de 2025.

DIALLO, Kadidia. **O vírus da fome: como o coronavírus está aumentando a fome em um mundo faminto.** Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/especiais/virus-da-fome/#:~:text=At%C3%A9%2012%20mil%20pessoas%20podem,fome%20em%20um%20mundo%20faminto> . Acesso em 14 de março de 2025.

ESTENSSOR, Luis. **Capitalismo, Desigualdade e Pobreza na América Latina.** Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003. Disponível em: <https://acervo.fcc.org.br/digital/acervo/TeseLuisEstensoroSU.pdf> . Acesso em 14 de março de 2025.

Extrema pobreza no Brasil tem queda de 40% em 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2024/08/extrema-pobreza-no-brasil-tem-queda-de-40-em-2023#:~:text=A%20Pesquisa%20Nacional%20por%20Amostra,da%20pobreza%20no%20ano%20passado> . Acesso em 14 de março de 2025.

FRÚGOLI, Heitor. (1995). São Paulo: **espaços públicos e interação social.** São Paulo: Marco Zero.

FOUCAULT, Michel. **De Espaços Outros.** Estudos avançados. 2013. Disponível em > <https://www.scielo.br/j/ea/a/zz6cfdQBcxskMtMXDHPqT4G/?format=pdf&lang=pt> < Acesso em: 12 de maio de 2025.

GASPAR, Paulo. **Pessoas em situação de rua em Campinas: Um desafio complexo e urgente.** Análises da Política de Campinas e do Brasil. 2025.

GUEDES, Aline. **Retorno do Brasil ao Mapa da Fome da ONU preocupa senadores e estudiosos.** 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2022/10/retorno-do-brasil-ao-mapa-da-fome-da-onu-preocupa-senadores-e-estudiosos> . Acesso em 14 de março.

GOLL, Juan Carlo. **Construções Hostis: o direito da população em situação de rua à cidade.** Escola Nacional da Defensoria Pública da União. Brasília. Jul-dez 2022. Disponível em> <https://revistadadpu.dpu.def.br/article/view/602/352> <Acesso em: 12 de maio de 2025.

G1 CAMPINAS E REGIÃO. **Censo em Campinas mostra aumento de 13% da população em situação de rua na pandemia; 70% receberam vacina contra Covid-19.** 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2021/12/29/censo-em->

[campinas-mostra-aumento-de-13percent-da-populacao-em-situacao-de-rua-na-pandemia-70percent-receberam-vacina-contra-covid-19.ghtml](#) . Acesso em 14 de março de 2025.

Homens, pardos, jovens: Campinas tem alta de 39% na população em situação de rua; veja perfil. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2024/05/29/homens-pardos-jovens-campinas-tem-alta-de-39percent-na-Rua-aprendendo-a-contar-populacao-em-situacao-de-rua-veja-perfil.ghtml>. Acesso em 14 de março de 2025.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **População em situação de rua supera 281,4 mil pessoas no Brasil.** 2022. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/13457-populacao-em-situacao-de-rua-supera-281-4-mil-pessoas-no-brasil> . Acesso em 14 de março de 2025.

Impacto da pandemia no trabalho informal. UFRGS. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/ifch/index.php/br/impacto-da-pandemia-no-trabalho-informal> . Acesso em 14 de março de 2025.

Lei Nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Disponível em > https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm <Acesso em 12 de maio de 2025.

MAIA, Francisco Eudison da Silva. **A devassidão que o crack traz.** Universidade Potiguar. 2015. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/RFCMS/article/view/19922/pdf> . Acesso em 14 de março de 2025.

MACEDO, Paula Costa Mosca. **Desafios atuais no trabalho multiprofissional em saúde.** Rev. SBPH v.10 n.2 Rio de Janeiro dez. 2007. Disponível em > <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/rsbph/v10n2/v10n2a05.pdf> <Acesso em: 12 de maio de 2025.

MDHC lança relatório sobre pessoas em situação de rua no Brasil; estudo indica que 1 em cada mil brasileiros não tem moradia. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/setembro/mdhc-lanca-relatorio-sobre-pessoas-em-situacao-de-rua-no-brasil-estudo-indica-que-1-em-cada-mil-brasileiros-nao-tem-moradia>. Acesso em 14 de março de 2025.

MELO, Zélia Maria. **Estigmas: espaço para exclusão social.** Universidade Católica de Pernambuco. dezembro de 2000. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/2457/2457.PDFhttps://pepsic.bvsalud.org/pdf/per/v26n3/v26n3a14.pdf> . Acesso em 14 de março de 2025.

MENDONÇA A. P., **História e habitação: cidadania e a questão social da população em situação de rua em Campinas (SP).** PUC-Campinas, 2006.

Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/servicos/auxilio-emergencial> . Acesso em 14 de março.

OLIVEIRA, Adão Francisco e CHAVEIRO, Eguimar Felício. **Planejamento Urbano e Imagética das cidades: signo mercadológicos e segregação socioterritorial em Goiânia.** ACTA Geográfica. Boa Vista. V. 4, n. 7. jan-jul de 2010. Disponível em > <https://revista.ufrb.br/actageo/article/view/274/465> <Acesso em: 12 de maio de 2025.

ONORATO, Bruno Eduardo Freitas e OLIVEIRA, Ana Carolina S.. **População em situação de rua e COVID-19.** Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro, jul-ago de 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/6f3zjNgGvdyqV4Sxx3K74Gz/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 14 de março de 2025.

ONU NEWS. 2024. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2024/08/1835791> . Acesso em 14 de março de 2025.

O que é Capitalismo? Cortes do História Pública. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=2w-VFfT_uM. Acesso em 14 de março de 2025.

O que é Neoliberalismo? Disponível em> <https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/geografia/o-que-e-neoliberalismo.htm> <Acesso em 12 de maio de 2025.

Pessoas em situação de rua Brasil. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiY2IyZTI5NTQ0ODhhLWYyZTEtZjEzZDk2N2E0YzQ2IiwidCI6ImZiYTViMTc4LTNhZjEtNDQyMC05NjZiLWJmNTE2M2U2YjFkYSJ9>. Acesso em 14 de março de 2025.

PEREIRA, Juliana Maria Fernandes et. Al. **Perguntas e Respostas: Serviço Especializado em Abordagem Social.** SUAS e a População em Situação de Rua, v. 4, Brasília. 2013. Disponível em> https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/cadernos/perguntas_servico_abordagemsocial.pdf <Acesso em: 12 de maio de 2025.

PLANO NACIONAL- RUAS VISÍVEIS. Plano de Ação e Monitoramento para Efetivação da Política Nacional para a População em Situação de Rua. 2023. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/dezembro/governo-federal-lanca-201cplano-ruas-visiveis-pelo-direito-ao-futuro-da-populacao-em-situacao-de-rua201d-com-investimento-de-cerca-de-r-1-bilhao/copy2_of_V3_plano_acoes_populacao_de_rua1.pdf Acesso em 14 de março de 2025. PIMENTA, Melissa de Mattos. **Pessoas em situação de rua em Porto Alegre Processos de estigmatização e invisibilidade social.** Civitas. Porto Alegre.

v. 19, n. 1, jan-abr 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/civitas/a/ZJ8DJ6tQTmZNCwBkBcrDRJH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 14 de março de 2025.

PRADO, Danda. (1985). **O que é família?** São Paulo: Abril cultural: Brasiliense.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS. Disponível em: <https://campinas.sp.gov.br/servico/centros-de-ref-especializado-de-assist-social-creas>. Acesso em 14 de março de 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS. **Bolsistas do Mão Amiga assistem ao ensaio da Orquestra Sinfônica.** 2017. Disponível em: <https://campinas.sp.gov.br/noticias/81794>. Acesso em 14 de março de 2025.

QUALITESTE. **Pesquisa censitária da população em situação de rua, caracterização socioeconômica da população em situação de rua e relatório temático de identificação das necessidades desta população na cidade de São Paulo.** São Paulo, 2019. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/Produtos/Produto%209_SM ADS_SP.pdf. Acesso em 14 de março de 2025.

Relationships, Society and Culture. Disponível em: <https://agnaldogarcia.wordpress.com/#:~:text=Perfil%20FProfile&text=Doutor%20em%20Psicologia%20pela%20USP,Gradua%C3%A7%C3%A3o%20em%20Psicologia%20da%20UFES>. Acesso em 14 de março de 2025.

ROSA, Clesia M. M. (1994). **População de rua: quem é, como vive, como é vista.** São Paulo: Hucitec.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI.** Record, Rio de Janeiro, 2003.

SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA. **População de Campinas recebe serviços gratuitos pelo programa estadual Cidadania Presente.** 2024. Disponível em: <https://justica.sp.gov.br/index.php/populacao-de-campinas-recebe-servicos-gratuitos-pelo-programa-estadual-cidadania-presente/>. Acesso em 14 de março de 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS. **Bolsistas do Mão Amiga assistem ao ensaio da Orquestra Sinfônica.** 2017. Disponível em: <https://campinas.sp.gov.br/noticias/81794>. Acesso em 14 de março de 2025.

SILVA, José Jaime et. al. **Pobreza multidimensional no Brasil: uma análise do período 2004-2015.** Revista de política economia política, v. 40. Jan-mar, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/xqBvfZ5JqBZHvYqnFMNCcWv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 14 de março de 2025.

SOUZA, Felipe e LOCATELI Victor. **Denúncias de violência contra moradores de rua aumenta 24% no Brasil em 2024**. CNN Brasil. Disponível em> <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2024/maio/brasil-registra-mais-de-6-mil-violacoes-contrapessoas-em-situacao-de-rua-nos-primeiros-quatro-meses-de-2024> <Acesso em: 12 de maio de 2025.

SUZIGAN, Wilson. **Estado e Industrialização no Brasil**. Revista de Economia Política, vol. 8, nº 4, outubro-dezembro 1998. Disponível em> <https://www.scielo.br/j/rep/a/V7jK4mYRZsrpMsJd5jJcpxc/?format=pdf&lang=pt> <. Acesso em 14 de março de 2025.

TEIXEIRA, Patricia. **'Nuvem de problemas': custo de serviços para pessoas em situação de rua sobe 68% e supera R\$ 4,4 milhões em Campinas**. G1 Campinas e Região, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2022/12/21/nuvem-de-problemas-custo-de-servicos-para-pessoas-em-situacao-de-rua-sobe-68percent-e-supera-r-44-milhoes-em-campinas.ghtml> . Acesso em 14 de março de 2025.

VALERIO, Fabricio Ricardo et al. **Universalidade de Acesso aos Serviços Públicos no Brasil: uma revisão integrativa**. Revista CPAQV, v. 16, n. 2. 2002. Disponível em> <https://revista.cpaqv.org/index.php/CPAQV/article/view/2028/1487> <Acesso em: 12 de maio de 2025.

WIKIPÉDIA. **Campinas**. Disponível em> <https://pt.wikipedia.org/wiki/Campinas> <Acesso em: 12 de maio de 2025.

ZANETTA, Lúcia Helena Rodrigues e POLVERINE, Vera Lúcia. **Cartilha sobre o crack**. Conselho Nacional de Justiça. 2011. Disponível em: https://www.tjdft.jus.br/publicacoes/edicoes/manuais-e-cartilhas/cartilha_crack.pdf . Acesso em 14 de março de 2025.

